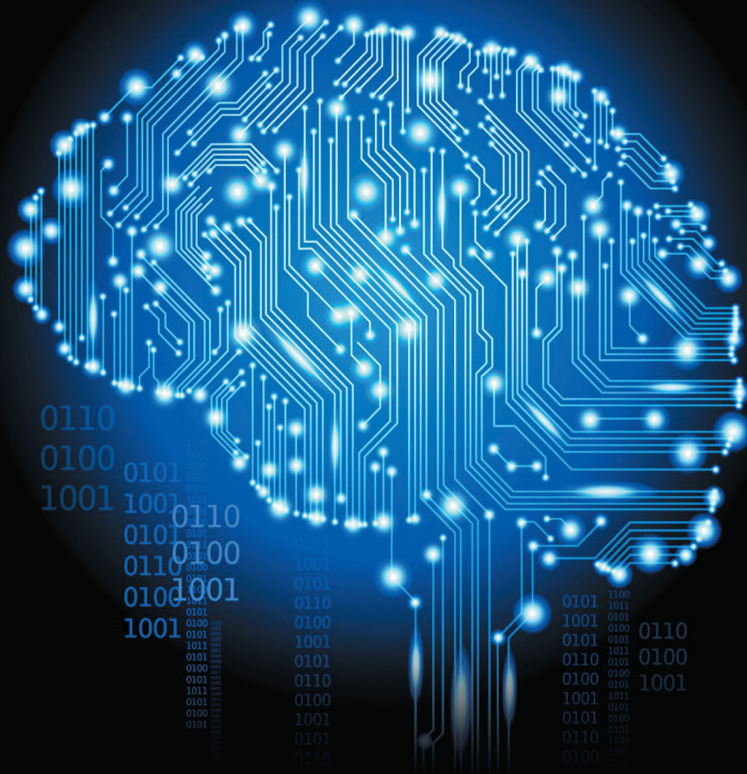


COLEÇÃO DIÁLOGOS ARQUIVÍSTICOS

Eliete Correia dos Santos
ORGANIZADORA

PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Fronteiras e perspectivas epistemológicas





Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Conselho Editorial

Presidente

Luciano do Nascimento Silva

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

P772

Pesquisa em arquivologia fronteiras e perspectivas epistemológicas [Livro eletrônico]. Eliete Correia dos Santos (Organizadora). Campina Grande: EDUEPB, 2017. 3300 kb. 274p.;il. (Coleção Diálogos Arquivísticos).

Modo de acesso: Word Wide Web <http://www.uepb.edu.br/ebooks/>

ISBN 978-85-7879-457-6

ISBN EBOOK 978-85-7879-458-3

1. Arquivologia. 2. Ética. 3. Normalização acadêmica. 4. Plágios. I. Santos, Eliete Correia dos. II. Título.

21. ed. **CDD 027**



Editora filiada a **ABEU**

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB

CEP 58429-500 | Fone/Fax: (83) 3315-3381

<http://eduepb.uepb.edu.br> | email: eduepb@uepb.edu.br

Eliete Correia dos Santos
(*Organizadora*)

PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA
FRONTEIRAS E PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS



Campina Grande-PB

2017

Coleção Diálogos Arquivísticos

Conselho Editorial

Prof^a. Dr^a. Eliete Correia dos Santos - UEPB
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo – UEPB
Prof^a. Dr^a. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt - UFF
Prof^a. Dr^a. Roza Zuleide Lima de Brito – UFPB
Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva – UNIRIO
Prof^a. Dr^a. Fernanda Ribeiro – UP - PT

Conselho Científico

Prof. Dr. Afonso Celso Caldeira Scocuglia – UEPB
Prof^a. Dr^a. Alzira Karla Araújo da Silva – UFPB
Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Terra – IPP - PT
Prof^a. Dr^a. Angélica Alves da Cunha Marques - UnB
Prof. Dr. Armando Malheiro da Silva – UP- PT
Prof. Dr. António Pedro Costa – UA- PT
Prof. Dr. Edvaldo Fernandes da Silva - UFPB
Prof^a. Dr^a. Eliete Correia dos Santos - UEPB
Prof. Dr. Elder Eldervitch Carneiro de Oliveira – UEPB
Prof^a. Dr^a. Edna Gomes Pinheiro – UFPB
Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Prof^a. Dr^a. Fernanda Ribeiro – UP - PT
Prof^a. Dr^a. Jacqueline Echeverria Barrancos – UEPB
Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo – UEPB
Prof. Dr. José Maria Jardim - UNIRIO
Prof^a. Dr^a. Julianne Teixeira e Silva – UFPB
Prof^a. Dr^a. Isa Maria Freire - UFPB
Prof^a. Dr^a. Ivana Parrela – UFMG
Prof^a. Dr^a. Maria Manuela Pinto – UP - PT
Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso Marques – UC - PT
Prof. Dr. Marynice de Medeiros Matos Autran – UFPB
Prof^a. Dr^a. Marcília Gama da Silva – UFPE
Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Almeida – UFPB
Prof. Dr. Pedro Farias Francelino - UFPB
Prof^a. Dr^a. Roza Zuleide Lima de Brito - UFPB
Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros - UFPA
Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa - UEPB

O conhecimento científico não é atraente por ter todas as respostas, mas sim por querer decifrar um conjunto cada vez maior de perguntas.

Lázaro de Souza Gomes

SUMÁRIO

9 APRESENTAÇÃO

PARTE 1 - ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICOS EM CIÊNCIA

19 **Universidade, Saber e Ética**

Adail Sobral

Karina Giacomelli

49 **A Construção dos Saberes nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Reflexões Bakhtinianas para a Arquivologia**

Eliete Correia dos Santos

Jacqueline Echeverría Barrancos

71 **Dialogismo, Polifonia e Alteridade na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Tatiana Cristina Vasconcelos

Joselito Santos

111 **Caminhos da Normalização Acadêmica**

Eliete Correia dos Santos

Henrique Elias Cabral França

131 **Lidando com as Palavras de Outrem: Implicações para a Questão de Plágio e de Autoria na Escrita Acadêmica**

Pedro Farias Francelino

Antônio Flávio Ferreira de Oliveira

- 157 **Arquivologia e o Diálogo necessário entre diferentes Recortes Sociológicos para Definição de sua Atuação: o Estrutural Funcionalismo e os Métodos Hermenêuticos Compreensivos**
Vancarder Brito Sousa
Eliete Correia dos Santos

PARTE 2 - CAMPO E OBJETO DE PESQUISA
EM ARQUIVOLOGIA

- 169 **Entre o Documento de Arquivo e a Informação Arquivística: Reflexões acerca do Objeto Científico da Arquivologia**
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
- 199 **Delineamento do Objeto e da Metodologia de uma Pesquisa em Arquivologia: Escolhas de um Percorso Acadêmico-Científico**
Angelica Alves da Cunha Marques
- 221 **A Pesquisa em Arquivologia: Métodos, Especificidades e Diálogos**
José Maria Jardim
- 239 **Apontamentos acerca do Estatuto Científico da Arquivologia**
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
- 265 **Sobre os autores**

Apresentação

Pedro Farias Francelino (DLCV/PROLING/UFPB)

Vivemos sob a égide da inter/trans/multidisciplinaridade, momento histórico no campo da epistemologia em que cada vez mais se faz necessária a interlocução entre os saberes produzidos nas diferentes e diversas esferas de construção do conhecimento. No campo das ciências humanas e sociais (e sociais aplicadas), por exemplo, tem-se assistido com certa regularidade à ruptura das fronteiras e a expansão dos diálogos entre as disciplinas científicas desses campos, respeitando-se as especificidades de cada uma das áreas, mas também se promovendo um aprofundamento das reflexões teórico-metodológicas acerca dos multifacetados objetos de estudo postos em interação.

As discussões tecidas nos capítulos que compõem este livro são exemplos de como áreas do saber aparentemente estranhas entre si podem estreitar o diálogo com vistas a uma verticalização da investigação de seus objetos. Muito mais que divergências, os textos evidenciam os pontos de contato entre teorias da linguagem, como a Teoria Dialógica do Discurso proveniente do pensamento de Bakhtin e Volochínov, e a Arquivologia. Em comum, ambas têm na relação ciência, linguagem/comunicação e sujeito – este sempre concebido como social, histórico, concreto e singular – o lugar de ancoragem para uma inovadora reflexão científica.

Em *Universidade, saber e ética*, Adail Sobral e Karina Giacomelli, tomando como pressuposto a filosofia ética esboçada por Bakhtin em, principalmente, *Para uma filosofia do ato* ([1920-1924]), apresentam uma instigante discussão acerca do papel da universidade como espaço de construção e difusão de saberes, os quais devem ser formulados de modo a considerar-se tanto a dimensão geral, universal e ampla de sua validade quanto a dimensão singular, particular e contextual de aplicação de cada conhecimento construído. Nesse sentido, é imperativo, na integração entre ensino, pesquisa e extensão, que a universidade ocupe seu lugar de instância de produção de conhecimento comprometida, responsiva e responsabilmente, com os anseios e necessidades da comunidade onde desenvolve suas atividades, de forma que os saberes produzidos não estejam apenas no horizonte da pesquisa pela pesquisa e com o famigerado desenvolvimento da ciência, mas, sobretudo, ao alcance dos sujeitos em cada situação particular/prática de suas vidas.

A discussão tecida em *A construção dos saberes nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: reflexões bakhtinianas para a Arquivologia*, de Eliete Santos e Jacqueline Barrancos, objetiva refletir sobre a concepção dialógica de linguagem e de ciência à luz dos estudos bakhtinianos para a Arquivologia, assumindo uma postura de cooperação entre as áreas interdisciplinares. As bases do pensamento do Círculo de Bakhtin são construídas a partir da crítica às duas tendências filosóficas: a estilística clássica que se baseia no idealismo e o estruturalismo situado nos estudos do sistema abstrato. O objeto é ser expressivo e falante e a concepção de linguagem é entendida como processo de interação social fundamentada no diálogo com o outro (relaciona-se à ideia de sujeito social, histórica e ideologicamente situado, que se constitui na interação com o outro) e na unidade das diferenças.

Tatiana Vasconcelos e Joselito Santos, no capítulo *Dialogismo, polifonia e alteridade na pesquisa em ciências humanas*, valem-se de conceitos-chave da teoria da linguagem de Bakhtin para fomentar uma produtiva discussão acerca da especificidade do ato de pesquisar nas ciências humanas. Para isso, apresentam a necessidade de deslocamento metodológico para se apreender a natureza do dado nesse campo de construção de conhecimento que são as humanidades. Na perspectiva desenhada pelos autores, é preciso considerar o pesquisado como sujeito partícipe do processo, como “outro”, com todas as implicações que isso demanda, isto é, sua singularidade, sua subjetividade. As noções de dialogismo, polifonia e alteridade, portanto, ajudam-nos a entender que, nas relações entre pesquisador-pesquisado, há, “para além da objetividade, a subjetividade; para além da neutralidade, a reflexividade; para além da reprodutibilidade, a diversidade; para além da imparcialidade, o compromisso e a responsabilidade”.

No capítulo *Caminhos da normalização acadêmica*, Eliete Santos e Henrique França surpreendem o leitor com uma inovadora abordagem do conceito de normalização, prática comum entre pesquisadores e quase sempre vista de forma reducionista por supostamente inibir a criatividade e a liberdade de escolhas estilísticas do autor de um texto acadêmico. Promovendo um diálogo entre a literatura da área de Arquivologia e a Teoria Dialógica da Linguagem de Bakhtin e o Círculo, os autores ratificam a relevância da normalização como procedimento de aproximação entre os sujeitos da comunidade científica e, ainda, defendem um equilíbrio entre o texto e a normalização, considerando que o texto (particularmente, o acadêmico), na visão de Bakhtin, constitui um encontro de duas consciências, de dois sujeitos, de dois autores. Consequentemente, muito mais do que apenas uma técnica de uniformização, tem-se na dinâmica de normalização um processo dialógico e tenso entre um texto

– objeto de estudo e reflexão – e o contexto a ser criado – que interroga, que levanta projeções, no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do pesquisador.

No capítulo intitulado *Lidando com as palavras de outrem: implicações para a questão de plágio e de autoria na escrita acadêmica*, Pedro Francelino e Antônio Flávio promovem uma didática exposição acerca da problemática do plágio em contexto acadêmico, isto é, da apropriação indevida do discurso de outrem na elaboração de trabalhos científicos. Partindo da Teoria Dialógica da Linguagem proveniente dos escritos linguístico-filosóficos de Bakhtin/Volochínov (1999 [1929]), precisamente os conceitos de “dialogismo” e “discurso de outrem”, os autores objetivam esclarecer a comunidade acadêmica, particularmente os estudantes de cursos de graduação, a respeito dos efeitos nocivos dessa prática na produção de trabalhos em contexto escolar. Para isso, buscam uma definição e uma caracterização do plágio, tomando-se como referência uma literatura que conjuga aspectos ético-jurídicos e linguístico-discursivos, embora o foco, nessa discussão, recaia sobre esses dois últimos.

Fechando a primeira parte do livro, o leitor depara com *Arquivologia e o diálogo necessário entre diferentes recortes sociológicos para definição de sua atuação: o estrutural funcionalismo e os métodos hermenêuticos compreensivos*, de Vancarder Sousa e Eliete Santos, capítulo em que os autores promovem uma lúcida discussão acerca do caráter interdisciplinar da Arquivologia. Este capítulo esclarece ao leitor os elementos sociológicos e teórico-conceituais presentes no amadurecimento da Arquivologia, como jovem ciência que busca dialogar hoje em um campo hermenêutico dos sentidos de suas próprias ações com o reconhecimento de sua dependência do tempo histórico-sociológico na qual está inserida. Os autores se propõem, ainda, a problematizar a definição epistemológica presente na formação da

Arquivística como uma ciência fortemente voltada para organização e descrição dos objetos materiais produzidos pela sua própria atividade fim, portanto, uma destinação utilitarista e funcional, haja vista a ausência de necessidade de problematizar tanto o sujeito como as motivações das ações sociais praticadas.

A abertura da segunda parte dessa obra fica por conta do capítulo *Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da arquivologia*, de Clarissa Schmidt, no qual ela se debruça sobre a problemática da definição do objeto de estudo no campo da Arquivologia. Segundo a autora, a pluralidade de abordagens e de posicionamentos dos pesquisadores da área acerca desse tema tem ensejado divergências quanto à definição do estatuto científico do objeto de estudo. Para isso, a autora estabelece um ponto de partida para a reflexão da trajetória percorrida pela Arquivologia em busca de sua cientificidade e, em seguida, aprofunda a discussão das diferentes definições sobre este objeto, levantadas após revisão de literatura brasileira e estrangeira da área. Como resultado, a autora chega à conclusão de que aspectos concernentes ao objeto científico da Arquivologia passam a ser problematizados a partir do momento em que o objeto de trabalho dos arquivistas – o documento de arquivo em suporte material – sofre transformações advindas do progresso da tecnologia.

Delineamento do objeto e da metodologia de uma pesquisa em Arquivologia: escolhas de um percurso acadêmico-científico é o didático capítulo de Angelica Marques, que mostra de forma muito cuidadosa o trajeto metodológico de uma pesquisa, num percurso que se estende da iniciação científica a um estágio de pós-doutoramento, com vistas ao delineamento de um objeto de estudo, qual seja, a trajetória da instituição da Arquivologia como disciplina científica no Brasil. A autora demonstra, com riqueza de detalhes e um fôlego elogiável, o desenho do objeto e da metodologia das variadas fases do trabalho que evidencia

como a Arquivologia foi se inserindo no campo científico brasileiro, resultando em sua institucionalização. Para a consecução desse objetivo, a autora apresenta as contribuições de outros países para a concepção e o desenvolvimento acadêmico-científico da Arquivologia brasileira, destacando, particularmente, o papel dos franceses nesse empreendimento.

José Jardim, em *A pesquisa em Arquivologia: métodos, especificidades e diálogos*, conduz seu leitor numa produtiva reflexão de caráter geral sobre a pesquisa e seus métodos na área de Arquivologia, tendo como premissa o fato de que a dimensão da pesquisa científica é algo ainda recente nessa área do conhecimento. Imbuída desse propósito, o autor defende que refletir acerca dos métodos de pesquisa em Arquivologia constitui uma tarefa necessária, sobretudo pensando no processo de institucionalização e consolidação desse campo no contexto acadêmico brasileiro. Partindo de alguns questionamentos e problematizações, o autor debruça-se sobre a “distinção entre métodos de pesquisa em Arquivologia e métodos de processamento técnico da gestão arquivística: a diferença entre “os fenômenos arquivísticos’ como objeto de pesquisa e os arquivos como lócus e fonte de investigação por pesquisadores de outras áreas”.

Finalizando o livro, *Apontamentos acerca do estatuto científico da Arquivologia* é o capítulo em que Clarissa Moreira Schmidt objetiva refletir acerca do significado e os conceitos de ciência, disciplina e técnica em relação à Arquivologia e como estão imbricados com questões pertinentes à teoria e à prática, o que se articula entre *saber e fazer*. A autora problematiza a definição da Arquivologia como *técnica, disciplina* ou *ciência* e também busca, a partir de um campo de conceitos e definições previamente delimitados e contextualizados, apresentar e discutir como alguns estudiosos da Arquivologia a configuram neste espectro de relações e significados, além de fundamentar a compreensão desta enquanto ciência.

Os textos que compõem esta coletânea constituem uma fonte consistente, legítima e confiável de conhecimentos para qualquer pesquisador da área de Arquivologia e afins que se interesse pelas reflexões acerca da implementação, constituição e consolidação de um campo científico do saber. A partir do diálogo com a Teoria Dialógica da Linguagem, que tem em Bakhtin, Volochinov e outros a expressão de uma das mais inovadoras reflexões acerca da pesquisa em ciências humanas – considerando a noção de linguagem como instância dialógica de interlocução e a alteridade como dimensão constitutiva do sujeito (e do sujeito pesquisador, evidentemente) – os autores vão formando uma corrente (para usar uma metáfora bakhtiniana) cujos elos vão apresentando os percursos e percalços da instituição da Arquivologia como *disciplina científica* ou *ciência* em solo brasileiro.

PARTE 1

**ASPECTOS
SOCIO-HISTÓRICOS
EM CIÊNCIA**

UNIVERSIDADE, SABER E ÉTICA¹

*Adail Sobral (UCPEL)²
Karina Giacomelli (UFPEL)³*

O nexó existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas

-
- 1 Parte deste texto baseia-se em artigo publicado por um dos autores. Cf. SOBRAL, A. Que pesquisa? Qual ensino? In: *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.16, n.1, p. 237-260, jan./jun. 2013. Retomam-se aqui elementos práticos ali contidos que são objeto de novas reflexões, com base nos pressupostos teóricos aqui explicitados, e que não estão presentes no artigo.
 - 2 Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística Aplicada, da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - RS. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística Aplicada da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - RS. Editor da Revista *Linguagem & Ensino*. Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006).
 - 3 Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas, onde atua nos cursos de licenciatura e bacharelado em Letras e no Programa de Pós-graduação em Letras. Licenciada em Letras-Português pela Universidade Estadual de Maringá (1990), tem mestrado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2002) e doutorado também em Letras pela mesma universidade (2007). Realizou estudos pós-doutorais na Universidade Católica de Pelotas (2017).

propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau de autor-realização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima.

AXEL HONNETH

INTRODUÇÃO

Moral, ética e agir do sujeito

Nosso ponto de partida para tratar de saber e ética é a proposta de filosofia ética de Mikhail Bakhtin, particularmente a obra *Para uma filosofia do ato* (1997)⁴, na qual o autor distingue ética de moral com o objetivo de apresentar uma proposta filosófica sobre o agir ético do sujeito no mundo. Dessa forma, a *ética* se vincula com o agir relativo à responsabilidade sem alibi do sujeito individual, membro constituído e constitutivo de uma comunidade, enquanto a *moral* se define mais propriamente como conjunto de regras a serem seguidas em comunidade; de cunho essencialmente coletivo, obriga todos os sujeitos individualmente de uma mesma maneira. Sua proposição não deixa de ser uma proposta de filosofia moral, no sentido filosófico da expressão, mas nuançada por uma concepção específica de sujeito.

4 É neste livro, escrito ao que parece no período 1920-1924, que se inicia o diálogo de Bakhtin com Kant e os neokantianos e com a fenomenologia de Husserl. Cf. BAJTÍN, M. M. *Hacia una filosofía del acto ético: de los borradores y otros escritos*. Trad. e notas Tatiana Bubnova. Barcelona/San Juan: Anthropos/EDUPR, 1997.

O par moral/ética que Bakhtin distingue tem relação com a diferença entre o ato ético como categoria (que se aproximaria da moral e da razão teórica) e os atos éticos como ocorrências (que se aproximaria da ética e da razão prática). Como categoria, o ato se vincula com regras aplicáveis a todos os atos e, como ocorrência, cada ato é único. Esse texto da filosofia do ato é, essencialmente, “uma discussão sobre como pode o sujeito humano vir a ‘apreender’ o mundo a partir de seus atos teóricos, cognitivos, práticos, estéticos etc. Com esse fim, Bakhtin propõe a distinção entre ato-tipo (ou ato-atividade) e ato-ocorrência” (SOBRAL, 2005a, p. 103-4).

O ato-atividade é da ordem da generalidade, da repetibilidade: trata-se do ato abstrato, no sentido de ato habitual e repetidamente realizado por todo e qualquer sujeito de determinadas maneiras em todos os contextos; o centro de sua definição são os elementos que estão presentes em *todos* os atos típicos de uma dada atividade. Em sua consideração não entram as maneiras específicas de cada sujeito realizar o ato, nem o contexto de realização, mas aquilo que há em comum em todos os atos dessa atividade. Trata-se da base de um modo essencialmente dedutivo de ver os atos: nesse modo, parte-se de regras de realização de atos para examinar os atos.

O ato-ocorrência, ato de um dado sujeito, em vez de ato geral de todos os sujeitos, é da ordem da particularidade e da irrepetibilidade: trata-se do ato concreto, no sentido de ato realizado uma única vez, por um sujeito específico, de uma dada maneira, num dado contexto; o centro de sua definição são os elementos que estão presentes apenas *em um* ato específico de uma dada atividade. Em sua consideração entram as maneiras específicas de um dado sujeito realizá-lo bem como o contexto de realização desse ato, sem desprezar aquilo que há em comum em todos os atos dessa atividade.

É a base de um modo essencialmente indutivo de ver os atos: nesse modo, parte-se de atos realizados para ver o que há neles de *específico, único*. Mas a versão de Bakhtin exibe uma importante diferença, uma vez que não descarta a anterior: considera a especificidade *sem desprezar* o que há em cada ato único *de comum* com outros atos igualmente únicos. Assim, propõe uma síntese entre generalidade e singularidade, algo comum tanto à fenomenologia como ao método materialista dialético.

Essa maneira de ver os atos evita duas atitudes opostas e igualmente nefastas: a solipsista, que vê cada ato específico como ímpar e inacessível, único exemplar no mundo e, portanto, não permite nenhuma generalização, e a teoricista, que não reconhece a peculiaridade e vê apenas a generalidade, reduzindo todos os atos a uma fórmula de ato. Naquele caso, perdem-se os elementos comuns aos atos e, neste, os elementos peculiares de cada ato. A proposta de Bakhtin vai, como sugerimos, além dessas duas tendências, ao integrá-las segundo o que para ele são elementos compatíveis.

Para explicar a proposta de Bakhtin, Sobral (2005a, p. 104) afirma:

O ato responsável [/responsável] (...), ou ato ético, envolve o conteúdo do ato, o processo do ato, e, unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito a seu próprio ato. Essa visão globalizante dos atos humanos é a base de sua filosofia humana do processo: a questão do relacionamento entre o geral e o particular, no âmbito da vida humana social e histórica, constitui o principal foco das teorias do Círculo de Bakhtin, tendo em vista sua centralização no agir concreto como objeto de análise.

BAKHTIN E A QUESTÃO ÉTICA: PARÂMETROS

A proposição ética de Bakhtin busca integrar o ato-tipo ou ato-atividade (onde está o que ele denomina conteúdo ou produto, o elemento repetível) ao ato-ocorrência (onde está o que ele denomina processo, o elemento irrepitível). Em outras palavras, ela une a generalidade de todos os atos de uma dada atividade à particularidade de cada ato específico dessa atividade. Chamamos essa proposição sobre o ato de *ética* porque seu modo de propor fazer generalizações sobre singularidades vai introduzir o sujeito nas decisões éticas. O ato ético é realizado por sujeitos específicos que, sem alibi, não podem fugir à responsabilidade e têm de decidir em termos das regras gerais e da especificidade de seus atos.

Essa proposta lembra a distinção, na teoria dialógica, entre significação, da ordem da língua, e sentido, da ordem da enunciação. A significação de uma frase pode ser a mesma em todos os contextos, porque só importa aí o que o sistema da língua indica. Por exemplo: “Você é um palhaço” sempre indica que um dado sujeito está dizendo do outro que ele é um palhaço, seja no sentido próprio ou no sentido figurado. Basta ver a frase para perceber isso.

O sentido de cada enunciado, contudo, é único e irrepitível, porque é dito por um dado sujeito a outros sujeitos, num dado contexto específico. Mesmo que se repita o enunciado, ele já não terá o mesmo sentido em uma segunda vez. Quando um sujeito usa a frase “Você é um palhaço” num enunciado, tudo se altera: temos de saber que sujeito diz, a quem diz, onde diz, em que tom diz. Se quem diz é o chefe de um palhaço, “Você é um palhaço” pode ser uma maneira de encorajar o palhaço, triste, a fazer piadas. Se é um colega falando a outro colega, em tom leve, o enunciado pode indicar que um diz que o outro gosta das suas brincadeiras. Se for de uma pessoa irritada a alguém que

não levou algo a sério, o sentido pode ser de censura ou mesmo agressão. E assim por diante. A frase continua a ter a significação “Você é um palhaço”, mas o enunciado que a emprega não tem o mesmo sentido.

Tal como na proposta de sua teoria de linguagem, Bakhtin segue dois critérios complementares nessa teorização sobre ato ético: (1) considerar os elementos comuns a todos os atos e (2) não reduzir todos os atos a esses elementos comuns, uma vez que precisamos tanto do “conteúdo” do ato (a significação na língua) como do “processo” do ato (a enunciação). E propõe um elemento que as unifique. Em outras teorizações, que o autor descarta, ou as regras se realizam em todo ato ou então, mesmo havendo regras, cada ato se realiza à sua maneira. Para ele, no entanto, considerar apenas isso não é suficiente.

Bakhtin altera o foco da questão ética porque, em vez de considerar apenas o conteúdo ou apenas o processo, toma os dois ao mesmo tempo como vitais e, além disso, introduz o agente, o sujeito, como o foco do agir, pois não há atos sem sujeitos que os realizem. O modo de unir esses elementos para, indo além da empiria (tudo é ímpar) sem cair na teorização oca (tudo é igual), consiste em considerar que:

1. Todo ato é realizado concretamente, e não de modo abstrato, por um dado sujeito em um contexto irrepetível (mesmo que seja materialmente o mesmo lugar).
2. Todo ato-ocorrência é realizado igualmente de acordo com o ato-atividade de que é parte, com base em regras que valem para todos os contextos.
3. É o agir do sujeito concreto específico, a sua valoração, a decisão sobre como realizar o ato no contexto específico em que estiver, que une a generalidade – aquilo que há em comum entre seu ato e todos os outros atos – à singularidade – aquilo que há de típico e irrepetível em seu ato.

Portanto, em vez do ato em si, como ação realizada de forma peculiar, ou de um ato que apenas segue regras gerais, Bakhtin mostra que o ato é de um sujeito situado, que não se submete ao coletivo (no sentido de só seguir regras) nem se põe acima dele (no sentido de fazer tudo à sua maneira), mas o integra como ser constituído pelos outros e que os constitui. A partir desses elementos é que Bakhtin define ato ético.

Segundo Sobral (2005b), o ato ético é, para Bakhtin, um ato responsável (marcado pela responsabilidade) e participativo (marcado pela responsividade), resultando “de um pensamento não-indiferente, aquele que não separa os vários momentos constituintes dos fenômenos, que admite não a exclusão ‘ou/ou’ da dialética clássica, mas a inclusão ‘tanto/como’” (SOBRAL, 2005b, p. 21) Esse ato, que foi denominado responsável (ou seja, responsivo e responsável), envolve três componentes, sendo um formal, um processual e um valorativo: “o conteúdo do ato, seu processo, e, unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito a seu próprio ato” (*Ibidem*). Para Bakhtin, mesmo que o sujeito não queira se responsabilizar por seus atos, ele continuará a ser responsabilizado por eles. Mesmo que o sujeito cometa um ato falho, por exemplo, este continua a ser um ato seu.

Como se pode verificar, o centro do ato ético é a avaliação, ou valoração, que o sujeito faz na hora de agir. Ela depende do caráter situado e participativo do sujeito que avalia, no contexto específico, o que é ético de acordo com normas gerais e processos específicos, respeitando a máxima segundo a qual todo ser humano é um fim e não um meio e, portanto, todo ser humano merece ser reconhecido. Mas, como veremos, essa máxima pode aplicar-se, em alguns casos, a duas opções em conflito, o que, na prática, a anula como critério. Nesse aspecto, a proposta de Bakhtin vai além de algumas filosofias

da ação e do processo, já que, segundo Sobral (SOBRAL, 2005b, p. 22),

o valor do ato é o valor que este tem para o agente, não um valor absoluto que viria impor-se a este último: o sentido nasce da diferença, mas não num sistema fechado de oposições. Assim, a experiência no mundo humano é sempre mediada pelo agir situado e avaliativo do sujeito, que lhe confere sentido a partir do mundo dado, o mundo como materialidade concreta. Como o mostra a obra de Bakhtin, não se trata porém de propor a relatividade dos valores, mas, pelo contrário, o fato de que o valor é sempre valor para sujeitos, entre sujeitos, numa dada situação.

Desse modo, não cabe ao sujeito ético bakhtiniano perguntar a si mesmo o que fariam outros em seu lugar, simplesmente porque, para Bakhtin, não se pode estar no lugar do outro. Pode-se ir até o outro (eu-para-o-outro), compreender sua posição valorativa, seu ponto de vista, mas cada sujeito ocupa um lugar no mundo que é só seu, irreduzivelmente seu (eu-para-si), lugar pelo qual, como insiste Bakhtin, o sujeito deve “responder”, o que significa tanto dar uma resposta *a* como responsabilizar-se *por*. O sujeito ético bakhtiniano não segue nenhuma das formulações do Imperativo Categórico de Kant, segundo o qual, resumidamente, devemos agir como os outros agiriam na mesma situação.

Bakhtin recusa isso porque percebe que uma mesma situação (supondo que de fato seja a mesma) só pode ser vivida por sujeitos distintos de maneira distinta, justamente por serem eles sujeitos distintos. Claro que há alguma convenção, consenso, acordo ou norma que todos os sujeitos devem seguir e inclusive seguem (isso é, a teoria, o ideal, válido universalmente), mas há

diferenças no modo como cada sujeito segue essa convenção etc., a depender da conjuntura, dos parceiros, do tempo e lugar específicos etc. (trata-se do aspecto prático, concreto, contingente). Por tudo isso, o centro da questão é sempre o conjunto de circunstâncias do sujeito que age, incluindo onde, quando, em que esfera de atividade, com relação a quem, sob que pressões e com que objetivo ele age.

Isso não significa que não haja, para Bakhtin, regras morais válidas para todos, mas sim que tais regras não podem, a seu ver, sobrepor-se sempre às circunstâncias específicas de cada sujeito. Na verdade, tratar desiguais igualmente seria uma injustiça, porque, se são desiguais, não podem ser tratados como iguais, já que isso prejudicaria ao menos alguns sujeitos. Igualitarismo, para o autor, consiste em tratar desigualmente os desiguais, o que pressupõe, por exemplo, políticas compensatórias para pessoas que tenham sido objeto de injustiças outras ou de acasos prejudiciais na vida.

Não se trata de premiar quem tem dificuldades e punir quem não tem, mas considerar que quem não tem não pode ser privilegiado nem quem tem abandonado. Em igualdade de condições, é possível avaliar o mérito, o esforço etc. Em desigualdade de condições, já sabemos que quem tiver melhores condições vence. Assim, algo como a chamada meritocracia, tal como proposta em nossos dias por quem justamente não careceu de boas condições, seria o auge da injustiça caso não houvesse antes um nivelamento de todos a fim de poderem mostrar sua capacidade individual.

Casos tidos como exemplares, do tipo “apesar de filho de vendedor de drogas, ele se tornou um jogador famoso”, seriam entendidos, nos termos de Bakhtin, como exceções que confirmam a regra. Bastaria perguntar: quantos filhos de vendedores de drogas conseguiram isso? Em que situações específicas? O que houve de especial nesse caso? Etc. Consideremos um

exemplo clássico. Diante do dilema sartriano⁵ (que diz que não há resposta pronta para isso) sobre o que deveria fazer um rapaz diante da opção entre cuidar da mãe solitária e doente ou juntar-se à Resistência Francesa para combater os alemães, Bakhtin também não teria como apresentar alguma regra geral do tipo “deve-se sempre cuidar da mãe solitária e doente” ou “deve-se sempre defender o país”.

Se, como diz Sartre, nem a moral cristã nem a marxista poderiam resolver por si só a questão, talvez Bakhtin pudesse sugerir que são necessários, para discutir uma decisão, obter mais dados conjunturais e estruturais, incluindo saber se o jovem tem condições de ser combatente, se há ou não mais alguém que possa cuidar da mãe dele e, quem sabe, até mesmo saber a opinião da mãe doente do rapaz. A dificuldade de decidir nesses casos é que sempre haverá argumentos a favor e contra as duas opções e, na prática, não há uma regra universal a ser aplicada. Tal como Sartre, Bakhtin admitiria que deixar a mãe é tratá-la como meio e, a Resistência, como fim. Mas também que, se assim for, desistir dos companheiros da Resistência para cuidar da mãe é tratá-los como meio e, a mãe, como fim. E há outras opções a considerar: a *imoral*, em que o jovem poderia mentir para a mãe e para os companheiros e sumir no mundo; a *escapista*, na qual ele se suicidaria para sair do dilema; a *alienada*, em que ficaria eternamente sem tomar uma decisão, ou seja, “neutro”: nem cuidaria nem abandonaria a mãe, mas não deixando de pensar em ir para a resistência.

Por conseguinte, a decisão a ser tomada pelo rapaz, nos termos do ato ético de Bakhtin, teria de levar em consideração vários outros fatores, contextuais e específicos, uma vez que não haveria uma regra geral que lhe desse a resposta definitiva sobre a questão “como agiriam outras pessoas nessa mesma situação?”

5 SARTRE, J.-P. *L'existentialisme est un humanisme*. Nagel: Paris 1970, p. 40ss.

Logo, ele teria de se perguntar, na verdade: o que é ético para mim em minhas circunstâncias? Como agir de acordo com meu lugar no mundo, a avaliação que faço da situação e das opções? É bem provável que, mantidas as duas opções, a decisão, depois de tomada, fosse considerada baseada na moral cristã (se fosse cuidar da mãe) ou na moral marxista (combater os alemães). Mas nada impõe que só haja essas opções e não há como garantir que uma regra foi seguida simplesmente porque se podem aproximar as respostas a essas fórmulas morais. A decisão, prática, não tem a clareza e generalidade que a regra, teórica, tenta passar. Como disse Mallarmé, *um lance de dados jamais vai abolir o acaso*.

Por fim, seja como for, fica clara a inexistência de uma regra ética aplicável a todos os sujeitos. Esta é a grande contribuição de Bakhtin: mostrar que o conteúdo do ato (a regra) e seu processo (a moldagem específica da regra) não podem ser pensados isoladamente, porque, sozinhos, uma mata o específico e outro mata o geral. E, mais do que isso, a única maneira de explicar um ato é considerar que só há atos concretos (a abstração é o conceito do ato) e reconhecer, por assim dizer, que, na prática, a teoria é outra: só conhecemos de fato um ato depois de ele ser realizado.

Vimos que a ética bakhtiniana defende enfaticamente a ideia de que todas as pessoas são iguais em termos de seu valor como pessoas, mas que todas as pessoas são diferentes de todas as outras. É curiosa essa ênfase tanto tempo antes de estudos genéticos mostrarem que, de fato, somos todos diferentes uns dos outros. Não se trata, contudo, apenas de diferenças de personalidade, de opinião, de pontos de vista, de psiquismo etc., mas de todas as diferenças reunidas. Naturalmente, dependendo de cada sujeito, haverá diferenças melhores e diferenças piores de sua perspectiva (exemplos: adoro jazz; detesto filmes dublados). Não nos referimos, entretanto, a diferenças do tipo x concorda que a tortura ou o estupro é aceitável enquanto y discorda.

Obviamente que a tortura e o estupro não podem ser julgados aceitáveis, e quem assim os julgar deve ser responsabilizado.

As diferenças são pensadas aqui em termos de confrontos de subjetividades, decorrentes do fato de que, se somos todos diferentes, não podemos nos entender sem negociarmos os sentidos que damos às coisas, inclusive nossas relações com outras subjetividades. Esses confrontos, embora partam da vida cotidiana, são situações difíceis de lidar e constituem um grande problema, principalmente porque são a condição da existência de sujeitos a partir das relações com outros sujeitos sob várias perspectivas. Quando surgem falhas e faltas nas negociações, há comportamentos associativos e fechamentos em todos os planos da vida.

Freud trabalha isso como a função do outro na psique do sujeito; Bakhtin, como diferenças valorativas. Lacan fala do Outro (primordial) como lugar de origem do discurso, do sujeito e do desejo. Também falam na questão Bion (função alfa), Winnicott (devaneio), Aulagnier (porta-voz), e Kaës tratou amplamente disso. A proposta de Bakhtin é bem ampla. Voloshinov (1976) talvez ofereça um caminho possível ao falar da continuidade entre a consciência individual e o ideológico: assim como é constituído pelo outro, o eu também o constitui, sempre em choque, porque eu sou eu porque não sou (nem posso ser) você.

Conviver com as diferenças requer antes de tudo reconhecer-las e respeitá-las. Isso não significa não ser afetado por diferenças que nos incomodam, mas considerá-las como diferenças e não como ataques a nós ou como algo para nos contrariar; afinal, nenhum sujeito é o centro das reações de outro. Cabe considerar que há sempre novas oportunidades para os sujeitos se completarem a partir do contato estabelecido com novos sujeitos (e com os mesmos sujeitos em outros contextos ou novas situações).

Estamos sempre nos tornando os seres que somos. Estamos sempre nos tornando os sujeitos que somos – e cada sujeito é singular, único. Somos não terminados e intermináveis. Em outros termos, somos necessariamente cindidos, não unitários e sem conflitos. Cindidos interiormente por nossos conflitos sobre como ser e agir, no foro interior, e exteriormente em que temos de lidar com os outros e, portanto, mudar em algum aspecto para nos relacionar sem viver em eterno conflito de subjetividades.

Se mudamos, sabendo e sendo quem somos, a mudança sempre nos traz para mais perto de nós; negociamos apenas o que não nos seja essencial. Quando traímos quem somos para negociar ou nos recusamos a mudar quando necessário, a mudança, que pode vir apesar de nós, nos afasta de nós mesmos. O retorno a si mesmo pode ser doloroso e pode afetar quem está próximo. Se traímos quem somos ao nos recusarmos a fazer uma mudança necessária ou mudamos ou deixamos de mudar em função das necessidades de outrem, a nós cabe o ônus. Não podemos culpar os outros por aceitarmos o que é intolerável para nós. Cabe a nós estabelecer os limites para além dos quais deixamos de ser os sujeitos que somos e nos tornamos marionetes de outrem.

Respeitar o fato de que somos todos igualmente diferentes tem de vir de todos. Temos de deixar os outros serem o que são, sendo sempre o que somos. E modular as diferenças sem apagá-las, ou seja, interagir de modo a manter o núcleo de identidade essencial de cada uma, para que as mudanças sejam relacionais em vez de impositivas, ou, o que é pior, falsas. O essencial é a negociação, o que implica estabelecer o que é inegociável. E inegociável é precisamente o caráter singular e único de cada pessoa, sua base, aquilo que se deve considerar em toda decisão, ação, atitude, atividade etc. O agir ético é um componente da vida diária. Ético é aquilo que o sujeito e/ou as instituições fazem quando ninguém está olhando.

UNIVERSIDADE, SABER E ÉTICA

Nesta seção, vamos discutir mais especificamente a questão das relações entre universidade, saber e ética. Partimos, como dissemos, da concepção ética de Bakhtin, com sua amplitude e especificidade. Inicialmente, faremos uma breve discussão de concepções de universidade ao longo do tempo, tendo em vista o que consideramos essencial – a universidade como o lugar de uma relação positiva entre saber e ética.

Universitas significa conjunto, universalidade, comunidade. Quando surgiram, entre os séculos XI e XII, as universidades eram uma comunidade de indivíduos de todas as proveniências, não institucionalizada e definida pela associação entre mestres e discípulos, podendo as aulas acontecer em qualquer lugar. A universidade nasceu, assim, como uma comunidade de detentores de saber e de estudiosos. Sua função e sua responsabilidade consistiam na produção e disseminação de saberes.

Pode-se dizer que a concepção moderna de universidade a vê como um espaço de promoção da ciência e da cidadania em benefício da sociedade de que é parte. Logo, tem tanto liberdade de produção e disseminação de saberes como obrigação de produzi-los e disseminá-los em favor da cidadania. Cabe-lhe, então, a promoção da cidadania mediante a produção e disseminação de conhecimentos.

Os conhecimentos que a universidade pode e deve disseminar são tanto os conhecimentos que ela mesma produz, aquilo que está implícito nessa descrição, como todos os saberes circulantes na sociedade de que é parte, o que não está implícito, mas é pressuposto, uma vez que a universidade é parte de um ambiente social que ultrapassa seus muros, que, por vezes, tornam-se inacessíveis torres de marfim.

Vêm, então, as questões:

- A universidade dissemina saberes para além de seus muros?
- A universidade dissemina saberes advindos de outras instâncias sociais?
- Qual a relação da universidade com a sociedade de que é parte?

Para respondê-las, cabe examinar o tripé que hoje define a universidade: ensino, pesquisa e extensão. Começamos pelo ensino, que a muitos parece óbvio: ensinam-se saberes julgados relevantes para uma boa formação. Pesquisa também parece óbvia: pesquisam-se tópicos julgados relevantes para uma boa formação, o que implica estar a pesquisa atrelada à produção de saberes que devem ser levados ao conhecimento dos discípulos. Também se pensa na aplicação prática dos resultados de uma pesquisa, que deve ter utilidade para algum segmento da sociedade, seja o ensino, a saúde, o mercado, por exemplo.

Mas só parece óbvio se pensarmos sem atitude crítica: quem julga o que é relevante ensinar ou o que são novos saberes? Quem pode garantir que os tópicos ditos relevantes não são, na verdade, úteis apenas a um dado grupo social? O que uma dada pesquisa de fato contribui para o aumento do saber? E se ela for apenas a repetição de uma mesma pesquisa, a partir de um modelo rígido, mudando-se apenas os sujeitos, ou tópicos, pesquisados? Ainda: toda pesquisa deve ter resultado prático? Esse resultado deve ser aplicado imediatamente? Não se pode esperar que um resultado aparentemente sem função prática se torne o começo de uma pesquisa mais ampla, com maior aplicabilidade? Uma pesquisa na área de humanas seria menos importante que uma na área da saúde?

Extensão, em contrapartida, parece menos óbvia e tem implícitos e pressupostos outros. O que é “estender”, de onde vem “extensão”? No *Michaelis Online* temos várias acepções. Não

parece haver, em boa parte delas, nada que nos ajude a entender o que é extensão, contudo as acepções 12 e 13 ajudam: “12. Tornar mais amplo. 13 Fazer chegar; levar”. Ao que parece, extensão na universidade é “tornar mais amplo” o conhecimento, o que significa que antes havia algo menos amplo. É também “fazer chegar, levar” o conhecimento, o que implica ir a algum lugar ou dirigir-se a ele.

A expressão “curso de extensão” envolve pensar em cursos restritos, ou seja, não estendidos. E, de modo ideal, esses cursos se destinam mais a quem não é parte da universidade do que a quem é parte dela. No caso de projeto de extensão também há o pressuposto de um lugar próprio da ação da universidade e um lugar ao qual ela “leva” coisas, ao qual “estende” coisas. Logo, ao que parece, “estender” aqui é levar à comunidade mais ampla saberes julgados relevantes. Mas “estender” significa, então, que essa comunidade mais ampla não é o destinatário do ensino e da pesquisa e que só entra na universidade obliquamente?

Seriam ensino e pesquisa algo que se passa intramuros, uma função precípua, ao passo que extensão é algo que ocorre extramuros, uma função acessória, mas não fundamental da Universidade? Por outro lado, em geral, lemos “Ensino – Pesquisa – Extensão”. Raramente há outra ordem. Logo, a universidade se vê, primordialmente, como lugar de ensino (algo que vem de suas raízes) e, em função disso, de pesquisa, e, subsidiariamente, de extensão.

Quando se fala de saberes julgados relevantes para uma boa formação, não mencionamos a quem cabe decidir quais são esses saberes relevantes que estão envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Fica implícito, no entanto, que é a própria universidade que detém esse poder. Mas, sendo ela parte de uma comunidade, impõe-se uma escolha socialmente responsável: a sua autonomia não deve entrar em conflito com as necessidades

sociais extrauniversidade, assim como essas necessidades não se confundem com os imperativos do mercado.

Destaca-se, porém, que a universidade, em alguns casos, teria muito a aprender com empresas, notadamente quanto à eficiência, à inovação e à capacidade de rápida adaptação a mudanças no contexto. Em alguns casos, os profissionais da academia permanecem presos a teorias já ultrapassadas ou a uma postura transmissiva ineficaz, que mais adentra do que ajuda a desenvolver conceitos, tendo por justificativa preguiçosa algo que constitui a morte do pensamento e da inovação: sempre foi assim e sempre deu certo.

Contudo, cabe questionar se ainda dá mesmo certo. Vê-se, hoje, no ensino superior, um público que pouco lembra o da época em que “dava certo” e que vai enfrentar desafios que a universidade parece não perceber. Por isso, há quem veja a academia como uma torre de marfim, um lugar de alienação, em vez de centro de produção de saberes. Um intelectual deveria ter como função essencial duvidar até de suas próprias reflexões, ser incômodo diante das estruturas, tentar mudá-las. Claro que se tem de negociar, ter “jogo de cintura”, mas desde que isso não se torne baixar a cabeça diante dos poderes burocráticos. Uma universidade conservadora é, ao menos em termos ideais, uma contradição.

Não se trata de adestrar para o mercado, mas também não se deve ignorar o mercado. Não se trata de simplesmente seguir a ortodoxia, a opinião média, e oferecer à sociedade apenas o que ela deseja ou julga que precisa, mas também não se trata de colocar a sociedade a serviço das vontades da universidade. Não é porque o pesquisador se “apaixonou” por um dado objeto que sua pesquisa deve se tornar o centro do mundo. Para além de cada pessoa está a coletividade. E por isso se insiste na relação entre o saber universitário e a ética. Dispor de recursos de pesquisa para prolongar um interesse pessoal ou de grupo, sem pensar em sua

relevância para a coletividade, não é um comportamento propriamente ético. Afinal, cabe à universidade respeitar as éticas do reconhecimento e da responsabilidade.

UNIVERSIDADE, ÉTICA DO RECONHECIMENTO E ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

O que justifica uma universidade é também desafiar os saberes estabelecidos, e manter uma intransigente atitude ética, educar pelo exemplo. E isso a torna um órgão de elaboração intelectual de saberes úteis, e utilidade não se restringe a aplicações imediatas visando ao lucro, mas é da ordem da relevância: que contribuição social isso traz?

Para cumprir tais funções, a universidade deve agir eticamente, ou seja, deve promover o saber, incluindo-se aí tanto os aspectos de fruição estética como a valorização do ato de conhecer e do saber resultante. Ao agir de maneira eticamente responsável, a universidade põe suas atividades a serviço da população que as financia. Isso supõe, de um lado, uma ética do reconhecimento e, do outro, uma ética da responsabilidade.

A ética do reconhecimento advém da política do reconhecimento, no sentido que lhe dá Charles Taylor (1993), surgida depois do multiculturalismo, conceito que busca dar conta das formas e políticas para a convivência entre grupos distintos, principalmente étnicos e que foi ampliada para abarcar grupos socialmente distintos. Trata-se de fazer com que as instituições públicas estabeleçam e implementem uma política legítima de reconhecimento das diferentes identidades existentes nas comunidades naquilo que estas têm de específico, não a partir de um padrão com base no qual se definiriam os outros. Essa ética se funda na ideia do igualitarismo entre os diferentes, a ideia de que somos todos diferentes e, por isso mesmo, iguais, isto é, iguais uns aos outros em nossas diferenças e especificidades.

Taylor especifica que a política do reconhecimento teve sua vertente fundada na igualdade universal, que fracassou diante das diferenças sociais concretas entre as pessoas na sociedade. Em função disso, surgiu a vertente do reconhecimento das diferenças. Segundo ele, afirmar a diferença é vital porque tem sido justamente a condição da diferença que é ignorada.

As diferenças ditas aceitas tomavam a forma de diversidade, ou seja, os outros eram apenas distintos. Mas não se levava em conta que uma criança de rua e uma não de rua não são apenas diversas, mas diferentes, concretamente diferentes. Tais diferenças vinham assim sendo “objeto de reinterpretações e assimilações por uma identidade dominante ou majoritária. E essa assimilação é o pecado original contra o ideal da autenticidade” (TAYLOR, 1993, p. 61).

A autenticidade de que fala Taylor é a base da especificidade de cada pessoa: cada sujeito é distinto de todos os outros, é autêntico, insubstituível, e cada grupo tem suas especificidades no âmbito de uma comunidade, da sociedade mais ampla, do mundo. Quando se admite a diversidade sem considerar as diferenças concretas, o resultado é o apagamento das diferenças em nome de uma igualdade apenas teórica, que não leva em conta que igualitarismo consiste em tratar desigualmente os desiguais.

A ética da responsabilidade é um tema filosófico abordado por autores como Hans Jonas (2006), tendo tido uma formulação sociológica na obra de Max Weber (1998). A formulação weberiana, contudo, é parte de uma lógica na qual a relação entre os seres humanos e o ambiente era garantida e pouco problematizada, porque, ao contrário de hoje, os seres humanos não eram capazes de destruir o mundo. A ética da responsabilidade exige dos seres humanos um cuidado especial consigo mesmos e com o meio ambiente, o que se vincula com a ética do reconhecimento das diferenças, uma vez que não há seres humanos

genéricos, mas seres humanos específicos que têm de ter reconhecida a sua especificidade.

Essas considerações têm a ver com a universidade no tocante às relações desta com a sociedade e com ciência do ponto de vista do estatuto que deve ter o binômio saber-ética. Porque a ética sem o saber não permite que os sujeitos reconheçam os outros em sua especificidade e se responsabilizem por eles, e o saber sem ética não pode ter legitimidade e é destrutivo, impondo uma lógica técnico-científica ou tecnocrática, impondo, em ambos os casos, prioridades irresponsáveis que se sobrepõem aos seres humanos, aos seres vivos, à natureza.

Os comitês de ética em pesquisa, hoje comuns nas instituições universitárias, têm duas funções essenciais: de um lado, examinar os riscos e benefícios das pesquisas propostas, e, de outro, avaliar desse ponto de vista a relevância da pesquisa não apenas da perspectiva dos benefícios para o saber na universidade, como também da contribuição que ela pode dar à comunidade. Não se trata de uma análise técnica da metodologia de pesquisa nem de um aval sobre a maneira como ela vai se desenvolver, mas de uma análise ética em termos de reconhecimento das diferenças e da responsabilidade pela pesquisa, ou seja, reconhecimento e responsabilidade, ligados à sua relevância ou sua contribuição social.

Por exemplo, uma pesquisa que envolva a rememoração, pelos sujeitos, de experiências traumáticas pode ser realizada se der garantias de que todo e qualquer problema que venha a surgir no processo será sanado, o que supõe uma infraestrutura prévia. E essa pesquisa terá validade se ajudar as pessoas que venham a passar por experiências semelhantes a lidar melhor com elas ou levar a medidas de prevenção. Um comitê de ética tem sempre um membro da comunidade mais ampla precisamente para ajudar a avaliar a relevância social.

Mas os comitês não podem saber como a pesquisa vai se desenrolar e, embora tenham o chamado *múnus público* (mandato normativo), não podem garantir em todos os casos o retorno social da pesquisa. Recomendam, mas não podem fiscalizar. Assim, uma pesquisa, por exemplo, pode contribuir para entender as relações numa fronteira, mas se nunca for divulgada aos diretamente interessados, os habitantes da fronteira, torna-se inócua. Fazê-la chegar às várias instâncias a ser reconhecidas é, nesse sentido, uma obrigação ética.

O caráter de responsabilidade e participatividade do agente merece destaque, pois ele participa responsabilmente de seus atos, mesmo que não queira. Se se recusa a responder *por* seus atos, nem por isso vai poder furtar-se a responder *a* – alguém, uma coletividade etc. O ato responsável envolve o conteúdo do ato, seu processo, e, unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito a seu próprio ato, valoração apresentada aos outros sujeitos.

A avaliação como aspecto arquitetônico do ato e o caráter situado do sujeito levam Bakhtin a propor que o valor do ato é aquele que ele tem para o agente, não um valor absoluto que se imponha. Assim, a experiência no mundo humano é sempre mediada pelo agir situado e avaliativo do sujeito que lhe confere sentido a partir do mundo dado, como materialidade concreta. Logo, não há sujeito que tenha um *álibi* na vida, que se justifique sem assumir responsabilidade. Os sujeitos podem simplesmente não ser culpados de alguma coisa, ainda que sejam responsáveis pelos seus atos, mesmo involuntários. Dizer “eu não sabia” só é atenuante se o sujeito tiver sido impedido ou impossibilitado de saber. Depois que sabe, por exemplo, que houve um dado comportamento *aético* num dado lugar, sua atitude de recusa, de aceitação, de omissão, de dar de ombros é responsabilidade inalienável sua.

No caso das pesquisas na universidade, as duas dimensões éticas impõem pensar nos seguintes elementos (SOBRAL, 2005b, p. 114-15):

- a relação entre os aspectos generalizáveis e os aspectos particulares do fenômeno;
- a relação entre as expectativas do pesquisador e a realidade do fenômeno; e
- o caráter de construção arquitetônica de toda pesquisa, que envolve a criação de uma totalidade orgânica que permite à pesquisa ir além da construção mecânica e constituir-se em totalidade dotada de sentido.

Esse arcabouço serve para que a pesquisa, partindo de fenômenos do mundo, de uma teoria, de uma metodologia e de um objetivo, constitua um objeto e o examine eticamente, o que impõe rigor e responsabilidade, bem como transparência. A falta de transparência induz a especulações que são danosas; permite que tudo se diga e que nada se prove – o que é altamente aético. Em cada um desses planos, é preciso ter cautelas porque há perigos.

A generalidade da teoria não pode se sobrepor aos fenômenos específicos, nem estes podem sobrepor-se à generalidade. No primeiro caso, nos perdemos no absolutismo da camisa-de-força na qual enquadramos os objetos e, no segundo, no relativismo da singularidade que não identifica os pontos de contato com outros fenômenos na construção do objeto: a tirania da teoria ou a tirania da prática.

As expectativas do pesquisador não podem se sobrepor à realidade do fenômeno nem deixar de perceber sua especificidade à luz de outros fenômenos semelhantes, outra etapa da construção do objeto. Do mesmo modo que não se pode encontrar na pesquisa o que já se esperava antes de começar a pesquisa,

também não se pode desconhecer o que se vai estudar, pois não se reconheceriam os resultados obtidos. E os resultados podem mesmo alterar a teoria de que se partiu, caso esta não mais se mostre adequada.

Ao construir o relato de sua pesquisa, etapa de desvelamento de sua arquitetônica, de sua maneira específica de seguir as regras gerais, o pesquisador haverá de reconhecer as hipóteses refutadas, as interpretações errôneas e as conclusões apressadas. Aqui fica mais flagrante a importância do equilíbrio teórico associado à postura ética. Esconder o fracasso de comprovação de alguma hipótese compromete o resultado. Concluir provando um pressuposto compromete o resultado. Pressupostos são a base e não objeto de comprovação. Se a teoria supõe relações dialógicas como sua base, não se pode provar que há relações dialógicas, mas descrever os tipos e forças de relações dialógicas que a pesquisa descobrir.

A abordagem das relações entre ensino e pesquisa na universidade é necessária porque, de fato, cabe saber até que ponto o ensino é beneficiado pelas pesquisas e estas pelas necessidades do ensino⁶. Zandvais (2012, p. 14) afirma que “parece não haver dissensões em torno do fato de que o ensino **pode estar articulado à pesquisa**” (grifos nossos), o que não implica aceitar a pesquisa como fundamento do ensino, mas indica que a pesquisa deve ser produzida “no interior de contextos escolares” (Idem, p. 24) e considerar “possibilidades de escuta da realidade discente” (Ibidem). A autora alega que as relações entre a atividade docente e o conhecimento implicam de alguma maneira um “trabalho incessante de pesquisa” (Idem, p. 14). Isso sugere

6 Essa questão foi objeto de uma mesa redonda no VI SENALE, em 2010. Na oportunidade, reuniram-se Ana Zandvais, Ubiratã Alves e Adail Sobral para “responder” à questão “A pesquisa serve de fundamento para o ensino de língua(s)?”. A partir de suas considerações, aqui resumidas, busca-se desenvolver a questão dessa relação do ponto de vista das duas éticas aqui expostas.

que não há uma única possibilidade de pesquisa e de ensino ou uma única forma de articulação entre pesquisa e ensino.

Alves (2012, p. 234), por sua vez, a partir de um tópico específico, vai questionar: “De que forma a pesquisa [...] serve de fundamento para o ensino? A pesquisa [...] deve, necessariamente, contribuir com a prática pedagógica?”. Ele busca explorar as possíveis relações entre pesquisa e ensino, seja do ponto de vista da possibilidade de este último ter a pesquisa como fundamento como da necessidade de a pesquisa estar voltada para contribuições ao ensino.

Essas considerações permitem questionar: existe pesquisa pura, isto é, restrita aos seus objetos (e que age como se houvesse fenômenos em si antes de uma teoria os constituir como objetos), à teoria de que se parte ou aos objetivos de pesquisa? Se sim, é ela legítima? Existe pesquisa aplicada restrita aos objetivos práticos de que partiu? Se sim, é ela produtiva? A pesquisa não deveria ter sempre utilidade social, ainda que não deva se restringir ao que se poderia chamar de aplicacionismo? Se a pesquisa para si seria socialmente inútil, a pesquisa voltada apenas para uma aplicação não seria demasiado restrita?

Não será (ou deveria ser) todo ensino, tal como a pesquisa, sempre puro e aplicado ao mesmo tempo, isto é, voltado tanto para os resultados da pesquisa como para as necessidades do contexto de ensino? Não deverão a pesquisa e o ensino propor uma dada organização de dados e uma reflexão sobre esses dados também a partir dos contextos pesquisados e de suas necessidades ou ao menos os levando em conta? Isso em desprezar suas próprias necessidades e condições, mas de acordo com a contextualização específica de cada pesquisa, de cada situação de ensino, das necessidades e condições sociais em que ocorrem ensino, pesquisa e extensão?

Segundo as éticas aqui propostas, deve-se implementar uma pesquisa e um ensino (e uma extensão) socialmente sensíveis,

voltados para atender primordialmente às demandas sociais, em seus níveis específicos, sem por isso se curvar ao pragmatismo do mercado (muitas vezes o puro e simples adestramento de repetidores, em lugar da formação de profissionais críticos, éticos, capazes de pensar, e não apenas de executar tarefas) ou aos objetivos da pesquisa pela pesquisa (a vontade de saber para se dizer sabedor, sem pensar em possíveis contribuições a demandas concretas.

É preciso quanto a isso considerar que a pesquisa se distancia tanto mais da realidade quanto mais

- (1) acredita que existem dados prontos nos fenômenos do mundo, isto é, quando não reconhece que dados são o resultado do encontro entre fenômenos do mundo e sua construção teórico-metodológica por uma dada teoria que deles faz um objeto de estudo; e
- (2) empenha-se em empregar uma linguagem a tal ponto técnica que exclui toda tentativa de didatização e mesmo de compreensão por quem não seja pesquisador especializado.

Do mesmo modo, o ensino é tanto mais ineficiente quanto mais se restringe a questões imediatas, ignorando as descobertas de pesquisas, e/ou quando julga que a pesquisa só serve se tiver fins pragmáticos estritos, sem se dar conta que é da amplitude dos princípios descobertos que se pode adaptar o conhecimento gerado a situações específicas.

Inovar é vital, e inovar se define como pensar o até o momento impossível. E a inovação vem não só da observação de necessidades práticas como de possibilidades que a pesquisa pode mostrar, inclusive quando se refutam hipóteses a partir da análise de dados advindos do contato entre fenômenos concretos e formas de interpretação, não inventados por teorias, mas

abarcados por elas em pesquisas. Nem toda inovação, contudo, tem valor concreto se a atitude, a mentalidade, as estruturas ou a comunidade social são refratárias à mudança ou, pelo contrário, entusiastas dela a ponto de julgar que tudo o que é novo, e só o que é novo, tem valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa só se justifica se não for relativista nem absolutista, e sim um empreendimento coerente de busca permanente do inalcançável, que é a verdade enquanto veridicidade. Não a verdade universal, mas a verdade como atributo de uma dada situação, a verdade como união entre o válido como princípio geral e o que só adquire validade em contextos concretos, ou seja, a veridicidade, a aceitação contextual de um dado valor como verídico no contexto.

Defende-se uma pesquisa e um ensino de fato inseridos numa (e integrados a uma) realidade circundante que requer uma ação afetiva, um real compromisso ético com as necessidades sociais mais amplas e não a mera elegância teórica ou, melhor dizendo, teoricista, que, em vez de propor princípios gerais, num plano global, a ser empregados na busca de soluções específicas, nos planos locais, busca abarcar todas as situações, como se o mundo humano pudesse curvar-se ao pretensão peso do saber organizado.

Tudo isso mostra ser vital – e constituir uma responsabilidade ética, sem alibi –, que a universidade promova a integração entre pesquisa e ensino. Isso evitaria que a pesquisa seja olímpica, isto é, alienada das realidades a que deve servir, e que o ensino seja pragmaticista, isto é, restrito a objetivos específicos puramente pragmáticos. E, mais do que isso, ensino e pesquisa devem estar integrados à extensão, porque um ensino restrito a preferências da universidade e uma pesquisa voltada para

atender a interesses específicos da universidade não podem atender ao imperativo que são as éticas do reconhecimento e da responsabilidade.

A ideia de parcelas da academia sobre a ignorância da comunidade diante das certezas da universidade é muito pretensiosa, contrária a todos os princípios éticos, uma negação do valor igual dos diferentes. A universidade não é entidade isolada, não tem o direito de alienar-se ou de desprezar a comunidade circundante, pois está sempre a serviço desta.

Pode-se, portanto, dizer que ensino e pesquisa devem não apenas se apoiar mutuamente como caminhar juntos, na qualidade de empreendimentos complementares. E é possível pensar que um bom campo de provas do ensino e da pesquisa integridos são as atividades de extensão e/ou de formação continuada, ou mesmo pesquisas que partam de realidades locais com vistas a fazer propostas concretas que levem em conta essas realidades, sem prejuízo à generalização que as pesquisas buscam, mas para além do saber por saber, sem responsabilidade social.

Só podemos reconhecer (ética da responsividade) e respeitar (ética da responsabilidade) devidamente o outro, aquele que nos faz mudar, ou a quem mudamos, justamente sendo quem somos e deixando que os outros sejam quem são. Sem isso, tudo perde o sentido, ou seja, tanto o rumo como a significância.

A universidade também tem seus outros, e é um outro para tantas instituições e pessoas. As atividades acadêmicas devem ser entendidas como uma resposta e uma responsabilização perante a comunidade, na forma do esforço de fazer o ensino e a pesquisa ajudarem a atender (ou ao menos a identificar) necessidades sociais de que os pesquisadores muitas vezes sequer suspeitam, mas que cedo ou tarde vão incidir sobre as atividades de pesquisa e de ensino e sobre suas relações, seja na forma de uma demanda pacífica ou de uma queixa acerca do comportamento ético da universidade, sobre sua alienação.

A universidade ensina à comunidade e pesquisa na comunidade, sendo parte dela. Atender às necessidades comunitárias não significa, como temem alguns, desistir da tarefa da universidade e do intelectual, que é desafiar os saberes estabelecidos, o senso comum, sem nunca deixar de partir das necessidades concretas dessa mesma comunidade. Não é a comunidade que deve servir à universidade, mas a universidade que deve servir à comunidade, sem, insistimos, deixar de exercer sua função de duvidar. Em consequência, a integração socialmente sensível entre as várias áreas de atuação da universidade é sem dúvida a única postura digna do imperativo ético do reconhecimento, ou responsividade, e da responsabilidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, U. K. Pesquisa em aquisição de L2 e ensino: um relacionamento possível (mas não necessariamente garantido). In: LEFFA, V.; ERNST, A. **Linguagens: metodologias de ensino e pesquisa**. Pelotas: Educat, 2012, p. 233-252.

BAJTÍN, M. M. **Hacia una filosofía del acto ético: de los borradores y otros escritos**. Trad. e notas Tatiana Bubnova. Barcelona/San Juan: Anthropos/EDUPR, 1997.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: editora 34, 2015.

JONAS, H. **O Princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

MCINTYRE, A. **Justiça de quem? Que racionalidade?** São Paulo: Loyola, 1991.

SARTRE, J.-P. **L'existencialisme est un humanisme**. Nagel: Paris 1970.

SOBRAL, A. Ato, atividade e evento. In BRAIT, B. **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005a.

SOBRAL, A. Ético, estético e a pesquisa em ciências humanas. In BRAIT, B. **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005b.

SOBRAL, A. U. **Do Dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. **A concepção dialógica e os dois planos da linguagem e da constituição do sujeito: algumas considerações**. *Nonada: letras em revista*, v.3, p.204-223, 2015.

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y la política del reconocimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

VOLOSHINOV, V. **El signo ideológico y la filosofía del lenguaje**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**: Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

ZANDWAIS, A. Demandas da pesquisa e diálogos entre teoria e prática. In: LEFFA, V.; ERNST, A. **Linguagens: metodologias de ensino e pesquisa**. Pelotas: Educat, 2012, p. 13-26.

A CONSTRUÇÃO DOS SABERES NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: REFLEXÕES BAKHTINIANAS PARA A ARQUIVOLOGIA

Eliete Correia dos Santos (UEPB)¹
Jacqueline Echeverría Barrancos (UEPB)²

INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto das discussões realizadas no 5º Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa (CIAIQ) e 1º Simpósio Internacional de Pesquisa Qualitativa ocorrido no Porto – PT, em 2016 cujo debate propiciava a interrelação de várias áreas do conhecimento, de saberes e de práticas de investigações qualitativas.³ Em nosso entendimento, a pesquisa qualitativa envolve uma mudança significativa de

1 Professora do Curso de Arquivologia da UEPB. Doutorado em Linguística pela UFPB e doutorado-sanduiche em Ciência da Informação pela Universidade do Porto – PT. Pesquisadora do grupo de pesquisa GPLEI – PROLING- UFPB e líder do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS, atuando na linha Arquivo, Linguagem e Memória. professoraeliete@hotmail.com

2 Professora do Curso de Arquivologia da UEPB. Doutorado em Administração pela UFPB. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS, atuando na linha Arquivo, Linguagem e Memória. unijacqueline@gmail.com

3 Uma versão ampliada da comunicação foi aceita para a publicação na Revista Pesquisa Qualitativa – São Paulo, em agosto de 2017, este é um dos textos selecionados no evento pela comissão científica do CIAIQ.

paradigma, da visão de sujeito e pesquisador, um ato responsável no qual se prioriza a qualidade política. “A politicidade aparece precisamente na capacidade de fazer, dos limites, desafios. Dito de outra maneira, a politicidade é a prova do sujeito: não somos apenas objetos de manipulação externa ou alheia, pois podemos nos fazer sujeitos de proposta própria.” (DEMO, 2004, p.19).

Entendida como processo de interação social fundamentada no diálogo com o outro (relaciona-se à ideia de sujeito social, histórica e ideologicamente situado, que se constitui na interação com o outro) e na unidade das diferenças, a concepção dialógica de linguagem pode ser um caminho para refletir sobre a Arquivologia em relação a outras áreas do conhecimento.

A relativização do domínio quase absoluto das instituições arquivísticas quanto à produção e à legitimação do conhecimento por décadas vem diminuindo e se abrem novos espaços nas universidades para discussão epistemológica do próprio campo empírico, de seus objetos, de seus métodos. A Arquivologia, como ciência, é um fenômeno contemporâneo e se configura com perspectivas além da imediaticidade da gestão arquivística o que leva a um estudo distintivo entre pesquisas em arquivos realizadas por cientistas sociais e pesquisas em Arquivologia sobre as diversas dimensões arquivísticas.

As visões são distintas e trazem contribuições e/ou distorções ao construir a pesquisa na área.⁴ Há trabalhos que seguem a linha da Arquivologia como um campo autônomo e uma ciência auxiliar da História, ou a Arquivologia como uma disciplina que constitui uma subárea da Ciência da Informação, e a vertente que investiga a Arquivologia como uma ciência em permanente construção, dotada de autonomia e interdisciplinarmente

4 Para um aprofundamento a respeito dessas vertentes, ver a tese de doutorado de Schmidt (2012) que apresenta trajetória, concepções e contextualizações da construção do objeto científico em Arquivologia.

construída nas relações com outras ciências, tais como a Linguística, Administração, Ciência da Informação, História, entre outras. (JARDIM, 2012).

Apostando nessa última vertente, o grupo de pesquisa em Arquivologia e Sociedade - GPAS da UEPB assume uma postura interdisciplinar de investigar a área. A interdisciplinaridade tem sido definida como uma estratégia que busca a união de diferentes disciplinas para tratar um problema comum. Nesse caso, pode-se entender como um procedimento metodológico relacionado com o processo de “finalização das ciências”, que, como resultado de ter alcançado um estado de “maturidade”, deveria levá-las a redirecionar seu potencial aplicativo para a demanda social de conhecimentos, internalizando uma exigência de “reintegração” e “retotalização”.

É nesse sentido que diversas ciências podem repartir tarefas de pesquisa, sem se afastar de seus conceitos e métodos, para contribuir em um projeto ou em uma problemática comum. Esses processos, que correspondem ao que se denomina uma *interdisciplinaridade técnica*, integram uma série de ciências e tecnologias aplicadas como uma divisão do trabalho intelectual, científico e técnico, tanto nos processos de produção, como em um conjunto de projetos sociais.

A interdisciplinaridade é, ao mesmo tempo, requisito e sinal de um mundo diferente: novos procedimentos científicos e técnicos e novo estilo de civilização. Tem como função desenvolver no sujeito um processo de pensamento que o torne capaz de enfrentar novos objetos de conhecimento, buscar uma nova síntese.

O ponto principal da concepção de interdisciplinaridade desse grupo de pesquisa é definida, a partir de Bakhtin (2010a), de Zonas Fronteiriças. Acredita-se que as demarcações de cada disciplina contribuem para entender o objeto multifacetado, com vários pontos de vista. É justamente nas zonas fronteiriças

de cada disciplina em relação à outra que a dimensão da cooperação atua, respeitando o conhecimento epistemológico e metodológico utilizado em cada uma delas. Nas zonas fronteiriças de integração, há abertura para o diálogo sem que isso implique abandono da identidade disciplinar originária. (SANTOS, 2013).

Assim, o objetivo desse capítulo é refletir a concepção de linguagem e ciência à luz dos estudos bakhtinianos para a Arquivologia, assumindo uma postura de cooperação entre as áreas interdisciplinares.

MÉTODO OU DIRETRIZES PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS?

O gênero discursivo vive do presente, mas sempre recorda o seu passado, o seu começo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1981). É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. Dessa forma, nesta seção, refletimos sobre as Ciências Humanas para que possamos discorrer sobre o objeto científico em Arquivologia. Embora Bakhtin (2010a) apresente apenas a metodologia para Ciências Humanas⁵, consideramos essa área também como Social, por reconhecer que é uma via de mão dupla, dialética entre o humano e o social, em que uma depende da outra para ser investigada, pois não há objeto científico que não seja mediatizado por texto; além

5 De acordo com a CAPES, a classificação original das Áreas do Conhecimento apresentou uma hierarquização em quatro níveis, que vão do mais geral aos mais específicos, abrangendo 08 grandes áreas, 76 áreas e 340 subáreas do conhecimento. Sendo assim, a Arquivologia estaria em uma subárea da Ciência da Informação na avaliação de uma grande área das Ciências Sociais Aplicadas, a Educação pertence à grande área das Ciências Humanas e a Linguística diz respeito à grande área Linguística, Letras e Artes; em nosso entendimento, todas essas são Humanas e Sociais e sempre que nos referirmos às Ciências Humanas neste trabalho, estamos também situados nas Ciências Sociais Aplicadas.

disso, por entender que nosso objeto de estudo transita entre a Linguística, a Educação e a Arquivologia.

Bakhtin se via como um pensador e não como um cientista, preso à positividade e à modelização formal e se colocava fora de uma racionalidade propriamente científica, desenvolvia um pensamento mais livre transcendendo as fronteiras de disciplinas e metodologias estabelecidas. Para ele, o mundo não é um objeto calculável com um modelo instrumentalizante de uma análise científica. Até o fim de sua vida, deixou muito clara a sua recusa às correntes do pensamento do objetivismo abstrato e subjetivismo individualista e a abertura à discussão das ciências humanas como fundamentalmente hermenêuticas.

Faraco (2009) adverte sobre as diversas procuras dos textos de Bakhtin (e do Círculo) como um método científico, vários pesquisadores se aproximam deles na expectativa de encontrar um conjunto de procedimentos para a análise literária e para a análise linguística e aponta que, em busca de uma cientificidade, transformam categorias filosóficas em categorias científicas, em categorias de método, em especial a polifonia, o diálogo, a carnavalização. Mesmo os trabalhos de “Voloshinov e Medvedev, comprometidos com o pressuposto de cientificidade do pensamento marxista, dificilmente podem ser lidos como contendo recortes de ‘objetos calculáveis’ e formalizações de proposições de método.” (FARACO, 2009, p. 39).

Os textos do Círculo de Bakhtin, em nenhum momento, apresentam uma formalização de método científico, mas sim diretrizes para conhecermos melhor o objeto estudado⁶; e também o fazer científico nas ciências humanas materializado por gestos interpretativos, por contínua atribuição de sentidos. Em seu texto “Metodologia das ciências humanas”, parece que o pensamento desse filósofo sobre ciências humanas foi inspirado na

6 Ver a 3.ª parte do texto de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1981).

leitura dos textos do alemão Dilthey (1833-1911), que recusava a concepção positivista ao pretender reduzir as ciências humanas e sociais às ciências naturais, no entanto Bakhtin critica o psicologismo inerente ao raciocínio de Dilthey ao mostrar como ele constituía um sistema em que o psiquismo tem primazia sobre o universo da cultura, desconsiderando a dimensão social.

Para Bakhtin (2010a), a consciência individual é construída pela interação verbal e o universo da cultura tem primazia sobre o psiquismo. O objeto das ciências humanas é o “ser expressivo e falante”, ou seja, o objeto da pesquisa é objeto falado, é o próprio texto fazendo um duplo movimento: como resposta ao já dito e também sob o condicionamento da resposta ainda não dita, mas solicitada e prevista, assim o objeto também é falante a explicar e compreender.

Bakhtin diferencia o que ele vê entre as ciências com relação ao objeto. Nas ciências naturais, uma relação monológica porque o objeto é mudo; nas ciências humanas⁷ (ciências do espírito), uma relação dialógica porque o objeto é um texto. Nas ciências naturais, o sujeito contempla e fala sobre uma coisa muda; nas ciências humanas, há pelo menos dois sujeitos sociais e historicamente localizados, o que analisa e o analisado. Desse modo, no dizer desse filósofo, as ciências humanas se debruçam sobre a significação e trabalham com a compreensão e não apenas com a explicação. (cf. BAKHTIN, 2010a; AMORIM, 2004, 2006; FARACO, 2009). “A compreensão como visão de sentido, não uma visão fenomênica e sim uma visão do sentido vivo da vivência na expressão, uma visão do fenômeno

7 Amorim (2004) adverte que o fato de ter o homem como objeto não define as ciências humanas. Essa concepção perde a validade nas abordagens que supõem uma continuidade entre natureza e cultura. O que não impede que o homem seja estudado por abordagens cognitivistas ou etológicas, visões opostas de Bakhtin em que o estudo do homem é não natural e o acesso da cultura é descontínuo.

internamente compreendido, por assim dizer, autocompreendido.” (BAKHTIN, 2010a, p. 396).

Nesse conjunto de diferenciações entre ciências naturais e humanas, o que nos importa entender sobre o dizer de Bakhtin sobre ciências humanas é a capacidade de não fundir em um só os dois sujeitos (o pesquisador e o pesquisado), não refrear a alteridade daquilo que é outro sem transformar em qualquer coisa que é para si. “Compreender⁸ não deve excluir a possibilidade de uma modificação de seu próprio ponto de vista. O ato de compreensão supõe um combate onde o que está em jogo reside numa modificação e num enriquecimento recíprocos.” (BAKHTIN, 2010b, p. 249). Dessa maneira, não existe sentido anterior ou último; segundo esse filósofo, há progressão dialógica que parte do texto e daquilo que existe nos contextos passados a chegar à frente, o começo de um contexto futuro, assim um contexto inacabado sem limitação para o contexto dialógico de um texto. “Isto confere às ciências humanas um caráter provisório e plural que deverá se defrontar com o imperativo da explicação e da formulação de leis tendendo ao universal” (AMORIM, 2004, p. 193).

A respeito desse aspecto, Amorim (2004) discute com ênfase essa concepção bahktiniana das ciências humanas como espaço de tensão dialógica ao afirma que um texto só pode se dizer através de um outro e a cada vez que é lido um novo sentido é declarado; a reinterpretação e a releitura são a marca dessas ciências, o destino de toda grande obra nesse campo e nisso consiste a maior parte da atividade do pesquisador em ciências humanas: reler e reescrever. Um olhar mais atento de um objeto em uma mesma cultura se perceberá que se relê textos teóricos ou se reinterpreta textos recolhidos em campo.

8 Bakhtin usa compreender e interpretar como equivalentes.

Se pensarmos a aprendizagem de uma linguagem de especialidade com relação ao uso informal de algumas expressões, por exemplo, o suposto erro poderia ter várias significações, vários sentidos. Em uma pesquisa chomskiana, a competência das estruturas seria estudada e generalizada, em um contexto sociolinguístico, seria observado o uso de uma variação linguística e o preconceito estabelecido entre as esferas de uso, em uma interpretação sociológica, poderia ser interpretada como uma resistência cultural às normas cultas. Assim, se mudarmos o olhar teórico, poderíamos ter outras interpretações, como disse Saussure (1975), o ponto de vista é que define o objeto. É justamente isso que Bakhtin discute: a bipolaridade entre a explicação e a interpretação, entre o conceito e o sentido, o reproduzível e o irreproduzível, o lógico e o dialógico (cf. BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1981; AMORIM, 2004)⁹.

Amorim (2004) acresce a ideia de proximidade de um polo ou de outro, a tentativa de supressão de um ou de outro, o desafio de encontrar um equilíbrio entre os dois, na vasta heterogeneidade de textos. Polos opostos que não se excluem e se devem confrontar no interior de um mesmo trabalho. Nesse jogo de tensões, sustentar a diferença, a exotopia e a bivocalidade em um movimento que deve inscrever o outro em nosso universo de questões, mas sem reduzi-lo para que se possa sempre ouvir a sua voz, o que a autora define como uma abordagem polifônica das ciências humanas. A alteridade do objeto torna-se interlocução e funda assim a especificidade do discurso das ciências humanas. Nesse sentido, a autora propõe uma dupla inversão.

Inversão dupla operada pelo texto de pesquisa em relação à situação enunciativa de campo: o outro ao qual o texto se dirige é um *ele* e o

9 Amorim (2004) apresenta essa questão a respeito desses pares de oposição e dos pares sobre teoria do signo contidos em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. A autora levanta uma possibilidade que Bakhtin poderia ter formulado uma teoria dialética das ciências humanas e deixa a pergunta se não o fez por tempo ou por escolha.

outro de que fala é um *tu*. Se a voz do objeto é real posto que fala no texto, a enunciação que dispõe o objeto como *tu* e o destinatário como ele só existe como funcionamento textual. É preciso não confundir a composição enunciativa do texto com a enunciação real que se deu na situação de campo. Na enunciação real, o outro era o *tu* ao qual se dirigia o pesquisador e que tomava a palavra tornando-se um *eu*. No texto, o outro está necessariamente no lugar do objeto, logo do *ele*. Que sua voz faça no texto o papel de um *tu* que interfere na palavra do autor obrigando-o a lhe responder, não restitui magicamente a copresença do outro. (AMORIM, 2004, p. 198-199).

Desse modo, o leitor estará no lugar do *tu*, tomará a palavra e dará um sentido a ela com suas próprias palavras que é exterior e posterior ao texto. A dupla inversão do texto de pesquisa em ciências humanas designa, pois, uma enunciação segunda e composicional. Do mesmo jeito, de acordo com a autora, o *eu*, ao aparecer no texto, é condição segunda, é reveladora a apresentação sob forma de um *nós* ou de *se*. Enquanto locutor (*nós* ou *se*), será marcado pela particularidade e parcialidade do ponto de vista e das questões que ele propõe. Embora a impressão seja de generalização para conceptualizar ou formular princípios de sistematização, é uma voz presente no texto. Falar como um *eu* no texto científico passa-se a ideia de uma cumplicidade muda e sem objeção ao vivido por alguém. Renunciar a pretensão de que o *se* produz um enunciado no qual ninguém fala é desprezar a concepção de inacabamento do texto.

Parece-nos ser esse um dos desafios para se construir ciência em Arquivologia, como ser aceito em um universo culturalmente formado de normas e princípios, mas com a clareza do meu posicionamento diante dos vários outros, das relações estabelecidas entre o objeto, entre o sujeito e o objeto, entre

os sujeitos que participam antes, durante e após o meu texto. Resumidamente, Amorim (2004) apresenta duas proposições de esboço para uma abordagem polifônica das ciências humanas: A dupla inversão como dispositivo textual de base que dispõe os papéis enunciativos mínimos de um acontecimento cuja resultante é imprevisível; o carnaval como variante-limite da abordagem polifônica – sua impossibilidade no texto científico e sua função pré ou pós-teórica da desarrumação e renovação da pesquisa.

Assim, a análise é voltada para o objeto e não busca a subjetividade do pesquisador, e afirma dois princípios de trabalho (AMORIM, 2004, p. 207): “1. A recusa de um subjetivismo relativista onde o objeto seria inteiramente reduzido ao modo como dele se fala; 2. A recusa da ilusão positivista ou do pressuposto fenomenológico de que é possível falar das coisas ‘tal com elas são’”.

O objeto das ciências humanas existe independente de mim, antes e depois de mim, ele é o próprio discurso, em suas variadas fases, seja de construção, de recolhimento ou de transmissão. A problematização dos contextos de interpretação, distantes ou não, fundamenta-se em uma renovação interminável dos sentidos em todos os contextos novos que podem ser investigados em dois tempos: “o pequeno tempo – a atualidade, o passado imediato e o futuro previsível – ou o grande tempo – o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre” (BAKHTIN, 2010a, p. 409).

No dizer de Bakhtin, podemos pensar como responsabilidade do pesquisador a unidade entre teoria, ética e estética; um agir do sujeito consciente de sua responsabilidade de sujeito humano que responde à sociedade pelos seus atos, em uma “inter-relação entre o mítico (*mythos*) – que é coesivo, mas repetitivo –, o prático (*métis*) – que é vivo, mas contingente – e o teórico (*logos*), que é somativo, mas pode distanciar-se do aqui e agora” (SOBRAL, 2005, p. 118).

Sobral (2005, p. 118) adverte que o agir do sujeito, nos planos citados anteriormente, deve ter condições de impedir que:

- a) O *logos* (a razão, o discurso) ceda ao *mythos* (a repetição, o abstrato) e desdenhe a *métis* (o prático, o concreto);
- b) O *mythos* instaure o discurso único, indiscutível (anti-*logos*) e abstrato (anti-*métis*);
- c) A *métis* imponha a singularidade como único critério de valor e sufoque tanto a necessária generalização que o *logos* propicia em sua dialogicidade como a coesão que o *mythos* propicia, evitando a queda na luta de todos contra todos.

Enfim, fazer ciência em Arquivologia, em uma postura bakhtiniana, equivale a definir como percebemos essas relações entre os aspectos generalizáveis e os aspectos particulares do objeto estudado, entre as expectativas do pesquisador e a realidade do objeto em um plano ético. A escrita, nesse sentido, não é mecânica, é construção permanente de discursos sociais e históricos do ser no mundo do sujeito pesquisador que apresenta uma avaliação responsável de suas ações nas coerções de suas relações sociais.

Acreditamos que as diretrizes traçadas pelo Círculo bakhtiniano nos apresentam o caminho de se pensar não apenas as categorias filosóficas – já discutidas por vários autores –, mas, sobretudo, categorias de um método para ciências humanas, que podem representar uma maneira de ser visto o discurso de outrem com mais ética ao ser citado no texto ou objeto de pesquisa do investigador, uma compreensão das fronteiras da interação verbal.

Entender as ciências humanas e sociais aplicadas à luz do pensamento do círculo bakhtiniano nos permite perceber que

a consciência individual se amplia na interação com os outros, na interação com uma realidade idealizada, mediada pela cultura: a participação em atividades no mundo medeia o individual e o social. Assim, escrever e fazer ciência na academia só é importante na medida em que nos possibilita desempenhar determinados papéis em uma sociedade. Sob essa perspectiva, achar lugar para a escrita na vida do aluno não é suficiente, é preciso e requer muito mais, como veremos na próxima seção.

O OBJETO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

O objeto das ciências humanas para o Círculo de Bakhtin é o ser expressivo e falante, por isso não se trata apenas de contribuição para a linguística ou literatura; refere-se a uma concepção do ser semiótico no mundo dos sujeitos de, uma concepção filosófica de como a cultura, juntamente aos sujeitos, institui e adquire sentido, em sua própria relação simbólica com o mundo dado e o transformam necessariamente em mundo postulado.

A concepção dialógica de Bakhtin/Volochínov (1981)¹⁰ amplia as reflexões sobre a língua para além da estrutura, focalizando o discurso no seu contexto sócio-histórico. Esses autores constroem uma nova forma de pensar a linguagem a partir da crítica às duas tendências vigentes nos anos vinte do século passado: a estilística clássica que se baseia no idealismo e o estruturalismo situado nos estudos do sistema abstrato. Essas teorias não davam conta do funcionamento da língua e surge a terceira tendência que considera a linguagem em uso e o sujeito inserido na história produzindo sentido nessa interação.

10 Neste texto, ao se referir a essa obra, não faremos alusão ao Círculo de Bakhtin, mas seguiremos a tradução brasileira na qual aparecem os nomes dos dois autores (Bakhtin e Volochínov).

Bakhtin/Volochínov (1981) consideram limitada a teoria da expressão do *subjetivismo idealista*, que tomou o objeto de estudo como enunciação monológica isolada e exclui qualquer réplica ativa ou resposta, e mostram que o processo de compreensão exige sempre uma resposta ativa. O problema do ato passivo nada tem a ver com a atividade de linguagem, pois exclui a possibilidade de abertura que esta permite e limita a pluralidade de leituras que esse modo de ver oferece. O ato de compreender não se reduz à decodificação e alcança uma amplitude maior do que aquela que se fecha no interior da mente. Um ponto que podemos destacar da rejeição de Bakhtin a essa tendência é que a expressão é tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores, ou seja, a expressão comporta, portanto, duas facetas: o conteúdo (interior) e sua objetivação exterior para outrem (ou também para si mesmo).

A outra crítica incide sobre a orientação do pensamento filosófico do *objetivismo abstrato* fundamentado no sistema linguístico estável e constituído por formas independentes da situação social. A ênfase está na linguística estruturalista, que valoriza mais o objeto do que o sujeito; enfatiza mais a forma do que o conteúdo e considera o significado no nível da língua. Essa visão de língua considera que o sentido está no texto e os sujeitos interpretam de forma sempre idêntica as mensagens que trocam.

Para ilustrar essas posições, temos de retomar os estudos linguísticos do século XX, iniciados por Saussure no século XIX, por buscar um método ou um estatuto científico para os estudos da linguagem. Para Saussure (1975, p. 17), “a língua é ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade aos indivíduos.” Já a

linguagem, tomada em seus diferentes domínios, é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, pertencendo ao domínio individual e ao social. Desse modo, deriva-se uma divisão entre língua e fala em que esta é individual e, portanto, fica à margem dos estudos, junto a outros elementos constitutivos do ato comunicativo: o sujeito e os aspectos sócio-históricos do discurso. Essa teoria constituiu um avanço significativo para a época.

A distinção entre língua e linguagem foi mais um alvo das críticas, na qual Saussure observa que aquela ocupa uma posição privilegiada e de autonomia em relação à linguagem. A língua é vista por sua parte formal ou por suas regularidades, mesmo sendo parte da linguagem, não se confunde com ela. A língua é considerada como “norma de todas as outras manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 1975, p. 16-17). Há outras contribuições desse autor para a linguística, que marcaram as reflexões positivistas de sua época: a tese da arbitrariedade do signo, aceitando o convencionalismo e rejeitando o naturalismo, e a da língua como um sistema de valores, que vincula a Linguística ao princípio semiológico.

Ser caracterizada como fato social, presente nos membros de uma comunidade linguística, constituiu não só a base do estudo imanente da língua, mas também o paradigma que sustenta a Linguística da língua proposta por Saussure. A visão estrutural manteve-se até os anos 1970 e serviu de base para muitas outras pesquisas em diferentes áreas. No entanto, a partir dessa década, passou a ser foco das principais críticas, período em que várias abordagens foram se constituindo. Por exemplo, a Sociolinguística, a Linguística Textual, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação e os estudos bakhtinianos foram traduzidos. (SANTOS; ALMEIDA, 2011b; 2012).

Bakhtin/Volochínov (1981, p. 124) defenderam que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta,

não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Fatores históricos, sociais, situações e condições em que ocorrem a fala são incluídos nessa teoria sobre o funcionamento da linguagem. Os autores elaboraram o primado do dialogismo na linguagem, que passa a ser vista como sócio-ideológica, cuja unidade fundamental é o diálogo. Dessa perspectiva, ninguém fala sozinho; quando falamos ou escrevemos é para alguém, em alguma circunstância social, assim, é que a palavra serve de ponte entre o locutor e o interlocutor no ato interativo.

A posição desses autores contra as tendências filosófico-linguísticas coloca em evidência, também, o comportamento dos interlocutores na interação. Na visão dialógica, o locutor constrói seu enunciado em função do interlocutor, que tem um papel ativo, constitutivo na formulação dos enunciados. Visivelmente, é o outro (interlocutor) quem condiciona o que o locutor diz e, desse modo, ambos são colocados no mesmo plano. Dessa forma, Bakhtin/Volochínov (1981) e Bakhtin (2010b) criticaram os estudos centrados na oração e propuseram uma nova disciplina, cujo objeto de estudo seria as relações dialógicas. Inserir o locutor e o receptor no funcionamento da linguagem é admitir que o processo de compreensão não se limita à identificação de forma linguística.

Na perspectiva dialógica de Bakhtin e o Círculo, o modo de compreender ou de produzir sentido exige discussão acerca da unicidade da forma linguística e da polissemia, que é inerente às línguas, o que significa dizer que a significação não se prende a uma forma tomada de modo isolado ou fora das determinações sociais. A unicidade coloca o objeto como único e idêntico a si mesmo, enquanto a polissemia permite visualizar os vários sentidos de uma palavra. Conforme Bakhtin/Volochínov (1981, p. 106), “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto que não é fixo” nem é uma situação isolada, mas algo a se precisar.

Nessa abordagem, toda enunciação só pode ser concebida como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, sendo a ela que devemos as mudanças semânticas. Bakhtin/Volochínov (1981, p. 131-132) asseguram que “compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente.” A compreensão é sempre uma reação ao que o outro disse e provoca uma resposta. No processo de compreender, “locutor e receptor” (os interlocutores) introduzem o objeto a ser compreendido no contexto potencial da resposta. Todos esses valores se juntam no momento da produção do sentido que se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva, forma de diálogo que leva à formulação de uma contrapalavra. A concepção de compreensão responsiva é fundamental para entendermos o funcionamento da linguagem. (SANTOS; ALMEIDA, 2011a,b, 2012, 2013).

A ciência vista por esse prisma, não se limita a pergunta e resposta, porque toda resposta gera uma nova pergunta, um novo diálogo é estabelecido; caso contrário, entra-se no conhecimento sistêmico, não atinge o princípio da distância, das complexas relações entre os sujeitos interpretados e o sujeito interpretador em que a precisão das Ciências Humanas é sempre a superação da alteridade do alheio sem sua transformação do puramente eu.

Os estudos da linguagem e do discurso são, em nosso entendimento, fundamentais para que se avancem os estudos de análise documentária, de uso e usuários, de paleografia, ontologia da informação, entre outras relações que podem ser estabelecidas. Não tivemos aqui a intenção de apontar resultados práticos, mas de se fazer reflexões teóricas como alicerce dos estudos e princípios dialógicos da linguagem necessários para a compreensão da relação interdisciplinar da Linguística com a Arquivologia.

Nessa perspectiva discursiva, apenas para exemplificar, estudos que podem contribuir para a análise documentária vão de encontro à proposta estruturalista que permite estudos distribucionais para elaboração de instrumentos dos vocabulários controlados, tesouros e sistemas de classificação. Não negamos aqui a importância desses estudos, mas pretendemos avançar nas discussões observando o esforço para a análise do documento que parte do contexto da enunciação para o próprio texto, os discursos que circulam na rede de vozes e formam o enunciado. Uma tentativa de refletir sobre os sentidos dos discursos e o aprimoramento de sistemas de indexação que devem considerar não apenas o texto, mas também o contexto sócio-histórico.

Nesse sentido, não há como deixar de valorizar a ideologia que perpassa todos os textos e a não-neutralidade que os discursos são elaborados. Se a linguagem pode ser um meio de dominação, a linguagem documentária não pode ser instrumento escamoteador da realidade quando o analista\arquivista ler e representa a informação documentária. Essa visão que vincula os enunciados às esferas de atividade humana evidencia não só o dialogismo da linguagem, como explica a multiplicidade de gêneros e, conseqüentemente, de sentidos que um texto apresenta.

Por fim, acreditamos que o inacabamento do conhecimento se constrói na formulação de uma consciência crítica e autocrítica do que se pretende mudar, cujo entendimento de ciência sempre será algo discutível para vir a ser objeto científico.

POR UM INACABAMENTO CIENTÍFICO

Pela brevidade deste texto, não há como aprofundar aqui as relações da Arquivologia e da Linguagem, nas variadas situações de uso de textos em diversos documentos, trabalho que publicaremos em outra momento. Concluimos este artigo, sintetizando

as ideias discutidas que seguem uma lógica de pensar as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin, partindo das reflexões sobre Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ao discurso de outrem (SANTOS, 2013):

- Quanto às Ciências humanas, ratificamos que Bakhtin se via como um pensador e não como um cientista, preso à positividade e à modelização formal, mas se colocava fora de uma racionalidade propriamente científica e desenvolvia um pensar mais livre, transcendendo as fronteiras de disciplinas e metodologias estabelecidas. Os textos do Círculo de Bakhtin, em nenhum momento, apresentam uma formalização de método científico, porém diretrizes para conhecermos melhor o objeto estudado. Nesse sentido, requer atenção ao investigador de não transformar categorias filosóficas em categorias científicas, em categorias de método, em especial a polifonia, o diálogo, a carnavalização.
- O objeto das ciências humanas é o “ser expressivo e falante”, ou seja, o objeto da pesquisa é objeto falado, é o próprio texto fazendo um duplo movimento: como resposta ao já dito e também sob o condicionamento da resposta ainda não dita, mas solicitada e prevista, assim o objeto também é falante ao explicar e compreender.
- A palavra assume um sentido em cada contexto, fato que mostra o caráter polissêmico e plurivalente que ela comporta pela natureza dialógica da linguagem. Para Bakhtin, são tantas as significações quantos forem os contextos, que não estão prontos, mas sempre em situação de interação.
- As bases do pensamento do Círculo são construídas a partir da crítica às duas tendências vigentes nos anos vinte do século passado: a estilística clássica que se baseia no idealismo e o estruturalismo situado nos estudos do sistema abstrato. Bakhtin/Volochínov (1981, p. 124) defenderam

que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Fatores históricos, sociais, situações e condições em que ocorrem a fala são incluídos nessa teoria sobre o funcionamento da linguagem. O autor elabora o primado do dialogismo na linguagem, que passa a ser vista como sócio-ideológica, cuja unidade fundamental é o diálogo.

- Bakhtin define o texto como um tecido de muitas vozes que se entrecruzam, completam-se e respondem uma às outras ou polemizam entre si no seu interior e o coloca no centro de suas investigações sobre o homem. O enunciado é um todo inseparável, um ato, em uma cadeia discursiva, o texto é um encadeamento discursivo. Essa visão que vincula os enunciados às esferas de atividade humana evidencia não só o dialogismo da linguagem, como explica a multiplicidade de gêneros e, conseqüentemente, de sentidos que um texto apresenta.
- Para compreender o conceito de zonas fronteiriças, é necessário que os profissionais envolvidos no processo de criação e implantação de matrizes curriculares baseadas na interdisciplinaridade e na resolução de problemas reflitam sobre a sua própria formação disciplinar e dialoguem sistemática e continuamente com os profissionais de outras áreas, com a intenção de produzir conhecimento teórico e empírico que possa orientar e alimentar as transformações requeridas nos currículos de cursos de graduação e, mais do que isso, seja um exemplo de atuação coletiva para os graduandos que estão inseridos nesse processo.

Certamente, na interface da Arquivologia e Linguagem, a teoria bakhtiniana elucidada a plurissignificação da palavra e pode colaborar para o entendimento de análise documentária, por exemplo, e para o fazer científico. As ideias do Círculo de

Bakhtin enfatizam, ainda, a mobilidade, a diversidade, a pluralidade de usos da língua e de sentidos. O modo de construir sentido ocorre no processo de interação, no qual a palavra possui um acento apreciativo, ora reiterando ora alterando sua consistência significativa.

É esse *acento apreciativo* ou avaliativo que dá vida à palavra, e ele muda conforme o contexto. Uma mesma palavra pode, ainda, adquirir sentidos diferentes conforme a entoação expressiva, assim como a enunciação, que também possui uma orientação apreciativa; para Bakhtin/Volochínov (1981), sem acento apreciativo não há palavra. A palavra vai acumulando os sentidos das suas diversas utilizações ou na prática viva da língua. O acento dá o tom da conversa ou orienta para o sentido da enunciação. É às entoações que se devem as apreciações e a estas devemos as significações, que são formadas no horizonte do interlocutor.

Quanto às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em especial a Arquivologia, levantamos alguns questionamentos que, em nosso entendimento, é um dos problemas mais cruciais da ciência é sua coincidência com a realidade pesquisada. Será que a teoria dos arquivos coincide de fato com a realidade dos arquivos? Será que realmente houve uma mudança de mentalidade de que o arquivista serve para manter os arquivos para a perspectiva de que o arquivista faz os arquivos? O que cabe à Arquivologia o produto ou processo? O objeto da Arquivologia é a informação, o arquivo ou o documento de arquivo? Mediante diferentes abordagens¹¹, de múltiplos olhares, essas e muitas outras questões podem ajudar a ampliar o universo científico em Arquivologia, uma vez que o fenômeno ideológico, nas ciências humanas e sociais aplicadas, é intrínseco.

11 Na segunda parte desta obra, os autores desenvolvem uma reflexão específica para a construção da ciência e do objeto de pesquisa em Arquivologia.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa, 2004.

_____. Cronotopia e exotopia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.

BAKHTIN, M. M. Metodologia das ciências humanas. In _____ **Estética da criação verbal**. 5. ed. Tradução de: Bezerra, P. São Paulo: Martins Fontes, 2010a, p. 393-410.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 5. ed. Tradução de: BEZERRA, P. São Paulo: Martins Fontes, 2010b, p. 261-306.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2 ed. Tradução de: Lahud, M.; Vieira, Y. F.; Wisnik, L. T.; Cruz, C. H. D. C. São Paulo: Hucitec, 1981.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 2.ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2004.

FARACO, C. A. **Linguagem & Dialógica: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. Valentim, Marta Lígia Pomin (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 135-154.

SANTOS, E. C.; ALMEIDA, M. F. Linguagem como interação: reflexões no contexto da arquivologia. In.: **A linguagem e a**

informação documental: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011a.

_____. A palavra de outrem: as fronteiras do fenômeno social da interação verbal. In: ALMEIDA, M. F. (Org.). **Bakhtin/Volochínov e a filosofia da linguagem:** ressignificações. Recife: Bagaço, 2011b.

_____. Diretrizes bakhtinianas para o método sociológico em ciências humanas. **Macabéa:** Revista Eletrônica do NETLLI, Crato, v. 1, n. 2, p. 77-92, dez. 2012.

_____. Os diários dialogados: as vozes dos estudantes sobre a prática pedagógica. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, v. 1, n. 46, p. 45-63, jun. 2013.

SANTOS, E. C. **Uma proposta dialógica de ensino de gêneros acadêmicos:** nas fronteiras do Projeto SESA. 2013. 418p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa - PROLING, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral.** 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico:** concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOBRAL, A. Ética e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: Brait, B. (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-122.

DIALOGISMO, POLIFONIA E ALTERIDADE NA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS¹

Tatiana Cristina Vasconcelos (UEPB)²
Joselito Santos³

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento está condicionada às injunções do processo social, histórico, político, econômico e educacional, além de outras condições contingenciais de cada período histórico que operam visões de mundo mutantes e

-
- 1 As reflexões aqui trazidas contemplam parte da tese de doutoramento da primeira autora, sob orientação da Prof^a Dr^a Rita Ribes Pereira, a quem muito agradeço pelas trocas de saberes. O texto aqui compartilhado é fruto dos proveitosos diálogos com o segundo autor, o que impulsionou esta publicação. Quando nos referimos às Ciências Humanas também estamos considerando as Ciências Sociais Aplicadas.
 - 2 Possui Licenciatura em Psicologia (2001) e Mestrado em Psicologia Social (2004) pela UFPB, Especialização em Psicopedagogia (2015) pela Universidade Candido Mendes e Doutorado em Educação pela UERJ. Atua como docente da Universidade Estadual da Paraíba (Campus I) e das Faculdades Integradas de Patos.
 - 3 Possui graduação em Comunicação Social (1998), especialização em Marketing (2000) e mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual da Paraíba. (2002). Possui mestrado (2007) e doutorado em Ciências Sociais (2012) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

intercambiáveis. Não está finda, nem atende a padrões ou conceitos gerais aplicáveis a todos os campos do saber. Especificidades do campo, escolhas do pesquisador, delineamento de pesquisa são estabelecidos mediante critérios pré-definidos por uma ordem científica, por decorrência, sistematizada, conceitual, teórica e metodologicamente ajustada mediante certas condições úteis e realizáveis a partir de certo fazer de um dado campo.

Essa produção nas ciências humanas se reveste de uma natureza muito particular: o humano e suas produções – materiais e imateriais, objetivas e subjetivas, manifestas e latentes. Incorpora valores de ordem ética, estética, valorativa, educativa, social e histórica. Transcende a noção de objetividade e neutralidade e desafia a si como instituição de um fazer produtor a partir da categoria humanidade, no sentido de encontrar na natureza humana a sua própria condição de ciência no rol das demais ciências.

Seu objeto não permite inferir causalidades ou certezas a partir de um controle disciplinado laboratorial, reproduzível em fórmulas pré-elaboradas; não pode deixar de lado as condições materiais e históricas, nem desconsiderar a própria arte, de que tanto necessita o homem para se afirmar como criador de sua própria criação, nas circunstâncias da existência perante e com os outros; nem a comunicação e a linguagem que tanto diferenciam o homem das demais espécies; tampouco as interações que demarcam os encontros entre humanos.

As visões de homem e de mundo subjacentes a uma determinada perspectiva teórica marcam toda a sua organização metodológica e estrutura conceitual, além disso, as implicações da escolha teórico-metodológica de um estudo é sempre uma opção ética e política. Assim, os principais aspectos que norteiam este texto trazem como interlocutores as propostas de uma perspectiva sócio-histórica, dialética e crítica da cultura,

que tem no dialogismo, na polifonia e na alteridade eixos de reflexão para pensar a pesquisa.

Reconhecer a vinculação entre referencial teórico-metodológico e desenho da pesquisa conduz a uma discussão sobre a diversidade epistemológica que caracteriza o universo da produção de conhecimentos em ciências humanas. Nesses contextos a diversidade é mesmo diversa e divergente, muitas vezes! Destarte, o presente capítulo busca problematizar acerca do dialogismo, da polifonia e da alteridade como eixos fundantes da pesquisa em Ciências Humanas.

REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA E O PESQUISAR

As Ciências Humanas, ao longo do desenvolvimento de sua constituição nas sociedades modernas, vêm enfrentando como dilema a necessidade de conciliar o caráter ideológico desse campo do saber com a tessitura do conhecimento científico. Não obstante, em nosso tempo, têm se intensificado os debates que consideram necessário rever, questionar e refletir sobre a construção de outras formas de pensar, pesquisar, teorizar e explicar acerca do humano e da cultura.

Nesse sentido, para além das concepções cristalizadas de ciência, em seu núcleo duro, é preciso entender que nem todos os fenômenos podem ser controlados nos laboratórios, nem reproduzidos em forma de experimentos, controlados pelo método e pelo pesquisador. Logo, nem tudo pode ser quantificado, pode ser medido, experimentado, testado. É impossível pensar o arranjo de todas as ciências sob único estatuto epistemológico, teórico e metodológico, ou ainda que atenda a leis gerais, como se o movimento do universo, das coisas e do humano obedecessem a uma única ordem.

Nesta perspectiva, pensar noutras modalidades de conhecimento e de pesquisa é salutar para o avanço da ciência, em todos os campos: das ciências, da computação à astrofísica, da

matemática à robótica, da biomedicina à antropologia, da engenharia à educação. Essa condição é ainda mais necessária em virtude dos problemas relativos à sociedade, à cultura, à educação, à política e ao comportamento nos últimos anos, que mobilizam e traduzem novas identidades, sociabilidades e subjetividades. Assim, nos cabe pensar uma nova história relacional e ideológica, quando imaginamos as novas formas de relações sociais, econômicas e financeiras que visam a uma integração e homogeneização, a propósito da globalização e da infovia.

Nesse contexto, é possível observar um aumento significativo de pesquisas referenciadas em epistemologias diversas da concepção objetivista, o que vem garantindo uma diversificação de métodos de pesquisa, em especial qualitativos (SALGADO; PEREIRA; JOBIM; SOUZA, 2008). Assim, ao buscar dialogar com autores que reconhecem as possibilidades de deslocamentos metodológicos em prol do reconhecimento da dinâmica política da pesquisa, nosso propósito é positivar a promoção de mudanças pessoais e sociais nas relações pesquisador-pesquisado e discutir o papel interventivo da pesquisa.

A compreensão do ato de pesquisar não se fundamenta sobre a visão de que o conhecimento é resultado da manipulação de procedimentos técnicos considerados corretos e válidos que poderão descobrir e desvelar a realidade que nos é desconhecida, mas sim que “o conhecimento científico se qualifica como a busca de uma equivalência do conceito com a realidade, e da adequação da representação com seu objeto.” (CASTRO, 2008, p. 23).

Amorim (2001, 2004) possibilita uma compreensão do termo “pesquisa”, ao abordá-lo em sua acepção ampla, pois considera que as práticas de formação, de intervenção, de consultoria ou mesmo de clínica constituem também pesquisa na medida em que produzem um saber e adquirem a forma sistematizada de um texto tornado público.

Pesquisar é um processo de desencantamento e encantamento simultâneos do mundo físico e social. Pesquisar é também penetrar na intimidade das camadas de leitura que vão sendo construídas pelo pesquisador através da sua interação simbólica no mundo (JOBIM; SOUZA, 2007, p. 81).

A pesquisa é pura co-existência, do pesquisador e do outro, do estranho e do familiar, do embeber-se e do extrair-se, da alteridade e da tradução. Da teoria ao campo e do campo à escrita as relações de alteridade são constituídas entre o pesquisador e o pesquisado. Esta busca de ir ao encontro deste outro, de falar dele a partir do que ele diz, de escutá-lo, de traduzi-lo, exige do pesquisador um estranhamento crítico diante de uma realidade que para ele se mostra familiar, mas ao mesmo tempo não podemos dizer que estar familiarizado signifique conhecer a lógica das relações (SANTOS, 2012).

Logo, entender essa lógica é um empreendimento fundamental, pois as humanidades se constituem de relações. Todavia, esse empreendimento requer a adoção de uma nova postura mediante o desafio de dialogar, inclusive sobre a insuficiência do método pelo método para abarcar toda a complexidade de um encontro motivado pelo ato de pesquisar. Enquanto artefato intelectual, a pesquisa pressupõe uma articulação de conhecimentos e uma aproximação conceitual produzida sobre si – enquanto indivíduo pertencente a um grupo pesquisado – e sobre o outro – aquele que desponta como pesquisador, personagem novo e estranho na vida daquele grupo, ou ainda, um si, pertencente a um grupo de especialistas – o pesquisador e o outro – aquele que desponta como “objeto” observável, o pesquisado.

Qualquer que seja o caminho delineado pelo pesquisador, esse é um dos grandes desafios a transpor, pois precisa exercitar outras modalidades de pensar: pensar com o outro. Para tanto,

o exercício dialógico é presumível como forma de se reconhecer como estrangeiro e estranho ao mesmo tempo em que precisa se familiarizar, sabendo-se sempre estranho, ou seja, consoante impossibilidade de se impregnar completamente do objeto e estar totalmente mergulhado nele. Por isso, precisa se afastar da realidade que pesquisa para compreendê-la enquanto objeto do conhecimento, mas sem desvirtuá-la das condições nas quais se processa, sob a pena de não traduzi-la em sem conteúdo manifesto e/ou latente. Deve consentir-se, ao mesmo tempo, estranho na busca do familiar na recorrente condição de deixar de sê-lo sempre que o familiar lhe é objeto da estranheza, ou seja, o espectro de suas próprias indagações.

Esta é uma possibilidade e um exercício prudente como elemento humanizador no seio das humanidades. De outro modo, o que se quer afirmar é que os episódios da vida são animados/humanos. Por decorrência, a produção do conhecimento também se incorpora nessa noção, pois se estabelece a partir da vontade humana e de sua vocação, assim como a linguagem e a comunicação que bem caracterizam a humanidade.

Como conquistas evolutivas, comunicação e linguagem salvaguardam a existência relacional e informam sobre a complexidade da teia existencial também na prática científica, permeada dessas mesmas noções.

Por esse prisma, o pesquisador deveria ser prudente em suas convicções e abrir mão de algumas verdades, reconhecendo as condições valorativas nas quais se produzem o conhecimento além do laboratório e do “conhecimento verdadeiro” que acaso presume deter. Para além da objetividade, a subjetividade; para além da neutralidade, a reflexividade; para além da reproduzibilidade, a diversidade; para além da imparcialidade, o compromisso e a responsabilidade.

Esses conceitos coexistem na prática de pesquisa. Não deve haver supremacia nem predomínio de um sobre o outro, mas um

constante exercício de complementaridade, bem como de insuficiência, ou seja, cada condição particular exigirá procedimentos confluentes, nem sempre padronizados. Concebe-se, então, que as humanidades não obedecem a um padrão definido *a priori* em laboratório, que produz “certezas” sob certas condições e previsibilidades em formas de ensaios e experimentos controláveis.

Quanto ao humano, sua propriedade natural de movimento e diferenciação, cultura e linguagem não é possível de apreensão conforme esse padrão. O humano não é repetível, mas singular e diverso. Reside nessa condição sua complexidade e seu valor ontológico e epistemológico, também cultural e histórico.

Os conceitos de dialogismo e alteridade como desenvolvidos por Bakhtin, no campo da Teoria da Linguagem, contribuem para a abertura de outras formas de compreensão da cultura e da subjetividade, pois abrem novas perspectivas para abrangência do processo de produção de conhecimento, abandonando o *sobre* e adotando o *com* os participantes do estudo, abandonando a relação “eu-isso” para adotar uma do tipo “eu-tu”. O que é tanto uma concepção e forma de estar no mundo como um estilo de escrita. (AMORIM, 2002, 2004, 2006; AMORIM *et al.*, 2002).

Retomando as reflexões acerca da alteridade na pesquisa de campo e na escrita já abordada por outros estudiosos, foi que procuramos trazer à baila algumas reflexões sobre como tornar a pesquisa um campo discursivo dialógico. Sobre esse aspecto, Amorim nos brinda com a seguinte reflexão no que diz respeito à pesquisa de campo:

Não há trabalho de campo que não vise ao encontro com o *outro*, que não busque um interlocutor. Também não há escrita de pesquisa que não se coloque o problema do lugar da palavra do *outro* no texto. Esta questão pode, evidentemente, ser evacuada. Pode-se utilizar métodos ou convenções de escrita

que ignorem ou eu esqueçam que, do outro lado, há um sujeito que fala e produz texto tanto quanto o pesquisador que o estuda. Pode-se, ao contrário, tentar dar conta dessa presença outra, desse estranho encontrado ou desconhecido na pesquisa. Nesse caso, os métodos, as técnicas e a própria escrita podem ser questionados de modo mais rico e crítico. (AMORIM, 2004, p. 16).

O campo, aparentemente longe do pesquisador, não se constitui dessa forma quando bem observado. Logo, o campo precisa ser penetrado e interpenetrado, feito e refeito, desde quando se delinea na proposta metodológica até se constituir elemento concreto quando confrontado pelo pesquisador. Mundo conceitual/metodológico – o delineamento, e o mundo real – onde se dá/emerge o campo de pesquisa, enredam um texto/contexto, cenário/personagens, de uma práxis. Há um campo do pesquisador e um campo do pesquisado – aquele estranho, que precisa ser desafiado, conhecido, interpelado, traduzido e incluído.

De outro modo, o que se quer dizer: não há pesquisa sem campo, sem um outro. Seria esse outro apenas um informante, um ingênuo, um tradutor, uma peça de um quebra-cabeças que será explicado pelo exímio pesquisador? Claro que não!

Mesmo que esse outro, a princípio, se apresente como um estranho, é preciso traduzir sua presença e importância. Essa é também uma condição ontológica, de ser um e de estar com, em aproximações sucessivas de (re)conhecimento daquele que brota diante de mim/si, enquanto singularidade e autonomia. É também esse o enigma e o amálgama, como rio que corre alimentando-se de suas nascentes, ou seja, tudo aquilo que lhe corta/serpenteia é fundamental para que exista.

Por conseguinte, é preciso responder como e para que a presença do outro é necessária a uma abordagem, a um estatuto

conceitual, teórico e/ou metodológico. Ainda mais: por que ele foi incluído, que características tem para tanto; que valor assume para a pesquisa e para o pesquisador. Assim investindo, o pesquisador constatará que o outro – diferente, ensimesmado e único – constitui a fonte motriz para a interpretação e para o diálogo, para uma construção de conhecimento e de confrontação mediante categorias conceituais e analíticas que se dão na construção do objeto de pesquisa e que se elastecem quando do encontro do pesquisador com o pesquisado.

Seus conhecimentos, saberes e práticas se encontram, os medeiam, os aproximam, no cenário da pesquisa no qual serão feitas as observações e reunidas as informações necessárias à construção de uma “verdade nova” na forma de resultados de pesquisa. É provável que ambos se modifiquem, ainda mais aprendam, sobretudo o pesquisador, cuja atividade “especializada” é modificada, incessantemente, pois a presença do outro implica a possibilidade de encontrar aquela verdade que precisa atestar.

O atestado de verdade, entretanto, não pode ser compreendido como poder manipulatório do pesquisador enquanto operador do conhecimento produtor. Não pode inferir que suas ferramentas são as melhores, apenas porque as acha bem definidas e fixas, ou porque foram definidas – *a priori* – pela supremacia de seu campo de conhecimento, que redundará na verdade plena sobre as coisas, em torno das quais intenta reinar e apontar soluções bem definidas.

Para tanto, o pesquisador precisa estar aberto a novos desafios e encontros, para além do delineamento inicial de pesquisa, que, nada mais é, do que uma arbitrariedade sobre um cenário, enredo e personagens estranhos. A pesquisa seria a possibilidade de reduzir o estranhamento e tornar o estrangeiro (o pesquisador) visitante, quem sabe até hóspede, na terra nativa daquele outro.

Seria então o recorte de pesquisa um cenário imaginado sobre o qual o pesquisador não tem domínio? Essa questão nos leva a responder que a ideia de domínio sobre o mundo das coisas é um desejo da ciência desde que Descartes fundou suas ideias em torno do “método científico”. Sua ideia de método levou muitos a defenderem um universo paralelo entre a natureza dos fenômenos e a natureza do pesquisador. O pesquisador atuando como previsor e confirmador. Os fenômenos como porção menor, uma espécie de repositório da previsão e de manipulação, desde a pedra ao homem e seu comportamento, sob a forma de razão absoluta, experimentação e neutralidade científicas.

Ao se problematizar essa condição, busca-se também exercitar a reflexão sobre a natureza da *práxis* de investigação nas ciências humanas, que não se pode permitir a uniformizar e estabelecer padrões explicativos definitivos acerca do vivo e do humano sem com ele se importar, ou seja, sem se importar com sua natureza, que difere daquela da pedra, do componente químico.

Esse exercício proposto requer que se produzam novos saberes em torno do próprio pensar/fazer nas ciências humanas. Significa a necessidade premente de articular conhecimentos muitos bem definidos e adequados para uma *práxis* eficiente que confira ao campo a sua cientificidade e seu estatuto peculiar, sabendo que esta não pode ser replicada em laboratório, submetida a testes ou fórmulas, reproduzidas sob as mesmas circunstâncias controláveis, como certas substâncias.

Problematizar permanentemente a atividade do pesquisador é um desafio, pois é preciso trazer para o processo de pesquisa questionamentos da ordem das relações entre o que se pesquisa e como se pesquisa. Dessa maneira, é preciso que o pesquisador esteja aberto às peculiaridades dos contextos, em seus textos e em suas dimensões culturais e históricas, locais e

globais; também às singularidades das trajetórias das instituições e das organizações, das pessoas e coletivos presentes direta ou indiretamente na pesquisa. Abertura e sensibilidade no pensar, olhar, fazer, sentir e escrever devem estar presentes, esta é uma escolha ética. (VASCONCELOS, 2013).

Nesse contexto, é preciso pensar possibilidades de caminhos e de procedimentos teóricos e metodológicos que, sem abrir mão do compromisso com o rigor, possibilitem construir uma pesquisa autocrítica e uma ciência ética e democrática.

É preciso ainda pensarmos em pesquisas em ciências humanas que tenham propostas de superação dos reducionismos que não concebem o homem como unicidade, membro da espécie humana e participante do processo histórico, homem concreto e social. Dialeticamente, defendemos ser preciso que uma pesquisa considere conhecer e agir, homem e realidade, vida e ciência enquanto partes de um todo. E assim se obtém a dialética: no diálogo e na polifonia. É pelas vozes que as entonações se soltam, também as palavras e réplicas vivas, onde se extirpam os conceitos e juízos abstratos. (BAKHTIN, 2003).

Na pesquisa em humanidades, Bakhtin (2003) traz uma reflexão no texto *Metodologia das ciências Humanas* que aborda algumas diferenças essenciais em relação às ciências exatas: a coisa muda *versus* o sujeito expressivo e falante enquanto objetos de estudo. Ao defender que o homem, em sua especificidade humana, em processo de expressão e criação, é o objeto das ciências humanas, defende que o sujeito falante é inesgotável em sentido e significado, é um ser que nunca coincide em si mesmo, portanto, não é possível estudá-lo independentemente dos textos/signos que cria ou que poderá criar. E sobre isso podemos dizer que o autor caracteriza as ciências humanas como ciências do texto.

O pesquisador, ao encontrar-se com o pesquisado, também sujeito falante, vivencia uma situação cuja interação se dá

entre sujeitos, sendo a partir desta interação que se dá a participação ativa do acontecimento da pesquisa. Defende Freitas (2002, p. 24-25) que “o homem não pode ser objeto de uma *explicação*, produto de uma só consciência, de um só sujeito, mas deve se também *compreendido*, processo esse que supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico”. Há, pois, uma participação viva do pesquisador e do pesquisado no processo investigativo, pois além de serem participantes, são sujeitos intelectuais e sociais ativos, que se ressignificam nesse processo.

Na pesquisa em Ciências Humanas, o pesquisador faz parte da situação de pesquisa, sua ação e seus efeitos tornam-se também constitutivos das análises. Seus contextos sócio-históricos e culturais devem ser considerados também, pois, enquanto ser social, leva para a investigação tudo que o constitui, a partir de seu horizonte social. A maneira como o pesquisador lê os textos e os acontecimentos está impregnada pela perspectiva teórico-metodológica que conduz seu estudo. (VASCONCELOS, 2012).

À compreensão e crítica da cultura defendidas na perspectiva bakhtiniana corresponde a reflexão em função da ação de transformar. Configuram a pesquisa, enquanto um ato responsivo, ato que compromete. Falamos então de compreensão responsiva, que implica um posicionar-se, uma resposta à resposta situada no contexto do movimento interlocutivo. Segundo Bakhtin (2003, p. 271), “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva... toda compreensão é prenhe de respostas... o ouvinte se torna falante”.

Essa compreensão representa decompor a ideia de extrair informações/dados de determinado indivíduo ou grupo, desconsiderando seu contexto e suas ideias, ou seja, esvaziando o seu sentido de sentir, de ver e de pensar. Sempre que recolhe dados pelos dados o pesquisador esvazia o sentido da possibilidade de compreensão, pois pode colaborar para subsumir a

própria experiência de estar com o outro e de estendê-la para além de um mero encontro técnico, especializado.

De modo geral, a ideia finalística de recolher e compilar dados, sobretudo no espectro das ciências duras, reside na absoluta certeza na fórmula e nos cálculos, cujos resultados precisos e ‘imaculados’ operariam para uma verdade científica inquestionável. Para as ciências humanas, as aparências externas dos dados precisam ser questionadas, pois dizem muito sobre o “quê” e deixam a desejar sobre o “porquê”. Há razões suficientes para acreditar que o saber constituinte para uma verdade científica não diz respeito à condição inquestionável do método, mas às formas interativas de sujeitos históricos em sua comunicação como partícipes de um mesmo processo que visa a um objetivo justificável e relevante, e que expressa um interesse comum.

Separar conteúdo de um ato da sua realidade histórica de sua existência torna imperceptível sua valoração. É impossível compreensão sem avaliação, elas são simultâneas de um ato único e integral. Participam, então, o contexto e o sentido, sendo potencialmente inacabáveis.

[...] o modo de construir o próprio problema e a questão de pesquisa a serem investigados, de modo que o entrelaçamento entre o que estava sendo investigado e o modo de investigar se colocasse como aspecto marcante, sinalizando momentos analiticamente distintos, porém inseparáveis, do ato da pesquisa. (CASTRO; BESSET, 2008, p. 9).

As formas de aproximação e de construção de sentidos e o trabalho realizado deixam entrever que o desenvolvimento da pesquisa é fruto de um processo de negociação entre os envolvidos e que depende das circunstâncias presentes. (MIRANDA,

2008; FREITAS, 2010; KRAMER; LEITE, 2007; PORTUGAL, 2008; SATO, 2008; VASCONCELOS, 2013).

Pensada longe da realidade onde se processará, a pesquisa não é um evento definido e finalizado a *priori*, fortuitamente pelo pesquisador. Precisa ela ser submetida ao mundo onde se manifesta o fenômeno a ser desvendado. No planejamento inicial de visita ao campo, há um longo processo. Desde a escolha do método aos instrumentos de observação, o pesquisador estabelece uma série de procedimentos e estratégias. Independentemente delas, irá se defrontar com uma realidade que lhe escapa. Mesmo que imagine dominar as variáveis que observa e tenta explicar, o pesquisador tem um limite fundamental: não conseguir ultrapassar o objeto de estudo.

Muitas vezes, precisa negociar a entrada no campo, obter autorização ou consentimento para nele penetrá-lo. Todavia, verificará que a vontade de seu planejamento de investigação será confrontado com as condições reais da arena onde vivem os sujeitos reais, em seus cenários reais. Diferentemente de um cenário dominado pela dinâmica exclusiva e manipulada pelo pesquisador experimental, próprio das ciências puras e objetivas, o pesquisador das humanidades deve investigar sua busca noutra direção: não modificar o cenário nem o enredo através dos quais serão expressas as variáveis e as condições de produção de sua pesquisa.

Considerará, ainda, condições particulares de seu fazer e condições inerentes àqueles que habitam outras determinadas condições, como grupos, suas manifestações culturais, suas mediações dogmáticas, seus ritos, seus valores. Ambos se agregam, se compõem, mutuamente, razão pela qual não podem sem modificados por serem participantes da investigação.

Na pesquisa em Ciências Humanas deve-se valorizar também o particular como instância da totalidade social, em toda a sua complexidade e seu acontecer histórico. (FREITAS, 2002).

Assim, ao buscar pesquisar com um grupo específico de participantes o pesquisador não deve buscar situações criadas artificialmente, mas ir ao encontro das situações no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento. Ele deve olhar os problemas humanos na perspectiva da sua relação com a cultura nos contextos das interações sociais, integrando o individual com o social, compreendendo os fenômenos, descrevendo-os e procurando as suas possíveis relações nos contextos interlocutivos da pesquisa.

Nessa perspectiva, o sujeito, apesar de singular, é sempre social, sendo o movimento interlocutivo, nos textos criados pelos enunciados trocados entre pesquisador-pesquisado, que destrói, constrói e re-constrói os conhecimentos. A pesquisa é, pois, uma esfera social de circulação de sentidos. Os textos que dela emergem marcam um lugar específico de construção do conhecimento que se estrutura em torno do eixo da alteridade, possibilitando o encontro de muitas vozes que retratam e refratam a realidade (FREITAS, 2002, 2003, 2007).

Será que a pesquisa em Ciências Humanas “aproxima de forma singular pesquisador e pesquisado, numa atividade em que ambos se conhecem, aprendem e (se) transformam”? (CASTRO, 2008, p. 28).

NOTAS SOBRE DIALOGISMO E POLIFONIA NA RELAÇÃO PESQUISADOR-PESQUISADO

Refletir sobre as formas hegemônicas de pensar e fazer ciência é um desafio que nos acompanha desde o tempo e espaço de nossa formação enquanto pesquisadores das ciências humanas. Para problematizar o cenário atual da produção de conhecimentos, propomos algumas reflexões tendo como norteadoras as propostas de Mikhail Bakhtin, especificamente a partir de dois conceitos: dialogismo e polifonia.

Dialogismo é um conceito articulador do pensamento bakhtiniano, o princípio unificador de sua obra, que sustenta a teoria da enunciação de Bakhtin: a concepção dialógica de linguagem. A noção de dialogismo é formulada ao longo de toda a obra de Bakhtin, o que torna ainda mais complexa sua compreensão, aparecendo em textos que dão margem a mais de uma possibilidade de interpretação. Buscando uma aproximação neste sentido, Sobral (2012) aponta que o dialogismo se faz presente nas obras de Bakhtin e do Círculo sob três perspectivas:

- a) Como princípio geral do agir, pois o vir a ser do indivíduo encontra-se fundado na diferença;
- b) Como princípio da produção de enunciados/discursos, encontra-se aí o caráter relacional retrospectivo e prospectivo com outros enunciados/discursos; e
- c) Como forma específica de composição de enunciados/discursos, o que se opõe ao monologismo.

O dialogismo é como um axioma no pensamento de Bakhtin, que atravessa diferentes noções e conceitos por ele desenvolvidos, dentre os quais a linguagem, a palavra, o signo ideológico, o sujeito, a consciência etc. Pelas coordenadas dialéticas de seu pensamento, por entender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, opõe-se à ideia de acabamento e de perfeição. Assim, arte e vida, enunciado e vida, falante e ouvinte, linguagem e pensamento, linguagem e consciência encontram-se sempre em diálogo, em sua concepção dialógica de linguagem. (FREITAS, 2007; FLORES; TEIXEIRA, 2009).

Tal axioma promove a enunciação, é esta que faz o dialogismo funcionar, por ser um evento que institui o sujeito na interação viva com vozes sociais. Segundo o conceito de dialogismo, todo enunciado/texto existe com/em relação a outros

enunciados/textos, no sentido de que todo discurso traz algo do discurso de outrem e ao mesmo tempo é realizado e absorvido para outros e por outros. (FLORES; TEIXEIRA, 2005; FARACO, 2009). Este texto, por exemplo, apresenta fontes de outros enunciados, pois está se comunicando com eles, seja concordando ou não numa postura responsiva. Um texto quando se manifesta e alcança outro é dialógico, não é algo estático, portanto, só deve ser compreendido na cadeia dialógica que o cerca, considerando a corrente de interação que o constitui.

A temática das relações dialógicas também se encontra presente em *O problema do texto* (1999), no qual Bakhtin traz uma discussão sobre o modo de o estudioso da linguagem perceber a língua e seus elementos enquanto sistema fechado, sem levar em consideração a relação dialógica que se estabelece com o outro texto. Diz ele: “as relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que por si mesmas carecem de momento dialógico” (1999, p. 183).

Na visão bakhtiniana, a substância maior da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, tampouco pela enunciação monológica, nem pelo ato psicofisiológico de sua construção; é, pois, na interação verbal, na concretização das enunciações, no diálogo. É preciso entender que o diálogo não deve ser tido como ato comunicativo imediato e superficial, mas em seu sentido mais amplo, que não se restringe à comunicação em voz alta entre pessoas face a face; deve, sim, ser visto como comunicação verbal de qualquer tipo que seja, algo que faz parte da própria natureza humana.

Nesse sentido, o diálogo, tanto exterior, na relação com o outro, como no interior da consciência, ou no texto escrito, realiza-se na linguagem. Refere-se a qualquer forma de discurso, às relações entre interlocutores, enquanto ação histórica e socialmente compartilhada, culturalmente elaborada, mas sempre

mutáveis em consonância com a situação concreta, com o contexto temporal e espacial.

Feitas essas considerações sobre dialogismo, é relevante destacar que este não deve ser confundido com polifonia. Enquanto o primeiro é o princípio constitutivo da linguagem, o segundo diz respeito às vozes polêmicas em um discurso. Bakhtin aponta Dostoiévski como o criador do romance polifônico, pois não há em seus textos superação dialética dos conflitos desenvolvidos na trama. Não há síntese, predomina a autêntica polifonia de vozes. Na polifonia, o dialogismo se deixa ver por meio de muitas vozes; já na monofonia, há apenas o dialogismo, visto que o diálogo está mascarado, somente uma voz se faz ouvir.

A polifonia de uma obra diz respeito à multiplicidade de vozes que, orientadas para fins diversos, se apresentam libertas do centro único incorporado pela intencionalidade do autor. Dessa maneira, a polifonia viabiliza o herói (personagem) que fala com o autor e não é falado por ele.

Tratar a polifonia na pesquisa significa reger um coro de vozes que participam do processo de produção de conhecimentos. O pesquisador, enquanto regente, deve ser dotado de um ativismo especial, criando, recriando vozes e deixando que se manifestem com autonomia e liberdade. A polifonia se define pela convivência e interação de uma “multiplicidade de vozes plenivalentes e consciências equipolentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo.” (BEZERRA, 2012, p. 195).

Uma implicação da polifonia, ou melhor, da não-polifonia, pode ser trazida para o contexto da pesquisa, quando, por exemplo, os instrumentos utilizados no trabalho de campo não permitem que as vozes possam ecoar; ou mesmo na forma de ‘análise’ dos resultados que não ‘permitem’ que as vozes dos participantes da pesquisa se façam presentes no texto, em que muitas vezes são representadas por números e/ou categorias.

Não se coloca aqui que esse tipo de pesquisa não tenha sua importância, mas que muitas vezes não permitimos que os sujeitos interlocutores possam ter sua voz devidamente apresentada no texto da pesquisa.

Isso ocorre quando o monológico sobrepõe o polifônico, no sentido de que enquanto o primeiro compreende autoritarismo e acabamento, o segundo compreende o dialogismo, a realidade em formação, o não acabamento. O fazer e a escrita científica são monológicas quando o discurso veicula indiscutibilidade das verdades, o dogmatismo. Foi a partir do estudo da prosa romanesca que Bakhtin formulou sua tipologia universal do romance, podendo este ser monológico ou polifônico. (BEZERRA, 2012).

Em uma perspectiva do monologismo, o pesquisador concentra em si mesmo todo o processo de construção de conhecimento, ele é o único centro de onde se decide, fala, representa a realidade social e o próprio homem. É o que acontece muitas vezes quando o cientista social, sujeito adulto, coisifica a criança, o jovem e outros colaboradores de pesquisa, não admitindo a consciência responsiva e isônoma deles. No monologismo, os sujeitos com os quais realizamos pesquisa nunca são consciência, mas modelo fechado e matérias mudas imobilizadas no acabamento que o pesquisador lhe dá.

Mas como ter lugar o pesquisado enquanto sujeito de sua própria consciência e não um escravo mudo da consciência do pesquisador? Não seria o reconhecimento da polifonia, da luta entre vozes ideológicas, da inconclusibilidade?

No enfoque polifônico a autoconsciência do sujeito é o traço dominante na construção de sua imagem, visto que o *outro* é um sujeito, um outro “eu” investido de direitos no diálogo da vida e da pesquisa com os demais interlocutores.

Evidentemente, o próprio pesquisador precisa se ver como sujeito que participa desse diálogo, pois, por natureza, o “eu”

não pode ser solitário, é preciso o reconhecimento de que o meu “eu” (eu para mim) passa necessariamente pelo “eu-tu” (eu para o outro). Para tanto, é preciso que a pesquisa se torne polifônica. De acordo com Bezerra (2012, p. 194),

a polifonia se define pela convivência e pela interação em um mesmo espaço, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis... todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse.

Bakhtin aponta que a única alternativa para sobrepujar o monologismo é o diálogo. Ora, é pelo diálogo que as pessoas se comunicam entre si, com o outro, se abrem para ele, revelam-se, mostram-se sujeitos de sua visão de mundo. (BRAIT, 2009). É pelo diálogo que o pesquisador constrói uma posição diferenciada, no sentido de possibilitar concretizar a autonomia do pesquisado, sem lhe definir a consciência à revelia dele. É no diálogo que os pesquisados e os pesquisadores alcançam a polifonia.

Assim, é necessário destacar que o interlocutor em Bakhtin não é um ouvinte passivo, a quem caberia apenas interpretar os enunciados produzidos pelo locutor (nesse caso o pesquisador), mas possui uma compreensão responsiva ativa, o que significa dizer que em sua compreensão já se encontra um elemento de resposta. Seja concordando ou não, complementando, interrogando ou até interrompendo, o interlocutor está sempre ativamente negociando sentidos. À compreensão responsiva está associado o conceito de dialogismo implicando que o próprio pesquisador é respondente de um diálogo com outros enunciados anteriores nos quais se fundamenta.

O foco de um pesquisador deve ser o de criar e oportunizar relações dialógicas no processo de pesquisa, ele não precisa

subjugar-se, mas assumir seu papel de participante ativo da pesquisa juntamente com o outro. O pesquisador não é passivo, pelo contrário, ele assume seu ponto de vista e suas verdades, mas não se limita a impor pontos de vista ou destruir verdades alheias.

O pesquisador deve e pode ser ativo. Como? Interrogando, provocando, concordando ou não, respondendo, participando da interlocução da vida, re-criando-a na interação social: sendo responsivo. “Talvez por isso mesmo que a experiência se torne tão rica, porque em seu caráter paradoxal supera o dualismo e deixa viva a possibilidade de contradição.” (PEREIRA, 2011, p. 239).

Portanto, a relação, apesar de lugares demarcados, é de parceria, no sentido de que se integram, desse modo, o sujeito e o objeto de conhecimento, em um processo de conexão indissolúvel ao contexto sócio-histórico. É na interação, nos vários discursos produzidos entre o eu e o *outro*, que entram em cena as múltiplas vozes sociais que fornecem sentidos múltiplos de compreender a si, o outro e a cultura. “O pesquisador, pesquisando o outro, pesquisa também a si mesmo.” (PEREIRA, 2012, p. 228).

Pensar o lugar do sujeito pesquisador e do sujeito pesquisado coloca em discussão a necessidade de ressignificar os aspectos canônicos da pesquisa científica, a exemplo da imparcialidade e objetividade. (JOBIM E SOUZA, 1996; GERMANO, 2011; LYOTARD, 1979; MINAYO, 2008; TRIVIÑOS, 2006)⁴.

4 Reflexões interessantes sobre esta temática podem ser encontradas em GERMANO, M. G. *Uma nova ciência para um novo senso comum*. Campina Grande-PB: Eduepb, 2011. LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. JOBIM E SOUZA, S. Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: *Infância: fios e desafios da pesquisa*. KRAMER S. & LEITE M. I. (org.). Campinas, SP: Papirus, 1996. MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social*. Rio de Janeiro: Fiocruz,

Pensar no que é objetivo e imparcial é também se dispor a reconhecer que em toda a relação há um certo envolvimento quando se tem como objeto de estudo o humano. Diferentemente de outros objetos manipuláveis pela ciência, o humano requer que se estabeleça com ele uma atitude relacional proativa e viva, pois sua natureza não é inerte, além de sua expressividade e fala que o caracterizam como ser de linguagem e de aptidões. Desse modo, seria possível falar de objetividade pura e imparcialidade? Há um lugar na relação face a face para não se encontrar com o outro e por ele ser modificado? Nos dois casos o que de fato marca é o processo de elaboração da comunicação de saber que se desloca e se refaz entre agentes que estão envolvidos. Embora se possa identificar o lugar que cada um ocupa, não se deve distingui-los por seu aspecto hierárquico ou de saber, ou pela autoridade e subordinação.

O processo de formação, construção e comunicação do saber pressupõe algum tipo de diferenciação entre os agentes envolvidos; contudo, essa diferença tem sido vista por alguns pesquisadores como negativa, na medida em que implica uma assimetria, uma lacuna, um uso de poder que entende um dos lados como deficiente, incapaz. (GERALDI, 2003).

Posicionando-se de forma contrária a esse modo de estar e fazer pesquisa, é preciso refletir sobre o lugar do pesquisador e dos pesquisados na construção do conhecimento científico. Mas o foco não deve ser na diferença, e sim na alteridade, pois a diferença traz sempre uma associação entre diferenciando e diferenciado; já na alteridade, trata-se de dissociação: o outro é irreduzível a mim e a ele mesmo. (AMORIM, 2004).

Esse aspecto precisa ser problematizado quanto aos desafios da formação e do ato de pesquisar: como possibilitar a

2008. TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

reflexão acerca da desigualdade na relação de produção de conhecimento?

Alguns autores (por exemplo, CASTRO, 2008; CASTRO, BESSET, 2008; JOBIM E SOUZA, 1994, 1999, 2000; MIRANDA, 2007; OSWALD, PEREIRA, 2008; PEREIRA, 2002, 2012; SALGADO, PEREIRA, JOBIM E SOUZA, 2009) têm refletido sobre as implicações dessa discussão na construção da subjetividade e da sociedade contemporânea, destacando os dispositivos de pesquisa que têm sido utilizados para diferenciar os delineamentos teórico-metodológicos que estudam *sobre* os sujeitos daquelas que estudam *com* sujeitos sociais que hierarquicamente têm sido vistos como inferiores.

Propomos descentralizar o sujeito produtor de conhecimento da figura do pesquisador e construir modos de interlocução nos quais se abram espaços na pesquisa para o diálogo *Eu-Outros*. Fundamentos para essa proposta podem ser trazidos de várias obras de Bakhtin. Nesse momento, buscamos pautar-nos nas contribuições possíveis a partir de *Problemas da obra de Dostoiévski* (1929/1963), bem como em uma das publicações que objetiva sua análise, *Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem*. (BRAIT, 2009).

Segundo a citada autora, Bakhtin ressalta a polifonia nos textos de Dostoiévski e o fato de que suas personagens principais não assumem apenas o discurso do autor, mas de sujeitos que constroem discursos significantes, ou seja, autor e herói ocupam lugar de sujeitos e não sujeito-objeto. O que não significa dizer que não existam conflitos e lutas entre vozes ideológicas; reconhece-se a polifonia, mas também a inconclusibilidade.

Sem dúvida, ao abordar esses aspectos no texto literário também é possível ampliar à linguagem cotidiana, trazendo à baila uma discussão que se extrapola e constitui-se um eixo ético (ZANELLA; SAIS, 2008), visto que, ao considerar o outro-sujeito e não o outro-objeto, imprimimos uma nova concepção de pesquisa.

Um pesquisador em ciências humanas, ao eleger um ângulo do homem para trabalhar, não se coloca como aquele que fala e que lida com um objeto mudo. Ele dialoga com seu *objeto*, com esse *herói*, de tal forma que apreendê-lo significa alterar-se, modificar-se, construir conhecimento na polifonia das vozes que se encontram e se cruzam. (BRAIT, 2009, p. 56).

Bakhtin deslocou o sujeito da posição central de emissor do discurso para a pluridiscursividade, o qual, na interação verbal, se produz como sujeito sócio-histórico e ideológico na cultura. Nas relações sociais, seja no cotidiano ou na pesquisa, há uma pluralidade de vozes, de discursos, de condições sócio-ideológicas. Isso pode ser negado? Por quais razões é silenciado?

A relação entre pesquisador e pesquisado, ambos tidos como sujeitos, desconsidera o monologismo, seja na construção do conhecimento, seja na relação indissolúvel entre vida e linguagem. Com a perspectiva do dialogismo, contrariamente, a palavra do autor/pesquisador se constitui como palavra dirigida a alguém que escuta e responde, agente ativo do discurso, e não objeto passivo. Falamos, pois, de discurso sobre o discurso. Não se deve esquecer, no entanto, como diz Bakhtin, que a palavra é uma arena e o sentido não é lugar confortável.

Como aborda Amorim (2001), falamos com quem pesquisamos e não sobre quem pesquisamos. A pesquisa é tida como um encontro entre sujeitos, que não está isento de conflitos, mas antes tenciona e faz emergir as contradições; mas ao mesmo tempo leva a um comprometimento, pois é antes de tudo um ato responsável que conjuga uma preocupação ética e estética na formação humana.

Em busca de transformar a prática e a formação de novos pesquisadores no sentido de assumir a reflexividade e a responsividade enquanto elementos que devem estar continuamente

presentes no ato de pesquisar, considera-se que um dos fatores chave é a problematização permanente da atividade de pesquisa, destacando que as lacunas, inconsistências e limitações da pesquisa possam ser refletidas, apontadas e discutidas, não vistas como meros ‘erros’ metodológicos.

Além disso, cabe ao pesquisador não deixar de fora as questões sociais e políticas envolvidas com a produção e o exercício desse saber, visto que elas são intrínsecas a todo este processo. Não podemos nos esquecer de que pesquisar é um compromisso político, assumindo eticamente os destinos de nossa sociedade.

Alinhando-se com a visão de melhorar a realidade, há o comprometimento do pesquisador na ação de transformação social, que pode ocorrer de diferentes maneiras. Como exemplo, há o acolhimento de sua própria contribuição na dinâmica social que estuda e também com a forma de abordar o objeto de estudo, além dos objetivos e demandas do grupo de pesquisa, bem como com os objetivos que levará para análise do campo de pesquisa.

Nesse contexto, o pesquisador responsivo considera o ato de pesquisar como não dissociado das questões éticas e políticas e problematiza a realidade, buscando formas de superação, mas não negando-a.

Ao mesmo tempo, tal estrutura de desigualdade não pode ser anulada por decreto, nem por desejo do pesquisador, mas o insere e também as crianças, em lugares sociais determinados por relações sociais de poder [...] nessa teia de determinações antagônicas, marcado pela negatividade da situação que se quer superar, sem que, no entanto, se possa deixar de afirmar. (CASTRO, 2008, p. 30).

É preciso implicação dos sujeitos na vida, na arte e na ciência, sendo esta um profundo e até mesmo inconsciente

comprometimento do pesquisador com aquilo que pesquisa, admitindo que é objetivado pelo que tem a pretensão de objetivar. Desse modo, uma das condições legítimas para pesquisa é admitir que o objeto de pesquisa e o processo de elaborá-lo e confrontá-lo transpõem o desafio de construir e desenvolver a pesquisa. No espaço real onde se edifica, ela passa por diversas transformações, desde o estranhamento inicial com as características do campo até o conhecimento das modalidades de vida, de trabalho, de cultura e de conhecimento de indivíduos e grupos.

Os cenários e os personagens com os quais o pesquisador depara, enquanto sujeito do conhecimento, são desafiadores e meios de ressignificação de sua *praxis*, que interpelam-no a pensar como se processa a sua própria construção do conhecimento, sobre a qual deve assumir a responsabilidade. O conhecimento do pesquisador sob essa perspectiva é inacabado, pois é incessantemente entrecortado pelo(s) outro(s) – pessoas, espaços, lugares, imagens, discursos, conhecimentos e práticas. É responsável, inclusive, por reconhecer esse inacabamento para melhor se situar perante aqueles cenários e personagens. Logo, trata-se de um compromisso categórico e uma direta implicação na constituição de seu saber na interação com as outras realidades circundantes, que reside desde o seu planejamento de pesquisa até a mudança de seu itinerário discursivo e interpretativo na mediação do diálogo com o outro, quando da realização da pesquisa.

Sob esse prisma, é também a pesquisa um estado de arte, cuja tela, mesmo sobre um mesmo tema, não produzirá a mesma figura. É que ela muda conforme muda o processo social e histórico, as vontades e os desejos na orquestração dos diversos cenários, indivíduos e discursos. Essa mudança não é unidirecional nem monocromática, pois se constitui de um multi: multicolor, multirraça, multidimensionalidade e multirreferencialidade. Esse compromisso é também o desafio presente quando

se quer ultrapassar os cânones da ciência e investir em uma condição mais assertiva para pensar e explicar os fenômenos das humanidades.

Arte e responsabilidade é um dos textos iniciais de Bakhtin, datado de 13 de setembro de 1919, e teve sua primeira publicação no almanaque *O dia da arte*. O texto traz como um dos focos a ideia da unidade da “responsabilidade” do sujeito de unir vida e arte, arte e vida.

O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável: todos os seus momentos devem não só estar lado a lado na série temporal de sua vida, mas também penetrar uns nos outros na unidade da culpa e da responsabilidade. (BAKHTIN, 2003, p. XXIV).

Em *Para uma filosofia do ato*, escrito entre 1920 e 1924, entretanto, só publicado em 1986, após a morte de Bakhtin, algumas ideias que também podem aqui ser apresentadas são o foco desta obra, dentre elas: em que condições um pensamento teórico pode ser ético? Vale destacar que essa obra traz como pano de fundo uma discussão moral, a partir de seu interesse em arte, filosofia e teologia.

Pode-se dizer que Bakhtin quis empreender uma filosofia moral, tema que na atualidade parece ser negado. Numa sociedade em que os valores relativistas imperam, falar de moral e de ética soa, muitas vezes, como ultrapassado. Para ele, o objeto da filosofia moral é o mundo no qual o *ato* ocorre sobre a base de sua participação singular no ser. Pois, “[...] no momento do ato o mundo se reestrutura em um instante, sua verdadeira arquitetura se restabelece [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 60).

Na filosofia moral, *dever* é uma das premissas. Daí a diferença entre ação e ato, trazida por Amorim (2009); enquanto ação é comportamento que pode ser isento de intenção, algo

mecânico, ato é resposta, implicação, responsabilidade, gesto ético, onde o sujeito se revela.

O ato mobiliza o pensamento, encontra-se repleto de necessitância⁵, de dever de pensar, de não poder não pensar do lugar que se encontra. O ato mobiliza a palavra plena, pois congrega seu conteúdo de sentido (palavra-conceito), sua dimensão palpável-expressivo (palavra-imagem) e seu aspecto emocional-volitivo (palavra-entonação). Esta última dimensão, como já visto, torna-se importante na concepção bakhtiniana de linguagem, visto que a entonação é o que torna a palavra sempre inacabada, sempre viva, fazendo da palavra um acontecimento vivo. Será a entonação a marca linguística do valor, sendo ela responsável pela ética, tema que atravessa a obra de Bakhtin.

Ao retomar a questão do pensamento enquanto ética, há que se realizar uma distinção entre *pravda* e *istina*⁶, dois termos russos utilizados dialeticamente por Bakhtin para tratar as diferenças e semelhanças entre as acepções de verdade. Depois dessa explanação, que consideramos fundamental, contribuirá na compreensão do pensamento do pesquisador enquanto ato ético.

Amorim (2009) traz uma aproximação conceitual que nos ajuda a esclarecer o que vêm a ser *istina* e *pravda*. A primeira refere-se semanticamente à noção de verdade absoluta, por oposição ao que é ilusório, sem permanência, é o que é, o que existe verdadeiramente. Já *pravda* traz em seu bojo a noção de que se trata de verdade ligada aos fatos ou da verdade própria de cada

5 Necessitância (em russo *Nuditel'nost'*) – Termo usado para expressar que um pensamento-ato é necessário não por uma necessidade lógica, mas ética, uma convicção interior e não um constrangimento forçado, por isso não aplicar o termo necessidade.

6 Maiores detalhes sobre os termos *pravda* e *istina* na obra de Bakhtin, ver o seguinte ensaio de Marília Amorim: Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto” (In: BRAIT, 2009).

um. Antes do início do século XX, essa palavra era utilizada nos textos filosóficos significando “justiça”, “direito”.

Pensando dialeticamente os dois termos, *pravda* e *istina* não são antagônicos, mas um complementa o outro, pois o conhecimento abstrato, teórico (*istina*) é parcial, visto que este é o aspecto técnico do conhecimento enquanto ato. É a assinatura de um pensamento que o torna ato, conferindo-lhe validade (*pravda*), visto que um pensamento que não se pensa não é vivo, não é real. Ao pensar um pensamento, e assumi-lo como meu, assinando-o, me responsabilizando por ele, registro minha singularidade nele e me reconheço nele. “Todo valor universal somente se torna realmente válido em um contexto individual.” (BAKHTIN, 2003, p. 32).

Dessa obra, que traz uma discussão filosófica, epistemológica e também existencial, é possível trazer uma implicação para o pesquisador. Precisamos pensar porque pensamos o que pensamos, porque fazemos esta e não outra pergunta na pesquisa, qual o sentido do pensar na concretude da vida enquanto sujeito-pessoa e pesquisador sócio-histórico.

Como nos diz Pereira (2012, p. 238), “não há assepsia positivista que me aliene da minha história, pois é esse lugar que circunscreve o meu modo de perguntar”. A singularidade do ser do pesquisador é obrigação necessitante, pois cada ato singular é um momento do viver-agir. Isso se dá de tal forma que a maneira como construímos este texto, o modo como pensamos e apresentamos uma pesquisa, faz parte do lugar e tempo de onde nossas questões surgem, das teorias que nos ajudam a olhá-los, da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento que buscamos conhecer, sem deixarmos de reconhecer o outro como participante da nossa condição de pesquisador.

Bakhtin nos convida a brindar a responsabilidade em face do pensar. É imperioso pensar inclusive e, principalmente, a cisão existente entre a teoria de que fazemos uso e os sujeitos

concretos com os quais dialogamos. Têm as teorias sobre a infância e sobre a juventude uma ligação verdadeira e viva com os sujeitos crianças e jovens concretos?

Amorim (2004), em seu livro *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*, discute que a construção do texto de pesquisa e as teorias com as quais o texto dialoga, as análises e autoanálises das implicações sociais, financeiras, institucionais e psicológicas trazidas pelo pesquisador são um ato, uma assinatura, uma responsividade. Eu, pesquisadora, torno-me responsável por aquilo que em um dado tempo e lugar, me dedico a pesquisar e a escrever. Aquilo que só o sujeito enquanto ser singular pode fazer, ninguém mais, só ele, pode participar de sua vida real: o ser tem um dever. Esse não pode ser esquecido por parte do pesquisador, precisa ser assumido, vivido, concretizado.

Retomando a ideia de alteridade, deduzimos que a responsabilidade é dupla face ao *outro*. A responsabilidade é para mim e para o outro. O ato é ato confrontando-se a outros atos, pois o ato assume seu sentido pleno na alteridade e na intersubjetividade: sujeitos e cultura, ambos dependem da minha realização singular enquanto pesquisador. *Pravda* se torna *istina* em função da relação concreta com outras *pravda*.

Além do já exposto, pode-se dizer que a assinatura de um pensamento, termo trazido por Bakhtin, expressa a marca de uma posição. Esta se inscreve na alteridade, no confronto e no conflito, na relação com o outro a partir do seu contexto; é compromisso com a singularidade e com a participação no ser; não se eximir da responsabilidade que seu lugar lhe permite ver e pensar.

Porém, assumir a responsabilidade não é algo imposto, não há determinismo, posso apenas viver minha passividade, posso ser impostor e provar meu 'álibi' no ser, cujas ações encontram-se desprovidas de caráter ético (AMORIM, 2009), por isso o convite para que os cursos de formação de pesquisadores das

Ciências Humanas discutam sobre esta questão tão necessária (ZANELLA, 2004, 2005, 2010; REIS; ZANELLA, 2010). Infelizmente, muitos pesquisadores têm ignorado suas responsabilidades na construção de uma ciência, de uma cultura e de uma sociedade democrática. Esse sentimento de tristeza torna-se ato, ao rememorar meus escritos, as produções científicas publicadas em revistas “*qualis*”, mas que nada tinham em busca de uma sociedade mais justa.

Em síntese, como pensar e atuar bakhtinianamente? Como fazer uso de suas contribuições para assumir novos modos de ser e fazer-se pesquisador em Ciências Humanas e Sociais? Como fazer de suas ideias ferramentas de crítica, resistência e mudança na pesquisa? Mais do que responder, permanece o questionamento, mas sem esquecer jamais que a atitude crítica não é um dado natural, se refere a uma experiência que vai sendo construída na interação, no social, na cultura e politicamente. (PEREIRA, 2012).

Foi com base no que se expõe nas linhas anteriores que se buscou trazer os eixos básicos do pensamento bakhtiniano: unicidade do ser e do evento, dimensão axiológica e relação eu/outro. Para tratar mais deste último, buscaremos trazer aqui de forma mais delimitada a noção de alteridade, não que ela não já venha sendo trazida no texto, mas por ser absolutamente fundamental em trabalhos bakhtinianos, pretende-se marcar sua importância.

Assim, como já foi destacado, as palavras são relacionadas com outras já proferidas, o “eu” existe em diálogo com outros “eus”, necessitando de *outros* para se tornar autor de si. O eu para Bakhtin (2003) só existe numa relação com o outro, pois mergulhando no fundo de si mesmo o homem encontra os olhos do outro ou vê com os olhos do outro, suas palavras são do outro também para só depois perder as “aspas” e tornar-se sua; esse é também um princípio fundante de sua arquitetura.

A alteridade é imprescindível, pois sem o *outro* o homem não mergulha no mundo sógnico, não realiza aprendizagens, não ascende às funções psíquicas superiores. O *outro* é peça imprescindível de todo o processo dialógico: o sujeito se constitui na interação. Segundo Sobral (2008, 2009), o sujeito, sendo um eu para-si, elemento necessário na formação da identidade subjetiva, é também um eu para-o-outro, sendo esta a condição de inserção dessa identidade no plano relacional responsável. Este diálogo que lhe dá sentido, mas não se pode esquecer que linguagem é conflito.

A alteridade é um outro, do qual depende a própria identidade. O outro e o eu estão numa relação complexa em que se remetem reciprocamente. Assim, o outro não só está fora como dentro do indivíduo.

O estudo de Amorim (2004) traz uma perspectiva interessante para pensar as alteridades. Em sua abordagem ao tema, três figuras da mitologia são apresentadas para se pensar a alteridade, relacionando-as aos atos cognitivos, experienciais e afetivos: Ártemis, Dionísio e Górgona.

A autora refere-se à Ártemis como aquela representação da relação com a alteridade que se trava no plano da conceitualização, da produção do conhecimento. Poderíamos fazer menção a uma alteridade que contribuiria para a construção de referenciais no plano das relações cognitivas, ou seja, um outro com o qual o diálogo se dá a partir de racionalidades, as mais diversas.

Já a figura de Dionísio é apresentada como aquela que corresponderia à alteridade cujo processo interativo acontece no plano das experiências, do mundo vivido, o mundo do subjetivo. Aquela alteridade cujas ressonâncias ficam no plano das construções de processos identitários e modos de subjetivação, modos de ser e de existir.

Outra alteridade seria aquela encarnada na figura de Górgona, a alteridade extrema, que de tão diferente não deixa

rastros no outro, pelo menos na aparência. É um outro tão catastrófico que não é possível de ser incorporado pelo eu, pelo menos no plano racional, na verdade o outro que não pode ser reconhecido, configurando-se apenas em uma relação cujas marcas seriam a ausência ou o silenciamento.

O pensamento também traz em si a alteridade, visto que pela linguagem internalizam-se as alteridades mediadoras das relações humanas. A experiência de qualquer pessoa enquanto indivíduo se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros.

É preciso entender que precisamos ser capazes de aceitar o *outro* e pensar que nosso eu não é substância completa, ou significado por direito próprio, em si mesmo, mas só pode existir dialogicamente. (FARACO, 2003). Além disso, a existência do ser humano não é independente, depende sim do meio social, que estimula sua capacidade de mudança e de resposta. Ser é, portanto, a atividade de “ser com”, pois tenho que encontrar o *outro* e um *outro* em mim.

A importância do conceito de alteridade é evidente, uma vez que o *eu* só pode realizar-se com base no *nós*, portanto, numa interação verbal e dialógica com o *outro* que nunca é abstrato. Voltamos, então, à ideia que de a linguagem é universo compartilhado, é alteridade, provocando continuamente as mais diversas respostas. A cultura tem um universo intrinsecamente responsivo e a ciência também. Assim, constituem-se eixos dessa discussão as implicações das bases epistêmicas da pesquisa; as concepções de sujeito e, por conseguinte, de pesquisador e pesquisado; o processo e o produto do conhecimento e suas implicações sociais; a relação do pesquisador e as condições de produção do conhecimento, tudo permeado pela linguagem, pelo dialogismo, pela polifonia, pela responsividade, pela alteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas palavras aqui lançadas não têm nenhuma pretensão de indicar modelos ou fórmulas, mas busca mesmo desestabilizar, pois ao invés de apontar soluções, a proposta é suscitar questões, no intuito de instaurar transformações de identidades e de consciências que nos permitam refletir e atuar frente os acontecimentos contemporâneos.

A partir das marcas da dialética conciliada com a matriz do dialogismo, buscamos problematizar os aspectos que marcam nossa formação enquanto pesquisadores, pois apesar dos debates que apontam um “novo” olhar para o homem, que práticas de pesquisa têm tradição no meio acadêmico? O que deseja um pesquisador ao pesquisar algo? Têm os pesquisadores atuado como sujeitos críticos e sensíveis às vicissitudes de sua época?

Ao mesmo tempo em que estas questões foram sendo resignificadas na/através da prática da pesquisa, a partir do lugar que ocupávamos e do que agora ocupamos, emergiu a necessidade de mudar, mas, como diria Clarice Lispector, “mude, mas comece devagar, pois a direção é mais importante do que a velocidade”. Aqui, demarca-se que essa mudança se dá na alteridade, no reconhecimento de adotar uma perspectiva dialógica e polifônica, em que os lugares do pesquisador e do pesquisado não signifiquem lugares separados, mas sim que devem ser confrontados, em uma produção inesgotável de sentidos falados e silenciados.

Desejamos uma epistemologia para as Ciências Humanas que seja mais humana e que tenha a implicação como marca. Implicação é entendida aqui como comprometimento com aquilo que pesquisa, pois o pesquisador implicado considera o ato de pesquisar como não divorciado de uma posição ética e política sobre o objeto de pesquisa e os sujeitos com quem dialoga. Assim, se busca incluir a participação desses sujeitos

inserindo-os como parceiros no campo de pesquisa e não como meros informantes.

Implicação refere-se ainda à presença, à forma de indagar, pois quando perguntamos e levamos o outro a pensar e posicionar-se estamos intervindo nas vidas dos sujeitos concretos com quem interagimos. Assim, não há uma distinção entre pesquisar e intervir, pois intervimos no ambiente mesmo que não tenhamos essa intenção, ao mesmo tempo que somos transformados nesse processo.

Solicitados a pensar sobre essa questão, torna-se oportuno perguntar-nos: como desenvolver pesquisas que, de fato, possam promover nas relações humanas contextos e sentidos que catalisem processos de democracia e solidariedade? Quais perguntas e formulações instigam a busca de informação e reflexão? Como elucidar processos de pesquisa que promovam o diálogo e, por meio dele, saberes compartilhados? E o diálogo continua.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa, 2001. 302p.

_____. Abordagem sócio-histórica na pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**. Nº 116, p.7-17, julho/2002.

_____. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: Musa, 2004. 302p.

_____. Cronotopo e exotopia. In BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. S. Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.

_____; FREITAS, M. T.; KRAMER, S.; SOUZA, S. J. E.; PEREIRA, R. M. R. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em

Ciências Humanas. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), v. 116, p. 07-20, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1929]

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2012. p. 191-200.

BRAIT, B. Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin*: dialogismo e polifonia. S. Paulo: Contexto, 2009. , p. 45-72.

CASTRO, L. R. de. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Psicologia Política**, 14 (7), 2008.

CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (orgs.) **Pesquisa intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Faperj/NAU, 2008.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba, PR: Criar Edições, 2003.

_____. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FLORES, V. N. & TEIXEIRA, M. Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 143-164, 2o sem. 2009.

_____. **Introdução à linguística da enunciação.**
Contexto: São Paulo, 2005.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 20-39, jul. 2002.

_____. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Teresa de; JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. (Orgs.). **Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin.** São Paulo: Cortez Editora, 2003, v. 107, p. 26-38.

_____. A pesquisa em Educação: questões e desafios. **Vertentes** (São João Del-Rei), v. 1, p. 28-37, 2007.

GERALDI, J. W. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. In: FREITAS, Maria Teresa de; JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. (Orgs.). **Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum.** Campina Grande-PB: Eduepb, 2011.

JOBIM E SOUZA, S. Por uma leitura estética do cotidiano, ou a ética do olhar. *Leitura: teoria e prática*, v. 24, n.24, p. 35-46, 1994.

. **A estética e a psicologia. Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 11, n.11, p. 43-56, 1999.

. **Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura.** 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2000. v. 1. 164p .

KRAMER S. & LEITE M. I. (org.). **Infância**: fios e desafios da pesquisa. 9 ed .Campinas: Papyrus, 2007, v. 1, p. 13-38.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MIRANDA, L. L. Consumo e produção de subjetividade nas tvs comunitárias. In: **Revista do Departamento de Psicologia** - UFF, v. 19 - n. 1, p. 199-214, Jan./Jun. 2007.

_____. Contribuições de Mikhail Bakhtin para a pesquisa -intervenção nas TVs comunitárias. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. (Orgs.). **Pesquisa-Intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Nau e Faperj, 2008, v. 1, p. 1-664.

OSWALD, M. L. M. B.; PEREIRA, R. M. R. (Orgs.). **Infância e juventude**: narrativas contemporâneas. Petrópolis: DPA; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

PEREIRA, R. M. R. A pesquisa como experiência estética. In: **Educação, experiência estética**. PASSOS, Mailsa Carla Pinto, PEREIRA, Rita Marisa Ribes (Orgs.). Rio de Janeiro: Nau, 2011.

_____. Pesquisa com crianças. In: PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende (Orgs.). **Infância em pesquisa**. Rio de Janeiro: Nau, 2012.

PORTUGAL, F. T. A pesquisa-intervenção e o diálogo com os atores sociais. In: Lucia Rabello de Castro; Vera Lopes Besset.

(Org.). **Pesquisa-Intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Nau e Faperj, 2008, v. 1, p. 178-204.

REIS, A. C. dos; ZANELLA, A. V. A constituição do sujeito na atividade estética da dança do ventre. In: **Psicologia e Sociedade** (Impresso), v. 22, p. 149-156, 2010.

SALGADO, R. G.; PEREIRA, R. M. R.; JOBIM e SOUZA, S. Pela tela, pela janela: Questões teóricas e práticas sobre infância e televisão. In: **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 65, p. 9-24, jan./abr. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 20 de maio de 2009.

SANTOS, N. de O. Intimidade e estranhamento na pesquisa com crianças. In: PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende (Orgs.). **Infância em pesquisa**, 2012. (no prelo).

SATO, L. Pesquisar e intervir: encontrando o caminho do meio. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. (Orgs.). **Pesquisa-Intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Nau e Faperj, 2008, v. 1, p. 171-178.

SOBRAL, A. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 102-122.

_____. Estética da criação verbal. In: BRAIT, B. **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. S. Paulo: Contexto, 2009, p. 167-188.

_____. O Ato “Responsível”, ou Ato Ético, em Bakhtin, e a Centralidade do Agente. **SIGNUM: Estudos Linguísticos**, Londrina, n. 11/1, p. 219-235, jul. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

VASCONCELOS, T. C. **Jovens e Linguagem**: um texto no contexto do ProJovem Trabalhador de Patos – Paraíba. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Faculdade de Educação, 2012.

_____. Pesquisa enquanto intervenção, tradução, compreensão e construção de sentidos: nuances da interação verbal pesquisador-pesquisado. **Revista Teias**, v. 14, n. 31, pp. 76-96, maio/ago. 2013.

ZANELLA, A. V. Atividade criadora, produção de conhecimentos e formação de pesquisadores: algumas reflexões. In: **Psicologia e Sociedade** (Impresso), v. 16, p. 135-145, 2004.

_____. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. In: **Psicologia e Sociedade** (Impresso), Porto Alegre/RS, v. 17, p. 99-104, 2005.

_____. Reflections on alterity from Lev S. Vygotsky's theory. **Cultural-Historical Psychology**, v. 3, p. 2-5, 2010.

_____; SAIS, A. P. Reflexões sobre o processo de pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. In: **Análise Psicológica**, v. XXVI, p. 679-687, 2008.

CAMINHOS DA NORMALIZAÇÃO ACADÊMICA

Eliete Correia dos Santos¹
Henrique Elias Cabral França²

INTRODUÇÃO

Dando continuidade às discussões iniciadas nesta obra sobre universidade, saber, ética, alteridade e diretrizes científicas para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, este capítulo objetiva discutir sobre a normalização nos trabalhos acadêmicos e científicos.

O processo de normalização – em todos os âmbitos, talvez mais fortemente na academia -, pode parecer a muitos um limitador à criatividade ou à liberdade de escolhas estilísticas, técnicas, ou procedimentos. Ao contrário, porém, é nesse processo que

1 Professora do Curso de Arquivologia da UEPB. Doutorado em Linguística pela UFPB e doutorado-sanduíche em Ciência da Informação pela Universidade do Porto – PT. Pesquisadora do grupo de pesquisa GPLEI – PROLING- UFPB e líder do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS, atuando na linha Arquivo, Linguagem e Memória. professoraeliete@hotmail.com

2 Professor do Curso de Arquivologia da UEPB. Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possui especialização em Criação Publicitária pelo IESP (2005) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo - pela UFPB (1999).

se encontra o solo fértil para um alinhamento de linguagens e, conseqüentemente, de consolidação desses frutos. Afinal, como nos aponta Ribeiro (2011, p. 9), “normalizar é, acima de tudo, potencializar a comunicação”. E potencializar a comunicação é uma meta cada vez mais ambicionada nas mais diversas esferas da organização social.

A normalização está presente constantemente em nossas vidas. A casa onde vivemos, os transportes que utilizamos, o banco onde guardamos nosso dinheiro, a alimentação comprada no supermercado, ou até mesmo objetos como um brinquedo infantil requerem um padrão a ser seguido. A Normalização também é uma ferramenta essencial para a prevenção de impactos e conseqüências que ameaçam frequentemente a vida humana, como acidentes de trânsito e domésticos, além dos desastres naturais que vêm ocorrendo ultimamente. Com o avanço da tecnologia e do interesse político e econômico dos governantes, a normalização passou a ser um instrumento fundamental ao mundo globalizado. Aqui, o que nos importa entender é: quais os impactos dessas normas, como manifestação de uma cultura, para a escrita acadêmica? Como compreender o uso das normas internacionais ou nacionais sem que haja prejuízo para o projeto discursivo? Para responder a essas questões, sem a pretensão de esgotar o assunto, apresentamos, nesse capítulo, um breve histórico sobre as normas e seus princípios; seus objetivos e organismos de normalização; e a NBR que rege os textos acadêmicos, a ABNT.

BREVE HISTÓRICO DA NORMATIZAÇÃO

Desde a pré-história, o homem descobriu como podia manipular a natureza para atingir os seus próprios fins, estendendo a aplicação dos princípios da normalização como uma vantagem para si próprio. Podemos considerar a linguagem

falada e escrita como as formas primárias de Normalização, já que estas foram desenvolvidas para possibilitar a comunicação e o entendimento entre a humanidade, ou seja, para normalizar. De acordo com o manual de normalização do Instituto Português de Qualidade (2009, p. 6-9), existem registros desde a antiguidade que demonstram o esforço em unificar e simplificar produtos e elementos utilizados na sua produção e lista alguns marcos da história da Normalização, representados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Retrospectiva evolutiva da normalização.

Período histórico	Marco na história da normatização
3500ac	No Indus Valley (Índia), foram encontrados espécimes de pesos normalizados e uma escala de comprimento subdividida decimalmente.
2500ac	A pirâmide de Quéops foi erguida com pedras de medidas iguais; Os romanos utilizavam componentes normalizados na construção das condutas de água e tinham normas para os tijolos e as estacas.
Séc. XV	Os venezianos armaram as suas frotas de mastros, velas, remos e lemes uniformes, para que em combate pudessem responder da mesma maneira e tornar as reparações mais rápidas.
1790	Em França, foi aprovada a unificação do sistema de medidas, tendo sido instituído o metro como unidade de comprimento.
1798	Whitney, na América, produziu revólveres com componentes normalizados.
1841	Joseph Whitworth estabelece o primeiro sistema de roscas normalizado
1860	A Associação de Engenheiros Alemães (VDI) começa a ocupar-se de tarefas de normalização.
1869	É publicado o primeiro catálogo de perfis normalizados de aço laminado.
1876	Mevil Dewey desenvolve a classificação bibliográfica decimal.
1877	É editada a primeira norma sobre características e respectivos ensaios para o cimento Portland.
1883	Os fabricantes alemães de papel acordaram na criação de um “formato normalizado de papel”.
1898	A conferência internacional de Zurique aprova a “rosca SI” (sistema internacional) que servirá de base ao desenvolvimento posterior de importantes trabalhos normativos.

Período histórico	Marco na história da normatização
1901	É fundado o primeiro organismo nacional de normalização; o BESC – British Engineering Standards Committee.
1901	É criado, nos EUA, o “Bureau of Standards” como departamento do Ministério do Comércio e Trabalho.
1901	O Japão edita as suas primeiras normas.
1906	É fundada a Comissão Electrotécnica Internacional – CEI ou IEC.
1907	Edição, na Suécia, das primeiras normas no domínio electrotécnico.
1915	A Associação Alemã de Fabricantes de Veículos a Motor estabelece as bases para o que viria a denominar-se “normas para automóveis”.
1917	Constituição do Comité de Normalização da Indústria Alemã – NADI.
1918	Surge, na Alemanha, a primeira folha de normas “DI-Norm 1”, sobre passadores cónicos.
1928	Representantes de 16 países criaram a Federação Internacional das Associações Nacionais de Normalização – ISA.
1929	Cria-se, em Portugal, o Comité Electrotécnico Português, para o estudo da nomenclatura e das condições de implantação e funcionamento de instalações eléctricas.
1940	É criada a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
1947	É fundada a International Organization for Standardization – ISO.
1948	É criado o primeiro organismo nacional de normalização português – a Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais – IGPAL, onde funciona a Repartição de Normalização, com funções de elaboração de normas portuguesas, inclusive no domínio electrotécnico.
1949	A IGPAL torna-se membro da ISSO.
1952	É criado o Centro de Normalização, entidade com autonomia administrativa e financeira, destinada a apoiar os trabalhos de normalização nacional.
1961	É criado o Comité Europeu de Coordenação de Normas, que mais tarde será denominado Comité Europeu de Normalização, com o objectivo de elaborar normas europeias harmonizadas.
1961	Surge a Comissão Pan-Americana de Normas (COPANT), com o objectivo de usar as recomendações e normas da ISO e IEC para elaborar normas para o mercado latino-americano.
1966	Funda-se o Asian Standards Advisory Committee (ASAC), organismo regional asiático de normalização.

Período histórico	Marco na história da normatização
1967	Nasce a ASMO, organização Árabe de Normalização e Metrologia.
1973	Funde-se o CENELCOM e o CENEL dando origem a uma só organização europeia de normalização para o domínio electrotécnico, o CENELEC (Comité Europeu para a Normalização Electrotécnica).
1976	É criada em Portugal a Direcção-Geral da Qualidade (DGQ) que herda, em 1978, as atribuições da IGPAI no âmbito da Normalização.
1983	É publicado o DL 165/83 que institui o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade.
1983	A CEE publica uma Directiva (83/189) que estabelece um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentos técnicos.
1985	O Conselho de Ministros da Comunidade Europeia aprova a Resolução de 7 de Maio que estabelece o princípio da “Nova Abordagem” em matéria de harmonização técnica e normalização.
1986	É publicado o DL 183/86 de 12 de Julho que cria o Instituto Português da Qualidade extinguindo a DGQualidade.
1988	Nasce, por iniciativa dos membros da Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações, o European Telecommunications Standards Institute (ETSI), que foi reconhecido pela Comissão das Comunidades como o terceiro organismo europeu de normalização.
1992	A CEE publica o <i>Livro Verde sobre a Normalização Europeia</i> .
1993	O Decreto 2/93, de 24 de Março cria, em Moçambique, o INNOQ – Instituto Nacional de Normalização e Qualidade.

Fonte: Manual de Normalização do Instituto Português de Qualidade (2009, p. 6-9. Adaptado)

Na antiguidade, a preocupação em criar normas que regulamentam determinada matéria sempre esteve presente na sociedade. Quando não existe uma norma única para regulamentar um determinado procedimento, a chance de haver algum tipo de conflito por falta de uma padronização é praticamente uma certeza, como aconteceu recentemente com o uso de nitrogénio líquido em coquetéis servidos em bares de Londres, o que quase matou uma adolescente britânica e gerou a discussão da necessidade de uma regulamentação para esse fim³. Além da

3 Informação disponível em <<https://goo.gl/VCX0aq>> Acessado em 12 fev. 2013.

padronização de critérios, o que confere justiça em caso de comparação, as normas são importantes como indicadoras de padrão de qualidade. Para isso existe a normalização que é “a atividade destinada a estabelecer, face a problemas reais ou potenciais, disposições para a utilização comum e repetida, tendo em vista a obtenção do grau ótimo de ordem, num determinado contexto” (IPQ, 2009, p. 9).

A Normalização reflete o estado de crescimento também de uma economia, pois nem todas as normas internacionais ou regionais são adequadas para uma adaptação ao nível nacional cuja normalização deverá tanto quanto possível basear o seu acervo normativo no acervo normativo internacional. Nos países desenvolvidos, o progresso está intimamente relacionado a uma cultura das normas, nos países em desenvolvimento que se encontram no limiar da industrialização e pretendem melhorar a qualidade de vida das populações, deverão orientar as suas ações para formar uma cultura das normas assimilada pelo aspecto econômico e social. Se normalizar consiste, de um modo particular, na formulação, edição e implementação de normas, para que se tenha benefícios da atividade de normalização parece-nos importante que os órgãos competentes tenham atenção às normas que podem não se adaptar ao que se espera da sociedade, podendo ser exigente em demasia ou insuficiente em outros aspectos.

Os benefícios da utilização de normas podem ser classificados em duas vertentes: 1. Os benefícios qualitativos permitem utilizar adequadamente os recursos (equipamentos, materiais e mão de obra); uniformizar a produção; facilitar o treinamento de profissionais, melhorando seu nível técnico; registrar o conhecimento tecnológico; facilitar a contratação ou venda de tecnologia. 2. Os quantitativos permitem reduzir o consumo de materiais; reduzir o desperdício; padronizar componentes; padronizar equipamentos; reduzir a variedade de produtos;

fornecer procedimentos para cálculos e projetos; aumentar a produtividade; melhorar a qualidade; controlar processos.

Além desses, muitos outros poderiam ser listados, no entanto é preciso entender que a normalização não pode ser decretada nem ser imposta. A Norma é um documento que pode ser utilizado como referência em contratos ou leis, todavia, nessas situações, a decisão da sua utilização deverá ser uma decisão livre das duas partes (caso dos contratos) ou uma decisão dos governantes ou representantes do setor (caso das normas tornadas obrigatórias por lei).

É importante para qualquer técnico de um ONN (Organismo Nacional de Normalização) perceber os princípios da normalização e aplicá-los, bem como ter a capacidade de saber transmitir de forma clara a terceiros.

Voluntariedade – A participação em processos de normalização não é obrigatória e depende de uma decisão voluntária dos interessados. Essa vontade de participar é imprescindível para que o processo de elaboração de normas ocorra. Outro aspecto que fundamenta a voluntariedade do processo de normalização é o facto de que o uso da norma também não é obrigatório, devendo ser resultado de uma decisão em que são percebidas mais vantagens no seu uso, do que no não uso.

Representatividade – É preciso que haja participação de especialistas cedidos por todos os sectores – produtores, organizações de consumidores e neutros (outras partes interessadas tais como universidades, laboratórios, institutos de pesquisa, órgãos do governo), de modo que a opinião de todos seja considerada no estabelecimento da norma. Dessa forma, ela de fato reflete o real estágio de desenvolvimento de uma tecnologia num determinado

momento e o entendimento comum vigente, baseado em experiências consolidadas e pertinentes.

Paridade – Não basta apenas a representatividade, é preciso que as classes (produtor, consumidor e neutro) estejam equilibradas, evitando-se assim a imposição de uma delas sobre as demais por conta do maior número de representantes. Assim, deve-se procurar que seja assegurado o equilíbrio das diferentes opiniões no processo de elaboração de normas.

Transparência – A todas as partes interessadas devem ser disponibilizadas, a qualquer tempo, as informações relativas ao controle, atividades e decisões sobre o processo de desenvolvimento de normas técnicas.

Simplificação – O processo de normalização deve ter regras e procedimentos simples e acessíveis, que garantam a coerência, a rapidez e a qualidade no desenvolvimento e implementação das normas.

Consenso – Para que uma norma tenha o seu conteúdo o mais próximo possível da realidade de aplicação, é necessário que haja consenso entre os participantes na sua elaboração. Consenso é processo pelo qual um Projeto de Norma deve ser submetido, compreendendo as etapas de análise, apreciação e aprovação por parte de uma comunidade, técnica ou não. A finalidade desse processo de consenso é o de atender aos interesses e às necessidades da coletividade, em seu próprio benefício. Não é uma votação, mas um compromisso de interesse mútuo, não devendo, portanto, ser confundido com unanimidade. (IPQ, 2009, p. 11-12).

A normalização é dividida em três grandes níveis – internacional, regional e nacional⁴ – representando estes a extensão geográfica, política ou econômica da normalização. Entre as principais organizações internacionais de normalização podem ser citadas ISO (*Internacional Organization for Standardization*), IEC (*Internacional Electrotechnical Commission*) e ITU (*Internacional Telecommunication Union*). As organizações regionais são comissões de países situados em uma mesma área geográfica, política e econômica, a saber, CEN (*Comité Européen de Normalisation*), CENELEC (*Comité Européen de Normalisation Electrotechnique*), ETSI (*European Telecommunications Standards Institut*), COPANT (*Comissão Pan-americana de Normas Técnicas*) e ARSO (*African Regional Organization for Standardization*), entre outras. Os organismos nacionais são responsáveis por executar o processo de normalização dentro do país e é indicado como membro da correspondente organização internacional e regional de normalização, como ABNT (*Associação Brasileira de Normas Técnicas – Brasil*), DIN (*Deutsches Institut für Normung – Alemanha*) SCC (*Standards Council of Canada*), entre outras.

As instituições de ensino estão cada vez mais reconhecendo os benefícios e as características de padronização internacional em muitos currículos. A esse respeito a nível internacional, a ISO aponta, como uma contribuição vital, as ações das instituições de ensino para sensibilizar a comunidade acadêmica sobre

4 Como nosso objetivo não é fazer um estudo apurado dos tipos de organizações e suas respectivas normas, apenas citamo-las. No entanto, as organizações podem ser melhor investigadas no Manual de Normalização (2009) do IPQ (Instituto Português de Qualidade) disponível no site <www.ipq.pt>, como também de maneira mais didática e compilada desse manual em Cornelsen (2011), um guia prático para elaboração de trabalhos técnico-científicos.

a padronização e seus benefícios, e desenvolve ações que visam apoiar o trabalho nas universidades, dentre outras, destaca-se⁵:

- Um repositório de recursos e materiais de ensino.
- Prêmios para promover instituições de educação liderando o caminho na normalização.
- Organização (em parceria com a IEC e ITU) da Cooperação Mundial da Normalização dia acadêmicas.
- Promover a cooperação entre os organismos de normalização e instituições de ensino nos países em desenvolvimento.
- Contribuição para cursos de pós-graduação.

No Brasil, o órgão competente para normalizar é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 28 de setembro de 1940, a partir de uma demanda levantada pela Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP, em 1937. Através de resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), tornou-se, 30 anos depois, o único Foro Nacional de Normalização. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, reconhecida como único Foro Nacional de Normalização através da Resolução n.º 07 do CONMETRO, de 24.08.1992. É membro fundador da ISO (*International Organization for Standardization*), da COPANT (Comissão Panamericana de Normas Técnicas) e da AMN (Associação Mercosul de Normalização).

Dentro da ISO, a ABNT tem um papel de destaque, por fazer parte do *Technical Management Board* – TMB, um comitê seleta, formado por entidades normalizadoras de apenas doze

5 Informações disponibilizadas no site da ISO <www.iso.org>.

países responsável pela gestão, planejamento estratégico e desempenho de atividades técnicas. As outras onze entidades normalizadoras de países que possuem assento nesse comitê são: AENOR (Espanha), AFNOR (França), ANSI (Estados Unidos), BSI (Reino Unido), DIN (Alemanha), JISC (Japão), NEN (Holanda), SAC (China), SCC (Canadá), SABS (África do Sul) e SN (Noruega). A ABNT é a representante oficial no Brasil das seguintes entidades internacionais: ISO (*International Organization for Standardization*), IEC (*International Electrotechnical Commission*); e das entidades de normalização regional COPANT (Comissão Panamericana de Normas Técnicas) e a AMN (Associação Mercosul de Normalização).⁶

Embora a ABNT tenha seu reconhecimento mundial, o processo de normalização continua enfrentando as mesmas pressões históricas que marcaram sua origem⁷. As disputas entre a Comunidade Econômica Europeia e os Estados Unidos em torno da criação de normas refletem diferentes abordagens, mais e menos liberais, para o tratamento de questões econômicas.

O progresso tecnológico traz novas pressões sobre o modelo consensual de elaboração de normas. Empresas-líderes seguem com a tentação de impor as próprias escolhas tecnológicas como normas. Nem sempre há tempo para esperar pela elaboração de uma Norma Internacional. São dilemas sem saída para os principais interessados. Os Estados Unidos podem ter o poder de contestar o sistema de normalização internacional, mas não têm o poder de impor suas normas

6 Informações disponíveis em <<https://goo.gl/B2qzzL>> Acesso em 15 de fev. 2013.

7 Para uma noção completa sobre os problemas, desafios e superação da ABNT, ver o texto História da ABNT (2011).

como internacionais. Normas Internacionais voltariam a ser demandadas por empresas e consumidores. A Europa, por sua vez, não pode usar indefinidamente as normas como instrumento de política comercial e industrial sem enfrentar, ela mesma, a ineficiência gerada por uma selva de normas criadas por cada nação de sua comunidade e sem interferir na demanda internacional por tecnologia, que inclui os países pobres e os países emergentes. (ABNT, 2011, p. 99).

Como mostra a história, os governos não apresentam sucesso pela imposição das normas e os consórcios de normalização podem ser fontes de ganhos para seus patrocinadores, no entanto precisam enfrentar a suspeita de seus consumidores e a pressão de competidores, restando-lhe sempre a alternativa de recorrer ao sistema ISO.

Atualmente, a ABNT⁸ é formada de 56 comitês, 4 organismos de normalização setorial e 123 comissões de estudo especial. O Comitê Brasileiro (ABNT/CB) é um órgão da estrutura da ABNT, com Superintendente eleito pelos sócios da ABNT nele inscritos, com mandato de dois anos, permitidas duas reeleições. O Organismo de Normalização Setorial (ABNT/ONS) é um organismo público, privado ou misto, sem fins lucrativos, que, entre outras, tem atividades reconhecidas no campo da Normalização em um dado domínio setorial, credenciado pela ABNT, segundo critérios aprovados pelo Conmetro. A Comissão de Estudo Especial (ABNT/CEE) é uma Comissão de Estudo vinculada à Gerência do Processo de Normalização

8 As informações sobre a ABNT foram pesquisadas no site <www.abnt.org.br> e no material sobre os 70 anos de história da ABNT disponibilizado pelo mesmo organismo. Acesso em: 03/10/2012.

da ABNT, com objetivo determinado, para tratar de assunto não coberto pelo âmbito de atuação dos Comitês Técnicos.

Para o nosso trabalho, o interesse é o Comitê Brasileiro (ABNT/CB-14) – Informação e Documentação -, assim chamado desde o início de 2003, por ocasião do desmembramento do antigo CB 14, que se intitulava Comitê brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação. O âmbito de atuação é a normalização no campo de finanças, bancos, seguros, comércio, administração e documentação, compreendendo práticas adotadas em bibliotecas, centros de documentação e de informações, no que concerne a terminologia, requisitos, serviços e generalidades. As normas em vigor desse comitê seguem na tabela abaixo:

Tabela 2 – Comitê Brasileiro (ABNT/CB-14) –
Informação e Documentação.

Norma	Descrição da norma
ABNT NBR 6024:2012	Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação
ABNT NBR 10719:2011	Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação
ABNT NBR 14724:2011	Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação
ABNT NBR 15287:2011	Informação e documentação – Projeto de pesquisa – Apresentação
ABNT NBR 15437:2006	Informação e documentação – Pôsteres técnicos e científicos – Apresentação
ABNT NBR ISO 2108:2006	Informação e documentação – Número Padrão Internacional de Livro (ISBN)
ABNT NBR 6029:2006	Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação
ABNT NBR 10518:2005	Informação e documentação – Guias de unidades informacionais – Elaboração
ABNT NBR 10525:2005	Informação e documentação – Número padrão internacional para publicação seriada – ISSN
ABNT NBR 6034:2004	Informação e documentação – Índice – Apresentação

Norma	Descrição da norma
ABNT NBR 12225:2004	Informação e documentação – Lombada – Apresentação
ABNT NBR 6028:2003	Informação e documentação – Resumo – Apresentação
ABNT NBR 6021:2003	Informação e documentação – Publicação periódica científica impressa – Apresentação
ABNT NBR 6022:2003	Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação
ABNT NBR 6027:2003	Informação e documentação – Sumário – Apresentação
ABNT NBR 6025:2002	Informação e documentação – Revisão de originais e provas
ABNT NBR 10520:2002	Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação
ABNT NBR 6023:2002	Informação e documentação – Referências – Elaboração
ABNT NBR 12676:1992	Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação – Procedimento
ABNT NBR 5892:1989	Norma para datar
ABNT NBR 6032:1989	Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas
ABNT NBR 6033:1989	Ordem alfabética
ABNT NBR 10519:1988	Critérios de avaliação de documentos de arquivo – Procedimento
ABNT NBR 9578:1986	Arquivos – Terminologia

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

As normas desse Comitê são distribuídas em cinco grupos: CE-14:000.01 – Documentação; CE-14:000.02 – Estatística e Avaliação de Desempenho; CE-14:000.03 – Identificação e Descrição; CE-14:000.04 – Gestão de Documentos Arquivísticos; CE-14:000.05 – Automação Bancária. Pelas subseções, percebe-se a importância desse Comitê para a área acadêmica e para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciências da Informação que se empenham e fazem uso

de normalização no campo da informação e documentação compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos e publicação. Vale dizer que qualquer norma brasileira (definida pela sigla NBR) segue padrões mundiais de normalização (ISO).

No que tange ao trabalho acadêmico, as normas são utilizadas por estudantes, professores e instituições de ensino para elaboração, apresentação e publicação de dissertações, teses, trabalhos acadêmicos e projetos. Existem algumas normas que são específicas para determinado tipo de trabalho, mas há normas gerais que servem para qualquer trabalho acadêmico. São elas: NBR 14724, que regulamenta a estrutura de apresentação de trabalhos acadêmicos; NBR 10520, que regulamenta as citações; NBR 6023, que regulamenta as referências.

Há revisões para adaptar as necessidades que surgem com a utilização da norma publicada, como no caso da ABNT NBR 14724 e da ABNT NBR 15287⁹, as alterações serviram para valorizar o conteúdo do trabalho ou do projeto. Entre as alterações, foram contemplados requisitos voltados à sustentabilidade ambiental, a exemplo da opção de impressão na frente e no verso do papel do trabalho ou projeto e, também, o uso do papel reciclável. O calendário também contemplou revisões nas normas NBR 6023 (referências), NBR 6027 (sumário), NBR 6022 (artigo em publicação periódica científica impressa), NBR 6021 (publicação periódica científica impressa) e criação de mais duas normas Referências e citações de documentos legais e Estatísticas de bibliotecas. Vale destacar também que há muitas áreas de normalização, contudo, que não podem ser objeto de permanente inovação: é o caso das transações bancárias por meio eletrônico, que envolvem elevados requisitos de uniformidade e segurança.

9 Essas revisões entraram em vigor em abril de 2011.

EQUILÍBRIO ENTRE TEXTO E NORMALIZAÇÃO

No âmbito técnico-científico, usar uma mesma normalização realmente parece facilitar a comunicação e a organizar o discurso e a apresentação formal dos conteúdos. No entanto, há normas que não acrescentam valor ao que se faz em nome da conformidade, como também parece ser perigoso utilizar as normas cegamente sem um estudo prévio de profissionais com o perfil adequado. Tanto no Brasil como em comunidades acadêmicas estrangeiras, percebemos um abuso no uso das normas. Há periódicos que sugerem determinada norma, por exemplo, de apresentação de referências, que, em muitos casos, não há como saber qual norma seguir, outras faculdades impõem normas próprias para seus alunos para apresentações de seus trabalhos acadêmicos, mas não aplicam as normas nacionais nem as internacionais. Em Portugal, por exemplo, chamou-nos a atenção sobre a fragmentação de indicação das normas a serem utilizadas por seus alunos em algumas universidades. Cada faculdade ou mesmo nos diferentes cursos da mesma universidade seguem padrões e normas diversificadas. Um departamento escolhe um modelo a seguir ou cria seu próprio modelo, ignorando as normas do IPQ. “O consenso sobre as normas a usar nos trabalhos de investigação e universitários é inexistente e as práticas seguidas nos vários contextos académico-científicos estão longe de ser uniformes”. (RIBEIRO, 2011, p. 10).

Certa vez, enviamos um artigo para um periódico que determinava o não uso das notas de rodapé e fazia uma restrição à utilização de nota de fim. Para nosso trabalho, a nota explicativa era de essencial importância, pois a informação não cabia no texto, no entanto sem ela haveria uma mudança considerada de interpretações do conteúdo abordado. Retirá-la era a omissão de uma voz que não podia ser silenciada nem pelo autor nem pelas normas do periódico. Percebíamos nosso texto mutilado,

e, nesse sentido, a falta de se seguir a um padrão internacional prejudica o discurso e a própria produção do texto, ao modo de pensar, como uma coação para o pensamento. Esse exemplo confirma as palavras de Ribeiro (2011, p. 10): “usam-se as normas, mas não está ‘normalizado’” o emprego delas.

Bakhtin (2010, p. 309) já apontava o problema das fronteiras do texto, o texto como enunciado, o problema das funções do texto e dos gêneros de texto, o problema do segundo sujeito “que reproduz (para esse ou outro fim, inclusive para fins de pesquisa) o texto (do outro) e cria um texto emoldurador (que comenta, avalia, objetiva, etc.)”. O texto que reflete todos os textos (no limite) de um dado campo do sentido e que apresenta dois polos. Cada texto “pressupõe um sistema universalmente aceito (isto é, convencional no âmbito de um dado grupo) de signos, uma linguagem. (...) por trás de cada texto está o sistema de linguagem”. (BAKHTIN, 2010, p. 309). Há nessa dimensão o que pode ser repetido e reproduzido e o que é individual, único e singular, onde reside todo o sentido, a intenção por ser criado. Se assim concedemos a noção de texto enquanto enunciado, a nota explicativa não é algo a ser dado fora do texto, descartada ou minimizada, mas entender o problema da inter-relação semântica (dialética) e dialógica dos textos no âmbito de um determinado campo, da própria história dos textos.

Além de os problemas do texto e suas fronteiras, Bakhtin acrescenta que o acontecimento da vida do texto se desenvolve na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos. “É um encontro de dois textos – do texto pronto e do texto a ser criado, que reage; conseqüentemente, é o encontro de dois sujeitos, de dois autores”. (BAKHTIN, 2010, p. 311). Nesse sentido, podemos acrescentar a essas tensões levantadas por Bakhtin, especificamente, a fronteira do texto acadêmico e da normalização. Como estabelecer um equilíbrio entre o texto e a normalização? Buscar um caminho para quando as normas culturalmente estabelecidas

e difundidas, muitas vezes, sem normalização não possam afetar o diálogo do pensamento humanístico de maneira especial quando se trata da complexa inter-relação do texto – objeto de estudo e reflexão – e do contexto a ser criado – que interroga, que levanta projeções, no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do pesquisador.

Até mesmo porque além da questão da normalização ainda há a questão da hierarquia entre os gêneros e sobre o acesso desigual pelos agentes de um mesmo campo. “A relação de um texto com outros de uma mesma espécie passa pela sua inserção em determinado domínio cultural, adquirindo um modo próprio de refratar a realidade em seus diversos aspectos.” (GRILLO, 2006, p. 156).

Apesar de todos os argumentos, Ribeiro (2011) adverte que os mais rebeldes e desorganizados tenderão a considerar a normalização como um constrangimento da liberdade e da criatividade do autor, todavia essa perspectiva individualista e libertária é incompatível com o mundo globalizado e reativa face à necessidade de se transmitir informação e conhecimento. Defende ainda o uso das normas internacionais como uma língua universal para todos. “As normas são, pois, meios que contribuem para aproximar comunidades que trabalham nas mesmas áreas, que investigam problemáticas afins ou que partilham conhecimento e informação comuns”. (RIBEIRO, 2011, p. 9).

Assim, na universidade, há uma linguagem própria para nomear e caracterizar os autores e seus textos. Essa linguagem elabora esquemas de classificação e de apreciação que objetivam construir hierarquias e modos de percepção, em uma lógica interna da própria esfera, potencializando a comunicação e, com isso, enriquecendo a ciência.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **História da normalização brasileira**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. Disponível em: <www.abnt.org.br/>. Acesso em: 03/10/2012.

BAKHTIN, M. M. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____. **Estética da criação verbal**. 5. ed. Tradução de: BEZERRA, P. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. p. 307-336.

GRILLO, S. V. de C. Esfera e campo. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto. 2006. p. 133-160.

IPQ. DEPARTAMENTO DE NORMALIZAÇÃO. 2009. **Manual de normalização**. Disponível em: <www.ipq.pt/>. Acesso em: 20/06/2012.

ISO. **Internacional Organization for Standardization**. Disponível em: <www.iso.org>. Acesso em: 30/07/2012.

RIBEIRO, F. Prefácio. In: CORNELSEN, J. M. **Escrever... Com normas: guia prático para elaboração de trabalhos técnico-científicos**. Coimbra, 2011. p. 9-12.

LIDANDO COM AS PALAVRAS DE OUTREM: IMPLICAÇÕES PARA A QUESTÃO DE PLÁGIO E DE AUTORIA NA ESCRITA ACADÊMICA

Pedro Farias Francelino¹
Antônio Flávio Ferreira de Oliveira²

INTRODUÇÃO

A prática discursiva da escrita na esfera acadêmica exige dos sujeitos que nela se inscrevem o domínio de algumas habilidades, uma vez que o texto científico preza por algumas características essenciais, como a objetividade, a clareza, a precisão, a correção gramatical, a coerência, a articulação lógico-semântica dos fragmentos que compõem o tecido textual. Dentre essas propriedades, há uma que subjaz ao empreendimento da escrita acadêmica, a qual não se apresenta plenamente na materialidade linguística, mas é pressuposta e tão relevante quanto as que foram apontadas: a autoria.

1 Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

2 Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Linguística pelo PROLING/UFPB. Especialista em Língua e Literatura Espanhola pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Pode parecer uma grande redundância, mas o texto acadêmico deve apresentar um autor, um sujeito responsável pela posição assumida frente à discussão acerca do(s) objeto(s) a que se propõe discorrer. E, assumindo esse lugar, é preciso ter uma atenção especial para lidar com a heterogeneidade das vozes que comporão a dimensão heterodiscursiva de seu texto, tendo o cuidado para não incorrer em um problema sério e complexo, de natureza ética, que é o plágio.

Neste capítulo, propõe-se uma reflexão acerca da problemática da apropriação indevida do discurso de outrem na elaboração de trabalhos científicos, o que normalmente tem se chamado de plágio. O objetivo é esclarecer a comunidade acadêmica, particularmente os estudantes de cursos de graduação, a respeito dos efeitos nocivos dessa prática quando da confecção de trabalhos em contexto escolar. Para isso, busca-se uma definição e uma caracterização do plágio, tomando-se como referência uma literatura que conjugue aspectos ético-jurídicos e linguístico-discursivos, embora o foco, nessa discussão, recaia sobre esses dois últimos.

O texto divide-se em quatro seções. A primeira apresenta uma discussão acerca da linguagem em perspectiva dialógica, fundamentada no pensamento de Bakhtin/Volochinov (1999 [1929]), a qual fornece subsídios para o exame das formas de abordagem da utilização do discurso de outrem nos diversos usos da linguagem, dentre os quais se destaca a escrita acadêmica. A segunda seção ocupa-se da conceituação e da caracterização da citação do discurso de outrem sob o enfoque da NBR 10520/2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que traz orientações técnicas sobre procedimentos de menção das fontes em trabalhos acadêmicos. A terceira evidencia como o sujeito pode constituir-se autor de seu texto sem incorrer nas armadilhas da cópia indevida do pensamento de outrem. A quarta, por fim, tece algumas considerações acerca do plágio sob a perspectiva do ordenamento jurídico brasileiro.

CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E A ESCRITA ACADÊMICA: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA DISCURSIVA

A discussão tecida aqui sobre a problemática do plágio e da autoria pressupõe uma reflexão acerca da noção de linguagem. Assumimos os postulados de Bakhtin e o Círculo de que a linguagem é dialógica por natureza, uma instância de interação social caracterizada pelo embate de diferentes posicionamentos axiológicos advindos das posições sócio-históricas ocupadas pelos sujeitos em sociedade. Nesse sentido, tomamos a enunciação como processo de interação entre falantes e seus diversos pontos de vista acerca dos variados objetos de discurso.

Dentre as muitas noções desenvolvidas nos trabalhos do Círculo, destaca-se uma que é significativamente produtiva para este trabalho, que é a de discurso de outrem. Bakhtin/Volochinov discutem esse tema na última parte da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1999 [1929]), em que se dedicam à reflexão sobre as formas sintáticas da enunciação. Conforme os autores, “o discurso citado é o *discurso no discurso*, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, *um discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999 [1929], p. 144, grifos dos autores).

A dinâmica de transmissão do discurso de outrem, tal como expõem os autores, constitui um tema instigante na medida em que retrata a dimensão enunciativa da linguagem e sua relação com as formas sintáticas que a língua permite para a apreensão do discurso alheio. Diferentemente da tradição gramatical, por exemplo, que se ocupa basicamente do aspecto formal dos mecanismos de transposição de um discurso, a abordagem dos autores, em perspectiva dialógica/enunciativa, segue uma direção mais complexa, uma vez que considera esse fato como um processo de compreensão responsiva ativa, ou, nas palavras

dos próprios autores, “[..] uma *reação ativa* de uma enunciação a outra, e isso não no plano temático, mas através de construções estáveis da própria língua.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1999 [1929], p. 144, grifos dos autores).

Nesse contexto, vale a pena retomar as questões postas por Bakhtin/Volochinov acerca da natureza do discurso de outrem. Segundo esses autores, o discurso citado constitui o enunciado de outro(s) sujeito(s) que passa a integrar a enunciação (contexto narrativo) de quem está produzindo um determinado texto. Tal enunciado apresenta-se como uma formulação completa, independente, dotada de um conteúdo, de uma estrutura composicional e de um estilo. Contudo, ao ser apreendido por um sujeito, o discurso citado terá de adaptar-se ao projeto enunciativo do autor, isto é, deverá ser enformado pelas regras sintáticas, estilísticas e composicionais do novo contexto narrativo de que fará parte, muito embora mantenha seus elementos básicos estruturais, sem os quais seria impossível ser assimilado de forma completa.

Essa discussão sobre a natureza da presença de um discurso em outro surge, na verdade, na perspectiva desses autores, a partir de uma problemática formulada nos seguintes termos:

Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida? (BAKHTIN/VOLOCHINOV (1999 [1929], p. 146).

Esse aspecto posto na problematização acima é vital para a compreensão do fenômeno do discurso reportado, visto que o sujeito que apreende as palavras de outrem é um ser situado

sócio-historicamente, alguém dotado de um discurso interior, com o qual reage às palavras que assimila. Em outras palavras, conforme os próprios autores afirmam, “A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação, isto é, a orientação ativa do falante”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV (1999 [1929], p. 148). E a relevância da problemática é ainda ampliada pela constatação, pelos autores, de que os esforços empreendidos para o estudo das formas de transmissão do discurso de outrem, particularmente no campo da sintaxe, têm relegado o papel da dinâmica da integração entre discurso citante e discurso citado, o que, na verdade, configuraria a própria dinâmica das inter-relações sociais. Posto o problema, Bakhtin/Volochinov (1999 [1929], p. 148) apontam duas tendências hegemônicas, em sua época, da dinâmica da inter-relação entre os discursos narrativo e citado: o estilo linear e o estilo pictórico.

O estilo linear caracteriza-se pela preservação da integridade do discurso de outrem, isto é, este é transposto para o discurso narrativo sem que seja afetado, linguística ou discursivamente, pelas entoações avaliativas do sujeito que o recebe. Nesse sentido, criam-se fronteiras linguísticas que estabelecem o distanciamento necessário entre discurso citante e discurso citado, conservando-se não apenas o que é dito, mas também as valorações que lhe são inerentes.

O estilo pictórico, por sua vez, constitui uma tendência oposta ao estilo linear, na medida em que permite ao autor de um enunciado (discurso citante) a manifestação de suas intenções, de suas entoações apreciativas no discurso citado. Nesse sentido, as fronteiras entre os discursos são diluídas e o discurso citado pode ser impregnado das valorações do autor, quaisquer que sejam elas: humor, ódio, sarcasmo, desprezo etc.

Em se tratando da esfera acadêmica, pode-se afirmar que, normalmente, há um equilíbrio, na elaboração de trabalhos

científicos, na dinâmica entre contexto narrativo e discurso citado, inclusive, a literatura que orienta a elaboração de trabalhos acadêmicos preconiza o uso moderado das chamadas citações diretas, que, nos termos bakhtinianos/volochinovianos, corresponderiam ao estilo linear. Já a paráfrase, que consiste na retomada do discurso de outrem mediante uso das próprias palavras por parte de quem fala ou escreve, o que se tem chamado de citação indireta, tende mais ao estilo pictórico, na medida em que é possível conferir-lhe o tom apreciativo que melhor aprouver ao autor.

Essas reflexões de Bakhtin/Volochinov (1999 [1929]) acerca da dinâmica de recepção do discurso de outrem trazem importantes contribuições para o exercício da escrita acadêmica, no sentido de que extrapola a compreensão dos mecanismos de citação para além de recursos sintáticos de delimitação do discurso alheio. Mais que isso, compreender as inter-relações entre discurso citante e discurso citado significa, na perspectiva desses autores, dispor a palavra alheia a serviço de um trabalho de argumentação, de enquadramento da voz de outrem para fins discursivos, isto é, para a instauração de um ponto de vista acerca do objeto de que trata.

Outra implicação de extrema relevância que a Teoria Dialógica da Linguagem de Bakhtin/Volochinov traz para esta discussão concerne ao aspecto da autoria. Qualquer atividade de linguagem, seja oral, escrita ou de outra natureza semiótica, pressupõe uma dimensão ética, de responsividade e responsabilidade enunciativas. Quem escreve, inscreve-se em uma corrente ininterrupta de enunciados que circulam aqui/ali e agora, portanto, cronotopicamente, e é preciso adotar para com essa heterodiscursividade uma postura dialógica, afeita às regras do jogo enunciativo.

Com a escrita acadêmica não pode ser diferente; pelo contrário, exige-se um alto grau de comprometimento

ético-responsivo na medida em que se lida com a construção de conhecimentos, com a difusão da produção científica e, nesse sentido, é preciso que haja respeito às formulações da comunidade acadêmica com a qual o pesquisador dialoga; e, para isso, evidentemente, existem os instrumentos legítimos de orientação normativa, inclusive, de como citar o discurso de outrem.

A CITAÇÃO NA ABNT

A citação do discurso de outrem também é abordada a partir de uma perspectiva técnica, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (doravante ABNT). A NBR 10520, de agosto de 2002, em vigência desde 29 de setembro de 2002, é uma norma da ABNT que estabelece as orientações para citações de textos em documentos. Como o objeto de discussão aqui é a questão do plágio e da autoria em trabalhos acadêmicos, o foco recai sobre o uso desse expediente em documentos de natureza científica, como é o caso da elaboração de textos produzidos em contexto acadêmico, tais como artigos científicos, trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de especialização *lato sensu*, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Na seção 3 do documento, destinada às definições, apresenta-se o conceito de citação e registra-se a classificação das citações. Para o documento,

citação: Menção de uma informação extraída de outra fonte. **Citação de citação:** Citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original. **Citação direta:** Transcrição textual de parte da obra do autor consultado. **Citação indireta:** Texto baseado na obra do autor consultado. (NBR 10520, 2002, p. 1-2, grifos do documento).

Nas informações apresentadas no documento, quanto às definições, não há complexidade do ponto de vista do entendimento do que seja a atividade de se reportar ao discurso alheio. A mesma observação é válida para a estrutura ou a forma como as citações devem aparecer no corpo do texto. Entretanto, chama-se a atenção para o aspecto do uso, da função desse recurso no processo de elaboração de um trabalho normativo, sobretudo o de natureza acadêmica. É preciso pensar um pouco mais do que a conceituação e a caracterização, isto é, é fundamental entender os efeitos de sentido decorrentes do emprego de uma citação, sobretudo se se considerar o fato de que a escolha por um ou por outro procedimento revela uma tomada de posição axiológica por parte do autor do documento (texto/enunciado). No mais, a norma cumpre seu papel de orientar o pesquisador quanto ao emprego do discurso de outrem.

Observe-se, primeiramente, a própria conceituação de “citação”. O documento apenas registra que se considera citação a “menção de uma informação extraída de outra fonte.” Trata-se de uma definição simples, objetiva, sem maior aprofundamento, nem mesmo quando se apresenta a classificação das citações, conforme se vê no fragmento acima. E o mesmo é válido para as chamadas “citação direta” e “citação indireta”, sendo o que diferencia uma da outra é apenas o fato de a primeira permitir a extração literal do fragmento que se quer citar e, a segunda, considerar para tal feito apenas a paráfrase, sem menção literal do recorte que se quer evidenciar.

Além dos tipos de citação apresentados, a NBR 10520 ainda apresenta outros recursos que, se não servem imediatamente à citação do discurso de outrem, trazem informações complementares que contribuem tanto para a compreensão do conteúdo que está sendo abordado, quanto para a orientação do leitor em relação às fontes de pesquisa e de consulta de materiais que serviram de base, dentre outras funções. Esses recursos

são as “notas de referência”, as “notas de rodapé” e as “notas explicativas”.

Em se tratando do contexto escolar, seja de qual nível de ensino for, é preciso, portanto, que o aluno atente para as definições apresentadas na NBR, a fim de se evitar o uso inadequado das palavras de outrem, sem a devida menção à(s) fonte(s) da(s) qual(is) extrai as informações. Por descuido ou falta de manejo na utilização do recurso da citação, alguns pesquisadores – e não apenas os iniciantes em pesquisa – acabam cometendo algum tipo de falha, com implicações na dimensão ética na pesquisa. Adiante aprofundaremos esse aspecto.

Seguindo a exposição da ABNT, outra seção do texto que merece destaque e é muito produtiva é a que trata das regras de apresentação das citações. Em geral, são tratadas as seguintes situações, com seus respectivos exemplos, o que torna o documento bastante didático e acessível até mesmo para o mais iniciante na pesquisa acadêmica: 1) citações diretas, no texto, de até três linhas; 2) citações diretas, no texto, com mais de quatro linhas; 3) indicação de supressões, interpolações, comentários, ênfase ou destaques; 4) registro de informações obtidas por meio verbal oral (palestras, conferências etc.); 5) citação de trabalhos em fase de elaboração; 6) indicação de ênfase de trechos da citação; e, por fim, 7) registro de tradução da citação feita pelo autor. Para todas essas situações, vale o princípio geral formulado próprio documento: “Nas citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiverem entre parênteses, devem ser em letras maiúsculas.” (NBR, 2002, p. 2).

Esses são, em geral, os casos mais prototípicos tratados no documento, os quais são seguidos de exemplos, o que não foi possível fazer aqui devido ao espaço limitado de que se dispõe. Em todos os casos apresentados, chama-se a atenção, ainda, para

os sinais de pontuação que integram as citações, como as aspas, os parênteses e colchetes, as vírgulas, os pontos finais, além, evidentemente, dos recursos tipográficos, como itálico e negrito. Recomenda-se, portanto, ao estudante a leitura integral e atenta da NBR 10520 da ABNT.

Além das regras de apresentação, outro dado importante exposto no documento é o sistema de chamada das citações, que pode ocorrer por dois modos: sistema numérico e sistema autor-data. No primeiro caso,

[...] a indicação da fonte é feita por uma numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos, remetendo à lista de referências ao final do trabalho, do capítulo ou da parte, na mesma ordem em que aparecem no texto. Não se inicia a numeração das citações a cada página. (NBR 10520, 2002, p. 4).

Quando o pesquisador opta por usar notas de rodapé em seu trabalho, esse sistema de chamada de citação não é indicado, pois pode tornar o texto confuso e denso, já que as notas de rodapé têm outra finalidade na apresentação de um texto acadêmico. Com relação ao aspecto estrutural, é preciso lembrar que esse sistema adota uma numeração utilizada após o sinal de pontuação que finaliza o texto, daí ser chamado de sistema numérico. Essa numeração deve ser contínua em todo o texto.

No sistema autor-data, o registro da chamada da citação é feito, como regra mais geral,

pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses. (NBR 10520, 2002, p. 4).

Os dois sistemas de chamada têm legitimidade normativa e podem ser escolhidos pelo pesquisador, contanto que o sistema selecionado seja utilizado em todo o trabalho, visando à uniformidade do texto, além de permitir “[...] sua correlação na lista de referências ou em notas de rodapé.” (NBR 10520, 2002, p. 3).

PLÁGIO E(M) ESCRITA ACADÊMICA: (N)AS FRONTEIRAS ENTRE O DISCURSO PRÓPRIO E O DISCURSO ALHEIO

Discutir o conceito de plágio não é uma das tarefas mais fáceis, pois envolve aspectos não apenas acadêmicos, mas jurídicos, éticos, ensejando, portanto, ponderação e bom senso na abordagem do tema. Neste trabalho interessa, como recorte, apresentar uma caracterização mais geral sobre o conceito, circunscrevendo o contexto acadêmico e tendo como objetivo contribuir para o esclarecimento da comunidade acadêmica acerca do manejo adequado da palavra do outro.

KrokoscZ (2012) apresenta uma discussão bastante didática e esclarecedora sobre o plágio. Vale lembrar que apesar de o plágio ser um tema bastante elucidado nos meios acadêmicos contemporâneos, suas raízes remontam à antiguidade. Segundo o autor,

No século II a.C. a *Lex Fabia Plarigriis* do Direito Romano usava a expressão latina *plagium* para se referir a um crime que consistia no sequestro de um home livre para fazê-lo de escravo a fim de comercialização ou uso doméstico. (KROKOSCZ, 2012, p. 10).

Para conceituar “plágio”, KrokoscZ (2012) recorre a dicionários de língua portuguesa, como Houaiss (2009) e Ferreira (1986), chegando à seguinte definição: “Trata-se de qualquer conteúdo (artístico, intelectual, comercial etc.) que tenha sido

produzido ou apresentado originalmente por alguém e que é reapresentado por outra pessoa como se fosse próprio ou inédito”. (KROKOSCZ, 2012, p. 11). Pela especificidade deste trabalho, o foco recairá sobre o plágio acadêmico.

O que o autor traz como novidade na discussão sobre o assunto é a ideia de um terceiro sujeito envolvido nessa prática. Para ele, normalmente, o plágio envolve duas pessoas: o autor da obra, isto é, a pessoa responsável pela produção, e o redator, ou seja, a pessoa que copia o conteúdo do autor. Krokosczyk, entretanto, amplia para três o número de envolvidos na prática plagiária, incluindo a figura do leitor como aquele que recebe o conteúdo intelectual, seja de forma ativa ou passiva.

No primeiro caso, ainda que de forma involuntária, o professor, ao solicitar determinados tipos de trabalhos escolares, acaba indiretamente propiciando a oportunidade para a prática do plágio. No segundo caso, professores e orientadores de trabalhos acadêmicos acabam sendo enganados por seus pupilos, quando estes apresentam trabalhos bem elaborados do ponto de vista técnico, mas que, de fato, não foram autores responsáveis pelo conteúdo apresentado, seja por qual meio tenha se dado tal fraude: compra de trabalho; reapresentação de trabalho já apresentado a outro professor, em outro componente curricular; cessão de trabalho elaborado por colega em disciplinas de semestres anteriores e assim por diante.

Essa visão do autor acerca do terceiro sujeito, o leitor, embora possa ser discutida e avaliada, traz à tona dois outros conceitos importantes acerca do plágio ou de suas formas de manifestação nos espaços acadêmicos: o plágio consentido e o autoplágio. O primeiro caso ocorre quando o trabalho é feito por terceiros, mas é apresentado à comunidade leitora como se tivesse sido elaborado pelo sujeito aluno/pesquisador. Nesse sentido, a pessoa que prestou o serviço consente que o trabalho seja apreciado mesmo que o leitor não saiba sobre o ocorrido.

No caso do autoplágio, o trabalho foi elaborado legitimamente pelo autor, mas apresentado para leitores diferentes como sendo inédito ou então apresentado mais de uma vez, em mais de uma situação, como se fosse a primeira. O próprio autor, nesse caso, copia a si mesmo sem que seu leitor tome conhecimento desse ato.

Outro aspecto não menos importante nessa discussão, além da conceituação, é o conhecimento das razões pelas quais se comete o plágio. Krokosz (2012) aponta pelo menos seis motivos que estão na lista dos fatores que contribuem para a emergência do plágio na academia.

A primeira razão é o desconhecimento técnico do autor em relação aos procedimentos de registro das fontes de informação de sua pesquisa. Por inabilidade ou mesmo negligência, o autor omite tanto a indicação dos autores (no caso das citações) bem como as referências das fontes que dão suporte a seu trabalho. Por considerarem as normas de organização do trabalho científico enfadonhas ou demasiadamente meticulosas, pesquisadores incorrem na falta de paciência quanto ao uso da normalização, e até mesmo das regras da escrita acadêmica, ocasionando, com isso, um problema mais sério.

A facilidade de acesso à informação disponível na Internet e o uso de recursos de edição de textos também são apontados como uma das principais razões para o aumento do índice de plágio em trabalhos escolares. O avanço dos recursos tecnológicos possibilitou a divulgação de uma quantidade insondável de textos das mais variadas áreas do conhecimento, o que impulsionou a prática da pesquisa (sem entrar no mérito do aspecto qualitativo dessa questão), facilitando significativamente a busca das informações na rede mundial de computadores. Isso tudo facilitado pela sofisticação de variadas ferramentas de edição de textos, que em muito coopera com o trabalho de manipulação das informações.

O terceiro fator que tem propiciado a prática da cópia é a falta de tempo dos estudantes. Muitos veem no trabalho copiado da Internet ou elaborado por terceiros uma forma de agilizar o tempo ocupado com o trabalho do dia a dia, com as responsabilidades familiares e sociais, ou até mesmo com as próprias tarefas acadêmicas, como leituras, realização de outros trabalhos, avaliações, atividades complementares etc. O fato é que o aluno dispõe de pouco tempo para uma carga muito elevada de atividades, o que o leva à tentação de recorrer a um expediente reprovável, que compromete sua própria formação.

A dificuldade de escrita acadêmica e o hábito de reprodução de textos constituem o quarto fator responsável pela emergência da prática do plágio. A esse respeito, Krokosz afirma que há, tanto na escola como na universidade brasileiras, uma tendência para a reprodução textual, com ênfase nos aspectos técnicos do texto (normalização) ou até mesmo gramaticais. Tal prática pedagógica não favorece a emergência de um sujeito autor, que saiba articular na escrita a construção dos conhecimentos possibilitados pela leitura na pesquisa bibliográfica.

Em penúltimo lugar, pode-se destacar o interesse pelo aumento do número de publicações outra razão para a ocorrência do plágio. O autor destaca que tanto alunos quanto professores são constantemente pressionados a produzirem cada vez mais, sendo muitas vezes esse produtivismo condição para a concessão de recursos e outras vantagens para a pesquisa científica. Alie-se a isso, ainda, a própria “[...] ambição pessoal do autor que deseja publicar a qualquer custo, representando um sério risco à originalidade e integridade da qualidade científica em todos os níveis acadêmicos”. (KROKOSZ, 2012, p. 31).

Por fim, como último motivo para a incidência de plágio acadêmico, o autor aponta a falta de ética. Em muitos casos, alunos não têm a prioridade nem o comprometimento com

a construção de conhecimentos, mas apenas o interesse em obter uma titulação, o que o leva a negligenciar a sua própria formação, no sentido de apenas cumprir exigências ou realizar suas tarefas acadêmicas de forma relaxada ou por meios mais fáceis, sendo esse último caso caracterizado como a perda da dimensão ética do processo. Portanto, como afirma Krokosz (2012, p. 32),

[...] para aqueles para quem o conhecimento não é um valor em si, mas um meio para obtenção de outros fins, a decisão de cometer plágio é assumida deliberadamente sem constrangimentos, embora se saiba que é algo que não deve ser feito e como pode ser evitado. Sendo assim, este poder ser considerado o pior motivo para a ocorrência do plágio, pois se relaciona diretamente à ausência ou corrosão de valores acadêmicos como o compromisso com a inovação do conhecimento.

Dando prosseguimento a essa reflexão, não podemos deixar de abordar outro aspecto bastante pertinente, por seu caráter instrutivo e também didático, que é o da tipologia do plágio, isto é, de que forma ele se apresenta em atividades acadêmicas. Embora não seja um assunto consensual e haja uma flutuação na literatura acerca do tema, o fato é que é possível identificar formas muito recorrentes de apresentação de plágio no contexto educacional. Krokosz (2012) apresenta pelo menos cinco tipos, sobre os quais discorreremos brevemente a seguir.

O primeiro deles é o *plágio direto (word-for-word)*. Nessa modalidade, a pessoa que escreve reproduz de forma integral o conteúdo de outro autor, seja ele qual for esse conteúdo, sem, no entanto, mencionar a indicação da referência de que se utilizou. Esse tipo de problema pode ocorrer por diversos motivos, desde a incompetência técnica para lidar com as normas de

organização do trabalho científico até atitude de má fé. No plágio direto, o redator pode ainda ‘mesclar’ trechos de sua própria autoria com trechos copiados de outrem sem a devida menção (citação e referência).

O segundo tipo é o *plágio indireto*, segundo o qual o redator de um texto, sem atribuir a devida autoria a quem de direito, reproduz com suas próprias palavras o conteúdo do discurso de outrem. O fato de se reportar indiretamente ao pensamento de alguém está previsto na própria NBR 10520, de 2002, porém ela orienta que seja indicada a referência da obra de onde foi extraída a ideia parafraseada. Há três formas por meio das quais esse tipo de plágio ocorre: 1) uso de paráfrase sem atribuição de crédito; 2) elaboração de mosaico; e 3) uso inadequado de chavões.

O uso de paráfrases sem atribuição de crédito diz respeito à omissão da fonte original da informação. Contudo, o autor salienta que também constitui plágio a mera apresentação das ideias de outrem sem que haja originalidade na exposição delas, isto é, quando o redator repete o conteúdo mudando apenas as palavras. A elaboração de mosaico, por sua vez, diz respeito à junção de fragmentos de textos variados, mudando-se apenas alguns elementos de conexão para que o texto apresente sentido. Como diz Krokosz (2012, p. 45), “O resultado é uma colcha de retalhos extraídos de vários documentos que parece ser original, mas na realidade é apenas uma sistematização de ideias, conceitos, teorias ou argumentos de outros autores.” Por fim, há o caso de uso inadequado de chavões, que concerne à utilização de palavras-chave formuladas por alguns autores para se reportarem de forma original a suas descobertas.

O terceiro tipo é o *plágio de fontes (reprodução de citações)*. Nesse tipo de plágio, o redator se utiliza de citações já usadas por autor que não é a fonte original da informação. O redator, nesse caso, reproduz corretamente a informação e até faz menção

à fonte, porém dá ao leitor a impressão de que a consulta foi realizada diretamente nas fontes originais. Em termos de metodologia científica, é possível, sim, utilizar-se de tal expediente, desde que se use a expressão latina *apud* (que significa “citado por”); contudo, caracteriza plágio quando não há essa menção. Em alguns casos, é possível identificar o plágio por inconsistências formais que ocorrem no ato da cópia, que vão desde deslizes gramaticais até equívocos das fontes.

Outro tipo de plágio é o chamado *plágio consentido* (*conluio*). Ocorre quando envolve a participação de terceiros, isto é, quando o trabalho foi elaborado por uma pessoa e reapresentado por outra a uma instituição diferente, em tempo e lugar diferentes, ou, ainda, quando este é comprado em escritórios especializados em fraude intelectual. Krokosz (2012) divide em dois tipos: *conluio entre colaboradores* (o trabalho é apresentado ao professor como se fosse original, mas, na verdade, foi elaborado por outra pessoa que consentiu com sua reapresentação); e *conluio comercial* (trabalho encomendado a uma empresa/escritório especializado(a) em comércio de trabalhos acadêmicos). Neste último caso, o trabalho dificilmente apresenta plágio porque, normalmente, é elaborado por um profissional da área.

O último tipo de plágio a que o autor se refere é o autoplágio. Como já fizemos menção a esse tipo neste trabalho, finalizamos sua conceituação com as palavras de Krokosz (2012, p. 53): “Quando um mesmo trabalho intelectual é entregue a pessoas diferentes em situações diferentes, mas não é indicado que o conteúdo que está sendo apresentado já foi utilizado em outras circunstâncias, comete-se autoplágio.” Tecidas essas considerações sobre a natureza do plágio, passar-se-á ao último aspecto dessa reflexão, que concerne ao tratamento do tema no âmbito da esfera jurídica.

PREVISÃO DO PLÁGIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Após discussão nas seções anteriores, respectivamente, sobre a concepção de linguagem em perspectiva dialógica, a citação na ABNT e o plágio, objetiva-se agora discorrer sobre o teor de legalidade que constitui a lesão da autoria (o que compreendemos como plágio) no ordenamento jurídico brasileiro. Desse modo, chama-se a atenção para a maneira como os dispositivos legais positivam o direito de autoria como uma garantia fundamental tanto para o cidadão brasileiro como para o estrangeiro.

No ordenamento jurídico brasileiro, podem-se encontrar algumas normas que compreendem a autoria como um bem jurídico que deve ser protegido da lesão feita pela reprodução de uma obra intelectual por parte de sujeitos que não são seus autores criadores. O conjunto de regras estabelece a proteção da autoria como um direito que preserva a relação jurídica exclusiva de pertencimento entre a obra e o autor, bem como proíbe a publicação e a reprodução por parte de outrem. Para tanto, é relevante apresentar, de modo particular, a previsão legal de cada dispositivo no conjunto composto pela Constituição Federal de 1988, pelo Código Civil de 2002, pelo Código Penal e pela Lei Nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Constituição Federal (doravante CF), de 1988, compreende um complexo de textos legais impregnados de valores axiológico-democráticos que garantem a preservação de direitos e de deveres dos cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Por sua vez, esse documento legal institui o lugar mais elevado na hierarquia jurídica, ou seja, todo o complexo de dispositivos legais deve estar em harmonia com a CF. Dito isso, já é possível apresentar como a CF institui a natureza jurídica da autoria, afirmando que essa previsão está disposta no inciso XXVII, do artigo 5º, a saber: “aos autores pertence o direito

exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar” (BRASIL, 1988, artigo 5º, inciso XXVII).

A CF evidencia o caráter nefasto da prática do plágio, pois, sem mencionar pontualmente a palavra “plágio”, trata dos direitos autorais, atribuindo, ao autor de um texto, o direito que corresponde ao caráter de exclusividade da obra, principalmente no que concerne à valoração do respeito à intelectualidade do autor e à ideia de pertencimento, isto é, à proteção jurídica de um bem infungível mediante uma situação de publicação ou de reprodução indevidas.

Partindo para o campo do direito privado, o Direito Civil institui uma norma que protege o direito de propriedade do autor, principalmente no que se refere ao uso, ao gozo, à disposição e à recuperação da obra intelectual. Essa norma está prevista no *caput* do artigo 1.228 do Código Civil de 2002, pelo qual se prevê que: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (BRASIL, 2002, artigo 1228). Conforme o posicionamento doutrinário, nas particularidades do ponto de vista de Venosa (2012, p. 157), a relação entre o autor e a propriedade intelectual representa uma “senhoria da pessoa sobre a coisa”.

Quando um autor tiver o seu direito lesado por alguém que, indevidamente, usar a autoria, de acordo com Galuppo (2011, p. 2-3) esse proprietário da obra intelectual pode:

Recorrer a três procedimentos para defender seus direitos, que não se excluem e que podem ser simultaneamente utilizados. O primeiro deles consiste em processo administrativo junto à instituição de ensino onde o plágio foi praticado para, quando for o caso, anular o título do plagiador. O segundo consiste em propor ação cível de natureza constitutiva

(de indenização) e mandamental (de recolhimento ou correção da obra plagiada), cujo prazo para propositura é de três anos após a ocorrência do plágio. O terceiro consiste na propositura de ação criminal, que deve ser movida pelo próprio interessado (no caso de plágio ou apropriação de obra alheia) ou pelo Estado, desde que impulsionado pelo interessado (no caso de pirataria).

Conforme se pode observar, na citação, existem três formas jurídicas de se punir um plagiador, a saber: o processo administrativo, a ação cível de indenização e a ação criminal. Dessas três, o enfoque, nesse momento, recairá sobre a ação criminal, haja vista estar relacionada ao complexo jurídico de dispositivos sobre o qual, na sequência, se discorre. Por sua vez, o fato jurídico que prevê a ação penal está fundamentado no artigo 184 do Código Penal, que estabelece o seguinte:

Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa”. § 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente. (BRASIL, 1940, artigo 184).

A redação do artigo 184 estabelece o crime de violação de direitos autorais os elementos de conexão do direito de autoria, isto é, os direitos afins e a pena referente à restrição de liberdade ou a uma multa. Além disso, o parágrafo (§) primeiro institui a qualificadora feita pela reprodução total ou parcial para fins de lucro direto ou não, que agrava a pena mediante a ousadia do plagiador.

A previsão do dispositivo legal em questão institui: (1) o dolo como elemento subjetivo do delito (BARROS; CINTRA, 2014), ou seja, a consciência da prática delituosa pelo plagiador; (2) a pena criada para a proteção do direito autoral (BARROS; CINTRA, 2014); (3) o resultado jurídico caracterizado: (A) pela ofensa do bem, em relação à lesão do objeto jurídico (BARROS; CINTRA, 2014) “com a reprodução ou qualquer das figuras típicas descritas” (BARROS; CINTRA, 2014, p. 761) e (B) pelo “perigo concreto ao objeto jurídico “direito autoral” no caso da tentativa” (BARROS; CINTRA, 2014, p. 761, grifos do autor); (4) uma ação penal privada ou pública (BARROS; CINTRA, 2014).

A Lei Nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 é o último dispositivo do conjunto legal elencado para se compreender a proteção da autoria na perspectiva jurídica. Essa lei estabelece um conjunto de regras que “altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências” (BRASIL, Lei 9.610, 1998, preâmbulo). No seu rol normativo, encontram-se disposições referentes à regulamentação dos direitos autorais advindos dos incisos XXVII e XXVIII do artigo 5º da CF, dos artigos 184 a 186 do Código Penal, além de outros dispositivos jurídicos.

Dentre os elementos normativos dessa lei, sua composição estrutural é formada por títulos que, de modo específico, definem e especificam as obras intelectuais protegidas, a autoria, o registro da autoria, os direitos do autor, os direitos patrimoniais e sua duração, os direitos conexos, dentre outros títulos relevantes. No caso específico da escrita acadêmica, a Lei dos Direitos Autorais prevê no artigo 46 sobre a não constituição de lesão da autoria. Veja-se:

Artigo 46 – Não constitui ofensa aos direitos autorais: I – a reprodução: a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou

periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos; b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza; II – a reprodução, em um só exemplar, de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro; III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra; IV – o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou (BRASIL, Lei 9.610, 1998, artigo 46).

Esse artigo da lei mencionada regulamenta o uso devido da propriedade intelectual de outrem nos diversos gêneros que circulam na esfera acadêmica. Sendo assim, um determinado sujeito (aluno ou professor) pode usar, adequadamente, as palavras de outrem, quando deixa destacado, pelas normas de citação da ABNT, o pertencimento de uma determinada obra a um determinado autor. Desse modo, as palavras do outro são usadas apenas para ilustrar uma ideia do autor que está escrevendo um determinado trabalho científico, como um ponto de vista consagrado por um pensamento eminente de uma autoridade em um determinado assunto. De modo particular, a não indicação da autoria de uma obra pode trazer algumas medidas repressivas, principalmente aquelas que anulam toda e qualquer documentação que confere grau ou que legitima a provação em concursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da escrita acadêmica, a despeito da satisfação e do prazer que também lhe são inerentes (normalmente, só se atribuem características negativas a essa atividade!), continua sendo um desafio para todo pesquisador, e não apenas do ponto de vista da produção do conhecimento, mas também do de sua difusão/circulação e do das formas de apropriação desse saber. A não observância aos princípios dessa prática discursiva pode acarretar danos irreparáveis aos resultados de uma pesquisa, em virtude da forma equivocada ou mal intencionada como são disseminados junto à comunidade científica.

O pesquisador competente é aquele atento aos procedimentos e formas legítimos de apreensão do discurso de outrem, colocando-se na ordem da autoria, numa dimensão responsivo-responsável dos enunciados que formula, uma vez que, segundo o pensamento bakhtiniano, é alguém que mantém uma relação ética, comprometido com a comunidade acadêmica com a qual interage, respondendo dialogicamente aos enunciados que lhe precederam e aos que ainda estão por vir, bem como é alguém que assume, consigo mesmo e com essa comunidade, um lugar único, concreto e singular no acontecimento do discurso científico.

Neste capítulo, ensejou-se uma reflexão que, ao mesmo tempo em que orienta o pesquisador (seja iniciante ou experiente) na prática da escrita acadêmica, com todas as implicações que essa atividade demanda, também o conduz a um olhar ético de respeito à palavra de outrem e as suas diferentes formas de apropriação. Como sujeito responsivo-responsável, o pesquisador deve precaver-se de se enredar pelas armadilhas do plágio acadêmico, tendo a consciência das penalidades a que está sujeito caso se envolva nesse tipo de prática.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira; com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1929].

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARROS, Francisco Dirceu; CINTRA, Antônio Fernando. **Direito penal**: interpretado pelo STF e STJ e comentado pela doutrina. São Paulo: JH Mizuno, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

_____. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Código Civil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2002.

_____. Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GALUPPO, Marcelo campos. Plágio e acusação de plágio: aspectos jurídicos. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 63., 2011, Goiânia. **Anais da 63ª reunião anual da SBPS.** Goiânia: UFG, 2011. Disponível em <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

KROKOSZ, Marcelo. **Autoria e plágio:** uma guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** direito reais. São Paulo: Atlas, 2012.

ARQUIVOLOGIA E O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE DIFERENTES RECORTES SOCIOLÓGICOS PARA DEFINIÇÃO DE SUA ATUAÇÃO: O ESTRUTURAL FUNCIONALISMO E OS MÉTODOS HERMENÊUTICOS COMPREENSIVOS

Vancarder Brito Sousa¹

Eliete Correia dos Santos²

A ARQUIVOLOGIA EM TRÂNSITO DO ARQUIVO PARA O SENTIDO INFORMACIONAL

A Arquivologia como Ciência Social Aplicada é tributária recente da linha de desenvolvimento das Ciências Sociais, com grande destaque para a História, ao mesmo tempo, que se encontra associada ao campo da Ciência da Informação. Em uma perspectiva da construção do conhecimento, estas passaram por um redimensionamento epistemológico desde suas fundações

1 Professor do curso de Ciências Biológicas da UEPB, Doutor em Sociologia pela UFPB, Membro do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS. vancarder@hotmail.com

2 Professora do Curso de Arquivologia da UEPB. Doutorado em Linguística pela UFPB e doutorado-sanduíche em Ciência da Informação pela Universidade do Porto – PT. Pesquisadora do grupo de pesquisa GPLEI – PROLING- UFPB e líder do Grupo de Pesquisa Arquivologia e Sociedade – GPAS, atuando na linha Arquivo, Linguagem e Memória. professoraeliete@hotmail.com

que proporcionam hoje uma base epistemológica mais abrangente capaz de redefinições tanto do objeto aos quais dirigem o olhar quanto às metodologias, que se mostram cada vez mais afeitas ao diálogo interdisciplinar.

Este capítulo pretende evidenciar os elementos sociológicos, teóricos-conceituais, presentes neste amadurecimento da Arquivologia, como jovem Ciência que busca dialogar hoje dentro de um campo hermenêutico dos sentidos de suas próprias ações com o reconhecimento de sua dependência do tempo histórico-sociológico na qual está inserida. Para tanto, procurará levantar possibilidades de interpretação da matriz da ciência arquivística no limiar das transformações contemporâneas.

Procuraremos problematizar a definição epistemológica presente na formação da Arquivística como uma ciência fortemente voltada para organização e descrição dos objetos materiais produzidos pela sua própria atividade fim, portanto, uma destinação utilitarista e funcional, haja vista a ausência de necessidade de problematizar tanto o sujeito como as motivações das ações sociais praticadas.

Essa Arquivística eminentemente prática ou Custodial, hoje parece cada vez mais aberta ao diálogo com outros aportes conceituais que não os exclusivamente produzidos pelos manuais normativos que lhe servem para definição dos conceitos fundamentais desse campo do saber.

Este campo, sob uma visão ortodoxa, para falar com Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1992) flerta sem maiores percalços com o reducionismo positivista que sobrepõe a discussão do processo, portanto da ordem, sobre a compreensão do contexto histórico e social no qual o documento é produzido. Ao mesmo tempo que diminui a perspectiva de problematização da ação do sujeito e de seus contextos históricos-sociais, recorte mais contemporaneamente identificado com a Arquivologia Pós-Custodial (RIBEIRO; SILVA, 2003). Sob essa ótica,

procuraremos entender os elementos epistemológicos em uma dimensão sociológica presentes na construção do fazer-se discursivo da Arquivologia em sua forma custodial, para uma perspectiva compreensiva e atual, na qual o fazer Arquivístico elabora-se a partir de um processo reflexivo face à construção de pontes de sentido entre outros campos epistemológicos.

O FUNCIONALISMO: A Sociedade "Funciona", a Arquivologia também?

O Funcionalismo é um campo de questionamento e sistematização teórica sobre a constituição da sociedade. As Ciências Sociais possuem em sua fundação um forte componente de definição da realidade baseada na ideia de funcionamento, seja de instituições, códigos, normas, símbolos e relações. Sob essa chave de compreensão da vida social, a sociedade é entendida com um conjunto de partes interdependentes e diferenciadas que condicionam a vida dos indivíduos. (DURKHEIM, 1999).

A ideia de integração e diferenciação das partes que compõem a vida social foi bastante aprofundada por Durkheim (1999) em sua perspectiva de divisão do trabalho social, sob forma de uma densidade normativa que se imporia aos indivíduos como um imperativo moral, base para a coesão social. As partes, ou os indivíduos, no modelo de Durkheim adquirem uma autonomia relativa no momento em que dividem o conteúdo moral do todo social, sendo este ato de divisão uma sujeição da ação à norma socialmente elaborada. A ação dos indivíduos assim definida, anularia em larga medida a necessidade de pensar em a "individualidade" na ação social sob o olhar de Durkheim, pois não haveria uma "vontade" que não a da mente coletiva que engendra processos para que a vida social opere.

No recorte funcionalista de Durkheim a ação das partes interdependentes se dá através de funções que geram afeitos

sobre a vida social, como afirma Skidmore: “a função de qualquer ação é então o efeito.” (SKIDMORE, 1976, p. 174). A ação, seja de uma pessoa, seja de uma instituição se remete sempre a expectativa de um efeito, suas funções estão sujeitas às formas sociais: leis, costumes, rituais, instituições que dificilmente podem ter suas influências assimiladas por alguém isoladamente. Dessa forma, dificilmente os efeitos sociais amplos correspondem às expectativas iniciais, mas, independentemente do conhecimento, ou não, do modo como irá se definir a função, os efeitos serão sentidos.

Para o funcionalismo, a dimensão prioritária de compreensão do social não é, portanto, o indivíduo que pratica ação, mas o papel desempenhado em função do relacionamento com o conjunto estruturalmente instituído à sua volta. O funcionalismo tomará a ideia de função como elemento constitutivo básico da noção de sistema. À função, então caberá concentrar os conteúdos que colocarão a estrutura em funcionamento. Skidmore (1976) propõe a metáfora do interruptor elétrico para designar a ideia de função: a função deste é acender e apagar as luzes. Ampliando o alcance da afirmação, se o interruptor fosse o ator social, o resultado de sua ação seria o de controlar as luzes. Esse resultado, acender e apagar, seria a função desenvolvida, que coloca em atividade outros elementos constitutivos do sistema elétrico da casa, e especificamente, de um determinado ambiente.

Na Arquivologia tomada sob o recorte funcionalista, o objeto estaria constantemente sendo “ativado” a partir da expectativa de funcionalidade que dele se espera, não apontando para um registro maior de possibilidades de sentido além de sua destinação específica e da eficácia dos processos. Os elementos que compõe o objeto sob o recorte funcionalista obedecem a uma ordem na qual todos se relacionam diante de expectativas bem definidas de desempenho. Uma ideia cara ao funcionalismo: a necessidade da ordem, nada pode se dar de forma aleatória.

AÇÃO SOCIAL E SISTEMA

Na perspectiva funcionalista de Durkheim, a sociedade precede o indivíduo e, portanto, o condiciona a partir do momento que este é integrado à consciência coletiva da sociedade, tornando possível assim o pensamento reflexivo e a identidade. Em Durkheim há uma diminuição do nível de consideração ao papel do indivíduo como unidade social. Para ele, o fundante das relações são as representações sociais e nunca o livre arbítrio, que seria balizado pelo egoísmo, tendendo a apontar para a anomia e esgarçamento do tecido social.

Em paralelo ao construto funcionalista de Durkheim, Skidmore (1976) afirma que Talcott Parsons procurou evitar o equívoco de Durkheim ao submeter de forma ampla os indivíduos à vontade coletiva, quase como autômatos. Para Parsons, portanto, a integração se daria de forma voluntarista, “a teoria não apresentaria os indivíduos como autômatos subservientes, mas enunciaria que as pessoas, a partir de suas próprias mentalidades cognitiva e emocional, chegariam a conclusão de como agir.” (SKIDMORE, 1976, p. 210).

Parsons entendeu que nem tanto ao extremo individualismo, nem tanto extrema sujeição à norma; mas, é preciso haver um meio termo no qual a ideia de ordem pudesse organizar a vida social. Para o autor então: “a ação consiste em estruturas e processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas e, com maior e menor êxito, as executa em situações concretas.” (PARSONS, 1969, p. 16).

Outra abordagem do significado da função na discussão estrutural-funcionalista é apresentada por Merton (MERTON, 1968) ao apontar que o agir humano em sociedade é vinculado a dois tipos de funções: função manifesta e função latente.

As funções manifestas seriam a porção dos resultados e significados controlados pelo autor. Já as funções latentes teriam

seus resultados e alcance fora das expectativas dos responsáveis. Em ambas as formulações as regras sociais, cristalizadas nas estruturas estariam em ação em nível diferenciados.

Para o estrutural funcionalismo, a ação humana pode ser entendida como processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas e as executam em situações concretas dentro do sistema. A ideia de sistema é oriunda do utilitarismo e da biologia evolutiva de Darwin. (PARSONS, 1977). A noção de sistema soma-se à de ordem social como estrutura normativa da ação, em sentido último, o que organiza a ação.

Para Parsons, a noção de sistema predomina na análise dos fatos sociais, porque indivíduos só agem investidos de códigos culturais, assim, a interação como menor sistema de relação: o eu e o outro; só se dá através da incorporação do papel. A sociedade então seria um conjunto de papéis em ação, compondo um sistema. Dessa forma, são as ações em relação dentro do sistema social que funda o social, e não a vontade social coletiva como queria Durkheim.

O estrutural funcionalismo considera a impossibilidade de um sistema cultural a partir da ação individual por serem estas diluídas por todo o corpo social, apresentado portando poucas chances de provocar mudanças sociais significativas mesmo em intervalos temporais mais largos. Esta tendência à manutenção do padrão e, portanto, da ordem instituída, colabora com a estabilidade dos padrões sociais.

Parsons (1969) considera quanto maior for a capacidade adaptativa para realizações dentro do sistema social, maior a integração do ator ao mesmo pois suas ações estariam contribuindo para uma mudança evolutiva do quadro geral. A mudança evolutiva vai se apoiar fortemente na adaptação ao sistema ao controle dos significados através dos meios simbólicos de comunicação e da linguagem. À medida que se complexificam os meios simbólicos apontam para novos estágios de progresso que exigem,

dessa forma, um novo momento integrativo das partes e assim sucessivamente.

A estabilidade da comunicação dentro do sistema, com o desenvolvimento de meios mais eficientes de transmissão e documentação apontam para um aperfeiçoamento da ordem. A disseminação da escrita como forma de registro superou a mera tradição oral, ajudando a fortalecer a dimensão institucional a partir dos registros, fortalecendo a comunicação e a desestabilização social ocasionadas por falhas e lacunas de informação. A noção estrutural funcionalista, portanto, ao mesmo tempo que antevê a evidencia da informação no interior da comunicação que é a base do sistema de relação entre os atores, a condiciona à base institucional que modela ao conjunto social.

POSSIBILIDADES PARA ALÉM DA NOÇÃO DE FUNÇÃO E ESTRUTURA PARA ANÁLISE ARQUIVÍSTICA: a busca do sentido social da ação

Se aceitarmos a hipótese de uma presença mais marcante dos pressupostos estruturais funcionalistas nas definições mais correntes sobre a definição do método e objeto da Arquivologia como proposto neste sumário roteiro sociológico, também se faz necessário apontar as possibilidades de abordagens hermenêuticas, baseadas na sociologia compreensiva de Max Weber (WEBER, 1994) , na qual o elemento fundamental na análise sociais é a ação social carregada de sentido, tendo no indivíduo em relação seu ator por excelência.

Este ponto de corte epistemológico pode sugerir para a Arquivística voltar-se para a compreensão do seu próprio fazer a partir das definições de suas motivações histórico e socialmente motivadas. Desta forma, tanto os contextos sociais e históricos, bem como as motivações e interpretações dos agentes de sentido envolvidos na ação ajudariam a compor um quadro de alcance

mais abrangente para os estudos arquivísticos, não apenas restrito ao funcionamento, descrição e diagnósticos dos arquivos e processos arquivísticos, mas também analisar dimensões informacionais de suporte a existência destes.

Em tempo, é preciso ressaltar que elementos metodológicos das duas grandes áreas sociológicas abordadas aqui podem eventualmente ser mais ou menos eficientes dependendo das necessidades que os objetos e seus recortes apresentam. Porém, também é preciso alertar que as aproximações hermenêuticas baseadas na compreensão da ação podem ter um campo mais fértil na atualidade devido à abertura aos desafios do diálogo interdisciplinar crescente que a Arquivologia tem experimentado ultimamente.

Enfim, se estamos vivendo uma era na qual os processos informacionais e cibernéticos se misturam com a vida cotidiana em sua forma mais imbricada, às vezes, antecipando diversos vaticínios da ficção científica, o que falar de uma ciência que se recusaria a dialogar com esse novo mundo a partir de todas as ferramentas conceituais dispostas à mão para entendê-lo?

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, n. 10, p. 9-20, 1989.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

_____. Um paradigma da análise funcional. In: BIBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria Sociológica**. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1977.

PARSONS, T. **Sociedades: perspectiva evolutiva e comparativa**. São Paulo: Pioneira, 1969.

_____. PARSONS, T. Um esboço do sistema social. In: BIBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria Sociológica**. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1977.

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. B. da. Um modelo sintético de licenciatura para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In: ENANCIB- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

ROCHER, G. **Talcott Parsons e sociologia americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SKIDMORE, W. **Pensamento teórico em sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. DF: Universidade de Brasília, 1994.

PARTE 2

**CAMPO E OBJETO
DE PESQUISA EM
ARQUIVOLOGIA**

ENTRE O DOCUMENTO DE ARQUIVO E A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: REFLEXÕES ACERCA DO OBJETO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA¹

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt²

INTRODUÇÃO

As diferentes definições atribuídas ao objeto científico da Arquivologia se configuram, fundamentalmente, a partir do momento em que para muitos pensadores do campo dos arquivos tornou-se lugar comum a afirmação de que a década de 1980 representa o início da “crise de identidade” ou “da mudança de paradigmas” para a área. Desde então, assistimos a uma cruzada entre as abordagens “Pós-moderna” e/ou “Pós-custodial”, por exemplo, frente às abordagens consideradas “Tradicionais” e/ou

-
- 1 Publicado originalmente nos Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Informação e interação: Ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano, realizado em Florianópolis – SC, no ano de 2013. GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/sched-Conf/presentations>. (ISBN: 978-85-65044-06-6).
 - 2 Professora do curso de graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO.

“Custodiais”. Por um lado, observamos propostas de construção de uma “nova” Arquivologia que, em primeira análise, apontam para a negação e o questionamento do estatuto científico da área através de Princípios, teorias, métodos e práticas até então vigentes, tendo como uma das principais justificativas a incapacidade destes em resolver questões postas pelos atuais modelos de produção e de gestão de documentos e informações, no cenário de novas tecnologias da “Sociedade da Informação” em relação às “tendências conservadoras”, que subordinam a Arquivologia à História – no caso, o foco no documento permanente, ou ainda, o documento em suporte físico. Por outro lado, tendências que não se adjetivam como “Custodiais” e nem “Tradicionais”, mas que pensam as influências externas à área como partícipes para seu desenvolvimento e que podem ser resolvidas com os Princípios, teorias e métodos vigentes, ainda que adaptados e/ou ampliados, uma vez que tais atividades se concentram ao redor do documento de arquivo, independente de seu suporte.

Colocar esse debate em torno de dois polos que aparentam ser opostos é complexo, sendo que, na realidade, o que há são várias abordagens que convivem, cada uma com a sua forma, com o atual contexto vivido pela Arquivologia. Ainda sobre este debate, entendemos que a principal, porém não única questão que se coloca, é reflexo da “desmaterialização” do documento de arquivo. Mesmo que o suporte³ documental já tenha passado por diversas transformações ao longo da história da humanidade, pela primeira vez ele deixa de ser palpável, materializado, e, para alguns teóricos da área, a informação se separa do suporte. E isso, para os adeptos de uma “nova” Arquivologia, é o “triunfo” da informação frente ao documento de arquivo.

3 Suporte aqui entendido como “material sobre o qual as informações são registradas” (GONÇALVES, J. 1998, p. 19).

A partir de então, consideramos importante pensar sobre o estatuto científico da Arquivologia, principalmente em relação ao seu objeto científico, de modo a compreendermos em que termos e contextos esses debates e diferenças acontecem, bem como seus possíveis desdobramentos nas bases conceituais e metodológicas da área, isto é, questões e problemas que acarretam em negação e/ou ressignificação de seus Princípios e Funções, a partir do que se compreende como o seu objeto científico.

Por Função Arquivística consideramos as atividades práticas e de cerne instrumental, regidas por teorias e metodologias, que devem ser realizadas para alcançar os objetivos e o fundamento da disciplina. Nossa compreensão quanto aos objetivos da Arquivologia se efetivam, principalmente, no que se refere ao acesso à informação contida no material de arquivo. E, quanto ao fundamento que sustenta a disciplina, entendemos como sendo a representação⁴ fiável do contexto de produção/acúmulo do material de arquivo, das razões de sua criação, bem como do seu trâmite. Considerando que os Princípios e Funções arquivísticos sustentam, tanto o fundamento como os objetivos da Arquivologia, faz-se necessário apontar nossa compreensão quanto ao papel das Funções arquivísticas. Independentemente de entrarmos no mérito de quais são e quais devem ser, se podem ser consideradas como método da área ou não, elas se justificam por serem tributárias da existência do objeto científico, elemento que dá identidade e garante permanência para uma disciplina. E estas Funções, cujas compreensões variam por

4 Chegamos a pensar em utilizar a palavra “reconstituição” ao invés de “representação”, mas entendemos que essa primeira opção não suporta a perspectiva do momento da (pré) produção documental, estando mais associada à ideia de fazer uma investigação em algo que já aconteceu para chegar a uma conclusão. Já a palavra “representação” traduz com maior clareza como algo é feito, está sendo feito ou foi feito.

autor, abordagem, no tempo e pelo contexto, são regidas por teorias e metodologias que consideramos arquivísticas.

Ademais, torna-se importante assumirmos de imediato que, em relação à natureza do conhecimento, consideramos a Arquivologia uma ciência em construção, o que estamos tomando, também, como sinônimo de disciplina científica. É ainda relevante destacar que esse “estado de construção” não lhe é peculiar e nem justificado por ser uma ciência “nova” ou “jovem”, e sim porque entendemos a produção de conhecimento como algo dinâmico, em constante evolução e passível de rupturas. E se estamos partindo do pressuposto que a Arquivologia é uma ciência, entendemos que deva cumprir alguns requisitos que a legitimem enquanto tal, como ter um campo específico de investigação, com problemática, método e argumentações teóricas próprias, o que, conforme anteriormente discutido, pode ser representado pelos Princípios e Funções, além de fundamentalmente um objeto de estudo – do qual decorrem questões de investigação, visando conhecer derivações de sua existência prática.

Antes de elencarmos as definições encontradas que nos permitem inferir as diferenças sobre as quais estamos pautando nossa reflexão, em relação a esse objeto de estudo - o objeto científico, que deriva de uma construção teórica formulada por agentes dedicados a estabelecer os fundamentos teóricos e metodológicos de determinado campo científico, no que compete à Arquivologia, é fundamental justificarmos a importância de sua existência e definição, sendo que para isso nos valem de Bachelard (1977, p. 130), para quem “[...] esclarecer o objeto científico é começar um relato de nomenclatura progressiva. Todo objeto científico traz a marca de um progresso do conhecimento”.

O objeto científico atribui identidade ao campo disciplinar, comporta uma nova possibilidade de conhecer, ampliando

assim as perspectivas de representação do mundo pelo homem. As diferentes áreas do conhecimento pensam os fenômenos do mundo real a partir de seu campo de estudo, que é determinado fundamentalmente pelo objeto, possibilitando que dentro de cada área haja uma maneira específica de conhecer e interpretar os fenômenos a partir de um referencial. E é este referencial que dará especificidade – que convencionamos como científica – a um conhecimento produzido a partir desta reflexão. Afinal, uma área científica existe como derivada de uma necessidade especial e é construída pelo homem.

No caso da Arquivologia, as diferentes concepções sobre o objeto científico são resultados de processos históricos e epistemológicos imbricados nas próprias evoluções e mudanças das naturezas dos registros, da produção documental e do uso de documentos e informações. Porém, mesmo diante de tantas definições, existe na literatura uma tendência em polarizar o objeto entre o “passado e superado documento de arquivo” e a “informação arquivística ou orgânica”. Contudo, no caso da informação ser arquivística ou orgânica, é importante deixarmos claro que não estamos trabalhando necessariamente com sinônimos, o que exigirá que estas definições também sejam objeto de análise, visto que os entendimentos quanto a estes dois conceitos, apontados como sendo potenciais objetos, não são homogêneos dentro do mesmo campo científico.

PERIODIZAÇÃO: METODOLOGIA PARA ABORDAR A TRAJETÓRIA

É importante ressaltar que nossa periodização não pretende ser determinante de uma concepção linear da trajetória da Arquivologia, mas sim uma opção metodológica e didática para abordar, a partir de contextos e fenômenos específicos, a constituição e desenvolvimento da área, com vistas a compreender algumas diferenças que se estabeleceram em relação

a seu estatuto científico. Sendo assim, o que estamos definindo como **História dos Arquivos** é o processo de desenvolvimento do campo dos arquivos, que se estende desde as necessidades sentidas pelo homem em produzir e manter documentos, até a concepção de arquivo como um ramo especializado do serviço público, ou seja, o arquivo como instituição com funções e serviços específicos, inaugurado a partir da Revolução Francesa (1789). Compreende os períodos que a historiografia tradicional nomeia de Antiguidade, Idade Média e Época Moderna. O valor e uso dos documentos de arquivo estavam em seus potenciais jurídicos e probatórios.

Após a Revolução Francesa inicia-se o que classificamos como período da **Arquivologia Clássica**, do arquivo como instituição e serviço, se desdobrando até a Segunda Guerra Mundial (início década de 1940). Essa fase pode ser caracterizada pela centralização dos arquivos, constituição dos Princípios da Proveniência e da Ordem Original, manual dos Holandeses, ideia de Custódia contínua e de verdade arquivística por Jenkinson, manuais de Casanova e Brenneke, independência do Fazer nos arquivos em relação à biblioteca. Também reflete a primazia do contexto frente ao conteúdo. No Brasil acontece a institucionalização do arquivo como serviço público e responsável pelos documentos históricos, através da criação do Arquivo nacional (1838) e cursos de formação técnica para possibilitar mão de obra qualificada para trabalhar nesta instituição. Questões arquivísticas se desenvolveram tendo por base os documentos de valor histórico, públicos e majoritariamente em suporte papel. O Objeto de trabalho dos arquivistas é o documento de arquivo em seu conjunto orgânico (também objeto científico da área), seu valor de prova e garantia de direitos, além de potencial fonte para pesquisa histórica.

Já em relação ao período pós Segunda Guerra Mundial (meados década de 1940) até final década de 1980, denominamos de

Arquivologia Moderna, um tempo marcado pelo aumento da produção documental, progresso da tecnologia, institucionalização da Ciência da Informação, proposta americana da gestão de documentos, separação *records* e *archives*, novas teorias como Ciclo Vital – três idades, estabelecimento de valores primários e secundários e valorização da Avaliação. As problemáticas são desenvolvidas a partir dos documentos “modernos” públicos – os administrativos. No Brasil estão presentes questões concernentes aos documentos administrativos – “modernos” - pelo DASP e dos documentos históricos pelo Arquivo Nacional, vinda de importantes representantes da Arquivologia internacional, como T. R. Schellenberg. Configura-se a “entrada” da Arquivologia no campo científico através da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, da realização do primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia no ano de 1972, da criação dos cursos de nível superior no final da década de 1970 e o projeto de modernização do Arquivo Nacional no início da década de 1980. Ampliam-se as reflexões teóricas, os serviços e caráter das instituições arquivísticas, além da atuação dos arquivistas. Trata-se de ampliações teóricas e não rupturas, sendo o documento de arquivo o que confere identidade para área (objeto de trabalho e objeto científico), agora ampliado para além do valor histórico.

Já a **Arquivologia Contemporânea**, que se estabelece no final da década de 1980, fundamentalmente devido às novas questões que se apresentam à área, frente ao avanço da tecnologia, é representativa de novas formas de produção documental, do salto tecnológico e principalmente do documento eletrônico. Ela anuncia a diversidade de abordagens para a área, além de diferentes definições sobre o objeto científico. No Brasil, assistimos a ampliação dos cursos de graduação na área, Lei de Arquivos, consolidação de eventos científicos, configuração comunidade científica, REPARQ e a Lei de Acesso à Informação.

Observamos que, em que pese os contextos serem definidos pela periodização tradicional da historiografia, não se explicita uma perspectiva de “evolução”, mas de emergência de elementos específicos em cada momento, o que, podemos afirmar, vai delineando o campo específico da Arquivologia.

O OBJETO CIENTÍFICO NA TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA

Durante a trajetória da Arquivologia, nos períodos por nós classificados como Clássico e Moderno, compreendemos não haver dificuldades em considerar que o fundamento da área estava sustentado pelas intervenções físicas e/ou intelectuais junto ao documento de arquivo, materializado em diferentes suportes físicos. E que, a partir destas intervenções, foram concebidas teorias, Princípios e Funções para a área.

Desta maneira, podemos afirmar que, durante suas fases “pré-contemporâneas”, houve pouca discussão e problematização quanto ao seu referido objeto o que, para nós, é resultado de alguns fatores inter-relacionados. Sobre estes, podemos dizer que, antes da consignação da Arquivologia enquanto campo científico, a história dos arquivos esteve inserida no processo de desenvolvimento histórico diretamente relacionado ao tempo e ao contexto em que estava imbricada, sendo que o que conferia significados aos arquivos eram, fundamentalmente, os usos e valores que se atribuíam aos documentos. Com a promulgação e validação dos primeiros Princípios e com a publicação do Manual dos Holandeses (1898), arrola-se a autonomia e conseqüente consolidação do campo dos arquivos como área de Saber, visto que a demarcação de certas características estabelece e configura a ideia de documento de arquivo, contribuindo, sobremaneira, para a identidade da área.

De fato, a edificação científica atribuída ao campo dos arquivos emerge em discussões desta natureza. Entretanto, apenas nas últimas três décadas do século XXI é que elas se intensificam e tomam novos contornos, principalmente devido às alterações no material de trabalho dos arquivistas, uma vez que, até então, o que havia de mais contundente relacionava-se, principalmente, a questionamentos e ressignificações do Princípio da Proveniência, do Princípio da Ordem Original e da teoria do Ciclo Vital, não alterando as características que fundamentavam o estabelecimento do conceito de documento de arquivo.

Nesse sentido, parecia inerente que a preocupação da Arquivologia estivesse com arquivos, com os documentos, ou, como o próprio nome diz, com a ciência dos arquivos, estes entendidos como conjunto de documentos de arquivo. Todavia, quando o documento de arquivo passa a ser o cerne de uma “crise”, conseqüentemente o que se propunha e se definia como ciência para o campo dos arquivos é revisitado. O cenário começa a tomar outros contornos, ao passo que a informação resultante de uma função ou atividade não está mais necessariamente materializada em suporte físico. E julgamos que, junto a isso, não só os Princípios, teorias, Funções e a ideia de ciência estão na mira de mudanças, negações ou revisões, mas também a concepção da verdade arquivística, bem como o que se compreende como o objeto científico.

Partimos do pressuposto de que há diferentes definições acerca do objeto científico da Arquivologia. Essas diferenças emergem na fase da Arquivologia Contemporânea, principalmente a partir do progresso da tecnologia e, conseqüentemente, das alterações sofridas pelo objeto de trabalho dos arquivistas. Sendo assim, é certo que há um repertório considerável de enunciados para o que se postula como objeto científico da área, porém, vamos nos deter fundamentalmente

naqueles que julgamos mais relevantes, por serem portadores do atual discurso que insere a Arquivologia na contenda “Custodial” x “Póscustodial” e “Pós-moderna”. Vale ressaltar que as diferentes concepções que se estabeleceram são resultados do próprio processo de desenvolvimento da área, bem como do atual momento: - arquivo enquanto conjunto de documentos de arquivo; - documento de arquivo; - informação arquivística; - informação orgânica registrada; - informação social; - Process-Bound information – informação gerada pelos processos administrativos e organizada com vistas a recuperar o contexto.

O OBJETO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA NA LITERATURA ESTRANGEIRA DA ÁREA

ARQUIVO E DOCUMENTO DE ARQUIVO COMO OBJETO

Muito do que encontramos sobre a identificação do Arquivo como sendo objeto para a área está relacionado à definição de ciência arquivística, por autores majoritariamente europeus e cujos discursos foram construídos no início do século XX, como a ciência dos arquivos pela definição de Casanova (1928) ou archive science por Jenkinson (1922). Entretanto, não podemos afirmar que estes autores, ao conceberem atributo científico aos Arquivos, estavam necessariamente afirmando-o como objeto da área. Porém, no decorrer de análises quanto à literatura estrangeira recente, encontramos em autores, predominantemente espanhóis, a definição do Arquivo como objeto científico da Arquivologia, o que demonstraremos a partir das definições apresentadas por Mendo Carmona (1995; 2004), Martin-Pozuelo Campillos (1996) e Antonia Heredia Herrera (1993).

Para Mendo Carmona, (1995, p. 131) através da Arquivologia é possível

[...] manejar y hacer accesible la información de grandes masas documentales, generadas por una institución en el desarrollo de sus actividades diarias, de manera que proporcione toda la información que cada documento contiene en sí mismo y en su contexto al estar aquél en relación con otros documentos [...].

Por meio deste discurso, podemos estabelecer uma relação direta com o que a autora considera método da arquivologia, isto é, o tratamento que permite manusear e deixar acessível a informação de massas documentais. Assim, ao considerar o método, os Princípios e as teorias que sustentam a Arquivologia, afirma que estes são a essência da ciência que tem como objeto “[...] el conjunto orgánico de documentos que denominamos archivo en el contexto en que ha sido producido, no de forma aislada; y en ella radica también su metodología” (MENDO CARMONA, 2004, p. 36).

Por outro lado, de acordo com Maria Paz Martin-Pozuelo Campillos,

El objeto de estudio de la Archivística son los archivos, en esto parecen coincidir todos los teóricos. [...] no como lugar de conservación sino como conjunto de documentos con valores y funciones que se modifican con el paso del tiempo y que van desde la puramente administrativa a la cultural, pasando por estadios donde ambas se alternan o yuxtaponen (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 155- 165).

Como entende que o objeto de estudo está dado, a autora direciona suas reflexões sobre o estatuto científico para os objetivos da área. Já para a arquivista, também de origem espanhola, Antonia Heredia Herrera, não se pode perder de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia, tampouco a sua ordem: arquivos, documentos de arquivo e informação. Ao mencionar a ordem da definição, reforça: “De no ser así y empezamos por el final – haciendo prioritaria a la información – nos estaremos convirtiendo en documentalistas” (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 32). Sendo a Arquivologia, para esta autora, a ciência dos documentos de arquivo e dos arquivos como custodiadores e responsáveis pela gestão destes documentos, além da metodologia aplicada por estes para potencializar o uso e o acesso aos seus documentos e serviços, podemos afirmar que as definições quanto ao objeto, apresentadas por essas três arquivistas espanholas, convergem para a mesma perspectiva, ou seja, que se trata do Arquivo e este entendido como conjunto de documentos de arquivo.

Igualmente portadora de contribuições significativas para a área, as ideias de Luciana Duranti constantemente estão no epicentro das discussões teóricas da Arquivologia. Considerada por muitos como representante do paradigma “Custodial” para o campo dos arquivos, Duranti não é assim avaliada somente por definir o documento de arquivo como objeto científico da Arquivologia, mas, principalmente, por reafirmar como válidos para a área, inclusive ao se referir aos documentos em ambiente eletrônico, conceitos estabelecidos por Hilary Jenkinson na década de 1920. Importante destacar que, tanto as ideias de Jenkinson, como as de Duranti, são alvos de críticas, sobretudo, mas não somente, por mandatários do pensamento “Pós-moderno” da Arquivologia, que as julgam como positivistas e mensageiras da objetividade racional para o campo dos arquivos.

Duranti afirma que a tecnologia impôs para o campo dos arquivos o desaparecimento da fronteira entre os diversos produtos gerados em âmbito eletrônico e isso

[...] tem minado a nossa capacidade de produzir documentos fidedignos e de manter arquivos de forma a preservar continuamente a sua autenticidade. É portanto essencial restabelecer o conceito de arquivo, o qual deve ser baseado nas circunstâncias da sua criação, definir as características que distinguem documentos de arquivo de qualquer outra entidade digital e garantir a sua proteção através da integração em sistemas de arquivo capazes de garantir que a sua natureza não seja alterada de forma intencional ou acidental (DURANTI, 2003, p. 6).

Esse discurso de Duranti advém de sua preocupação pela garantia da evidência, isto é, do valor probatório que cabe aos documentos de arquivo enquanto “[...] resíduos e vestígios tangíveis das transações para cuja ultimação foram criados e constituem a memória escrita e a primeira prestação de contas de um agente” (1994, p. 56). Ao considerar que os elementos de um documento de valor histórico e fixado em suporte papel podem ser encontrados em documentos contemporâneos, Duranti busca, pelo método diplomático, maneiras que contribuam na salvaguarda das garantias que determinam a configuração do documento de arquivo. Justifica que a Diplomática tem por objeto o documento de arquivo isoladamente, enquanto a Arquivologia ocupa-se do conjunto de documentos de arquivos e, a partir de então, se vale da abordagem que concebe como Diplomática Arquivística/ Contemporânea para asseverar as ações e transações que os documentos de arquivo asseguram.

Analisadas as concepções das autoras espanholas, que definem como objeto científico o Arquivo, e a perspectiva de Duranti, que o define como “o conjunto de documentos de arquivo”, podemos interpretar que, na verdade, trata-se de definições comuns, ainda que a denominação não seja a mesma. Essas concepções valorizam, primeiramente, o caráter instrumental que permeia os documentos de arquivo, ou seja, sua função jurídico-administrativa, ainda que outros usos não sejam dispensados. E, justamente por prezarem essa instrumentalidade, é que não inserem a Arquivologia na perspectiva informacional.

INFORMAÇÃO COMO OBJETO

Informação Social

A perspectiva “Pós-custodial”, neste trabalho representada pelos autores portugueses Armando Malheiro da Silva (Silva, A.M.B. da, 2003) e Fernanda Ribeiro (2003), insere a Arquivologia como disciplina da Ciência da Informação. O modelo que constroem estabelece a Ciência da Informação como núcleo central que tem por objeto científico a “Informação Social”, justificando-o como necessário, devido às consequências “epistemológicas profundas” apresentadas a partir da pós-industrialização e suas consequências no desenvolvimento do processo econômico, político e socio-cultural da globalização. Com vistas a enquadrá-lo no interior das Ciências Humanas e Sociais, anunciam a importância da “Informação Social” para estas ciências, dado o seu caráter de “mediação informacional” entre os homens e a sociedade, afinal, “conhecimentos como o historiográfico e o antropológico, apenas para citar alguns exemplos, não se fazem sem a “mediação informacional” (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 7).

A partir disso, definem como Informação Social o

[...] conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc. e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes (...) sendo que o que a “coisifica” como fenômeno social é a linguagem, seus signos e significados (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 4).

Essa perspectiva “Pós-custodial” valoriza a informação como fenômeno social, atribuindo-lhe valor e não ao suporte documental ou ao documento em si, pois

[...] anuncia-se e perfila-se a “transparência” total do documento e, conseqüentemente, a visibilidade da sua “essência” constitutiva - a informação -, porquanto se percebe cada vez melhor que não há documento sem informação, mas sim o inverso, ou seja, informação para além do documento (suporte material externo), sendo este, afinal, um mero epifenômeno daquela (RIBEIRO e SILVA, A.M.B. da, 2003, p. 4).

Informação Orgânica

Diferente da abordagem portuguesa, que concebe um objeto científico para a Ciência da Informação, devendo este – no caso a Informação Social – ser compartilhado pelas disciplinas que compõem essa ciência e, dentre elas, a Arquivologia, a perspectiva da Arquivística Integrada, proposta por canadenses, define como objeto da Arquivologia a Informação Orgânica.

Mesmo que ambas as abordagens insiram o campo dos arquivos na perspectiva informacional, os canadenses atribuem, para seu objeto, características que nos remetem a alguns Princípios da Arquivologia, o que pode ser verificado a partir do que caracterizam como Informação Orgânica,

[...] elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão [organismo] (...) a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação, são agrupados todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 64-65).

O fato de utilizarem a palavra “orgânica” como elemento classificatório desta informação já é significativo de preocupações em estabelecer vínculos entre a informação e seu contexto de produção, o que também percebemos quando apontam que o registro destas informações configura o arquivo da instituição. Parece certo tratar-se de uma abordagem com foco na informação, mas justamente por afirmarem que a informação orgânica registrada é o que dá origem aos arquivos, subentende-se podermos considerá-la como documento de arquivo.

A Arquivística Integrada propõe fundamentalmente o reestabelecimento da gestão de documentos - tal como concebida e “separada” pelos americanos “Modernos” - com o tratamento dos documentos considerados históricos. E, para isso ser realizado em um tempo presente, condicionado pela importância da informação, da “Sociedade da Informação”, afirmam como necessária a inserção da Arquivologia na gestão da Informação, compreendendo esta como sendo sua vocação, a “[...] resolução dos problemas ligados à gestão da informação nos organismos” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 69).

Após refletirmos sobre as características que compõem a abordagem da Arquivística Integrada, fica-nos a dúvida se o que definem como informação orgânica registrada não possa ser considerado sinônimo de documento de arquivo, travestido de discurso “informativo”, ou ainda, uma nova definição para o documento de arquivo que não está em suporte físico. Justificamos nossa percepção por entendermos que, o que essa abordagem traz de inovadora, e, ao nosso ver lhe atribui méritos, é a gestão integrada dos documentos em todas as suas fases (desde a criação até sua eliminação ou guarda permanente), bem como a aplicação de Funções arquivísticas já no momento de produção documental. Entretanto, não identificamos elementos capazes de embasar uma diferenciação entre o que definem como informação orgânica registrada e o que estabelecemos como documento de arquivo.

Process-Bound Information

Para o arquivista holandês Theo Thomassen (1999), o amplo e rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas necessidades e idéias que não podem ser mais atendidas e integradas na tradição existente no campo dos arquivos. Nesse sentido, um novo paradigma emerge para a Arquivologia que, pela primeira vez em seu desenvolvimento, está se tornando uma ciência de fato. Assim, de acordo com o autor, este “Novo Paradigma” da Arquivologia é mais do que o resultado da revolução digital e está além da mudança do documento em papel para o eletrônico, é uma mudança a partir do “Clássico” ou “Moderno” para o “Pós-custodial”, ou como Terry Cook sugere, o paradigma Pós-Moderno da Arquivologia. O objeto do Novo Paradigma é o process-bound de informações, definindo-o como as informações geradas pelos processos administrativos e organizadas com

vistas a recuperar o contexto de produção, estabelecendo assim o “vínculo processual”. Nestes termos, a entidade fundamental é dupla, sendo tanto o documento individual, quanto sua relação com o processo de negócios a partir do qual foi criado. O objetivo deixa de ser apenas o acesso à informação e passa também a prezar a qualidade arquivística, que representa a transparência, a força e a estabilidade duradoura do “vínculo entre a informação e os processos de negócio que a originaram”.

Essas propostas de Thomassen refletem significativamente as abordagens que se autodenominam “Pós-modernas” para a Arquivologia, tais como as ideias de Terry Cook (1998) e a Arquivologia Funcional, dentre outras. São enfoques que não questionam a cientificidade da área, tampouco a inserem obrigatoriamente na perspectiva informacional como premissa de gestão ou institucionalização científica. O que almejam é que a interferência de quem produz o documento seja considerada pela Arquivologia, “[...] já que o documento não é um subproduto administrativo, mas sim um produto elaborado em contextos semioticamente produzidos [...]” (COOK, 1998, p. 204), dinâmicos e carregados de relações de poder que o norteiam.

Entretanto, muitas das “inovações” que propoem à área, tal como o “vínculo processual” das “informações geradas pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto de produção”, a nosso ver tratam-se de “novos” discursos para questões que há algum tempo estão estabelecidas no campo científico dos arquivos e que o fundamentam. Afinal, qual a diferença entre o “vínculo processual” e o vínculo arquivístico? Uma palavra mais “pós-moderna”?

Assim, o que apreendemos destas diferentes abordagens que consideram como objeto científico da Arquivologia a informação, independente das maneiras como se configuram – orgânica, social, arquivística ou process bound – primeiramente é que são elaboradas em tempo recente, posteriores ao progresso

da tecnologia e são fundamentadas por premissas relacionadas, majoritariamente, em âmbito eletrônico. Algumas pretendem a área inserida na(s) Ciência(s) da Informação e outras não necessariamente. Porém, todas revisitam teorias, Funções e Princípios a partir de mudanças no objeto de trabalho dos arquivistas, além da justificativa de estarmos vivenciando a “Sociedade da Informação”.

Para nós, o registro de informações em meio eletrônico e dinâmico é uma realidade da qual não podemos nos esquivar. Todavia, independente de considerar como objeto da Arquivologia a informação ou o documento de arquivo, o que não podemos perder de vista, principalmente na “era digital” presente, é a garantia dos elementos que fundamentam a área.

A PRODUÇÃO LITERÁRIA DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA E O OBJETO CIENTÍFICO

Deter-nos-emos, aqui, a demonstrar discursos encontrados na revisão da literatura brasileira da Arquivologia, bem como alguns elementos inseridos no campo científico nacional, que discorrem sobre o objeto científico da área. De posse de levantamento bibliográfico sobre a temática, concluímos que na literatura brasileira as diferentes definições acerca do objeto científico da Arquivologia são demonstradas, em sua maioria, através de prisma enunciado, ou seja, muito se refere ao que é ou deve ser considerado, e pouco se dedica a fundamentá-lo, justificá-lo, explicá-lo.

INFORMAÇÃO COMO OBJETO

Em artigo que publicou sua entrevista realizada com Carol Couture, quando de suas atividades de pós-doutorado com este professor, entre agosto de 1997 e fevereiro de 1998, na Universidade de Montreal/Canadá, Luís Carlos Lopes afirma,

de forma contundente, o que para ele significou o surgimento da Arquivística Integrada: algo que “[...] modificou a letargia da arquivística tradicional européia, auto-intitulada como uma disciplina auxiliar da história” (LOPES, 1999, p. 1). Poucos anos antes de ir ao Canadá realizar seu pós-doutorado, Lopes realizou, em 1995, visita técnica à Universidade de Montreal, sendo recebido por Louise Gagnon-Arguin e por Carol Couture. Já no ano seguinte, publica livro intitulado “A Informação e os Arquivos” onde, logo na introdução, explica;

Este livro não é sobre informática. Porém, refere-se ao impacto das novas tecnologias na produção, acumulação e acesso às informações. O seu Objeto de estudo principal é a informação registrada em documentos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas, em função das atividades que desenvolvam, estejam em suportes convencionais ou eletrônicos. Discutem-se, ao longo do texto, os problemas da arquivística (LOPES, 1996, p. 14).

Acreditamos que essa obra possui importante papel na divulgação dos termos “Informação Arquivística” e “Informação Orgânica” para a comunidade arquivística brasileira, pois, ancorado pela perspectiva da Arquivística Integrada - sobre a qual dedica grande parte do livro para explicá-la, além de caracterizá-la como o que há de mais inovador em termos arquivísticos -, o objeto proposto para a Arquivologia é a “[...] informação registrada com características arquivísticas” (LOPES, 1996, p. 61).

Diferente de Lopes (1996), que estabeleceu relação de sinonímia entre os termos Informação Orgânica e Informação Arquivística, especificamente relacionado ao termo “Informação Arquivística” e visando examinar a emergência de seu uso na produção do conhecimento científico da Arquivologia brasileira, Eliezer Pires da Silva diz que “[...] a dimensão da inovação

no emprego da expressão informação arquivística ainda não está clara. No entanto, essa utilização é justificada, por alguns dos autores analisados, como mais vantajosa à compreensão das funções arquivísticas, em relação ao conceito de documento de arquivo” (SILVA, E.P., 2010, p. 20). Essa colocação do autor é afirmada após analisar teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas no Brasil entre os anos de 1996 (ano da publicação do livro de Lopes) até 2006, em cujo título e/ou resumo o termo referenciado estivesse contemplado. O resultado de sua pesquisa demonstrou que “[...] as concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento, informação é representação dos documentos ou metainformação, informação é o documento” (SILVA, E.P., 2010, p. 19).

O livro *Arquivologia e Ciência da Informação* de Maria Odila Fonseca (2005) busca identificar elementos comuns capazes de integrar as duas áreas de conhecimento que dão nome à obra. Argumenta que a Arquivologia passa por mudanças de paradigmas, decorrentes das inovações tecnológicas em seu Fazer, e, baseada principalmente nas ideias da Arquivística Integrada Canadense, fundamenta que o elemento integrador do campo dos arquivos com a CI é a Informação Arquivística, que se desloca como “novo” objeto da Arquivologia frente ao “anterior”, o arquivo.

O objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida (FONSECA, 2005, p. 59).

Ainda na linha que reforça a polarização documento de arquivo x informação arquivística, Brito (2005) aponta existir, a partir dos anos de 1990, duas correntes epistemológicas para a área; a “Custodial” e a “Pós-custodial”. Considera que a “Custodial” é baseada “[...] no empirismo e no senso comum, mas que já não conseguem dar conta dos arquivos contemporâneos” (BRITO, 2005, p. 32) e que a falta de precisão do objeto de estudo na perspectiva “Custodial”, “[...] é uma das principais críticas da Arquivística Pós Custodial à Arquivística Custodial” (2005, p. 37). O autor não restringe suas críticas somente a estas, atribuindo ainda ao pensamento “Custodial” o tratamento “do documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história; ou, tragicamente, que o tratamento arquivístico se justifica somente pela necessidade de liberação de espaço físico nas dependências das instituições”. Ademais, confere aos arquivistas espanhóis Manuel Vasquez e Antonia Heredia Herrera o título de “[...] defensores da Arquivística Custodial” (2005, p. 36).

Já em relação ao “Pós-custodial”, Brito (2005, p. 37) aufere a

[...] denominação para a corrente de pensamento que busca uma renovação no modo de saber e fazer para a Arquivística do século XXI, (...) é a transformação da Arquivística em uma disciplina da Ciência da Informação (...) que sugere a análise e o estudo dos arquivos, e também a substituição do atual objeto da Arquivística (o documento) pela informação arquivística”.

Ao longo do texto é possível percebermos que essa concepção de “Pós-custodial”, defendida pelo autor, é diretamente substanciada a partir das ideias de Armando Malheiro da Silva propostas sobre a “viragem de paradigmas”.

Vanderlei Batista dos Santos, em sua tese de doutorado, utiliza o termo Informação Orgânica como sinônimo de Informação Arquivística; “[...] informação orgânica registrada (fixedorganic information), de acordo com a denominação usada por Carol Couture, ou seja, as informações arquivísticas” (SANTOS, V.B., 2011, p. 116). E, no que diz respeito ao objeto científico, afirma ser a

[...] informação orgânica registrada, principalmente em sua manifestação estruturada e em seu conjunto, quais sejam os documentos e os fundos arquivísticos e, também, o papel dos arquivos como instituição (arquivos públicos, arquivos institucionais) na preservação e na concessão de acesso às informações (SANTOS, V.B., 2011, p. 121).

ARQUIVO E DOCUMENTOS DE ARQUIVO COMO OBJETO

Praticamente não encontramos referência na literatura brasileira que defina o Arquivo como objeto científico, ainda que dois dos dicionários de especialidades na área aproximem suas definições de Arquivologia para significados próximos; “disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 31) e “disciplina que estuda as funções do arquivo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 29). Nesta linha de pensamento, a definição adotada por Castro, Castro e Gasparian (1985, p. 25) aponta para ideia semelhante, “Arquivologia é a ciência dos arquivos”

Da mesma maneira, reflexões sobre o documento de arquivo ser considerado o objeto científico da Arquivologia são registradas em pequena quantidade. Assim, apresentaremos

essa abordagem através das ideias de Camargo (2009) e Bellotto (1989; 2012).

Ao discorrer sobre a qualidade natural e necessária de um processo que dá origem aos documentos de arquivo, Camargo (2009) afirma que estes

[...] obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário (CAMARGO, 2009, p.28).

Na mesma linha de pensamento, de acordo com Bellotto, a Arquivologia é uma ciência de conjuntos. “Realmente, só assim deve ser entendida a arquivologia: documentos contextualizados no seu meio genético de geração, atuação e acumulação. Ressalte-se com isso a primeira grande especificidade deste objeto essencial da arquivologia que são os arquivos entendidos como conjuntos: a sua organicidade” (BELLOTTO, 1989, p. 2).

Após compreendermos tanto sua definição de objeto científico, como os termos em que a concebe, vejamos o que Bellotto coloca sobre a configuração e a utilização do termo Informação Arquivística;

[...] não é informação tomada no sentido geral. Aliás, essa expressão é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum. A melhor expressão ainda é “documento de

arquivo”, com todas as suas especificidades. A verdade é que aquela informação, a que está no arquivo, registrada no documento de arquivo, segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística, etc. Não é “informação arquivística”! A informação arquivística, isto é, a de origem jurídica, administrativa, funcional, orgânica, é, antes de mais nada, prova, por mais simples que seja [...] (BELLOTTO, 2012, p. 7).

Portanto, independente do período e conforme o que apreendemos da trajetória da Arquivologia em suas fases Clássica, Moderna e Contemporânea, bem como das diferentes definições que cercam seu objeto científico, a ciência dos arquivos vem sendo construída de acordo com a utilização que se faz dos documentos de arquivo. Muitas vezes considerado pelo seu valor probatório e testemunhal, outras igualado à informação, o momento atual é fortemente marcado pela tecnologia principalmente na produção e materialização da informação que resulta de uma atividade ou função, e que serve como evidência dessa ação. Isso, conseqüentemente, afeta o objeto de trabalho dos arquivistas, que vem sofrendo alterações significativas e sobre as quais não temos como adivinhar se cessarão ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, pareceu-nos que a partir do objeto científico é que emergia a “crise” na Arquivologia, porém, durante nosso percurso investigativo concluímos que, além de ser “vítima” da crise tanto quanto outros elementos que sustentam a área, o objeto só passa a ser considerado como sujeito fundamental para a cientificidade no momento em que

a identidade científica da Arquivologia é abalada. E, conforme apontamos, o que parecia “por natureza” como sendo o objeto científico, aquilo que produzia a observação e estimulava a problemática, coincidentemente era o objeto de trabalho dos arquivistas, o documento de arquivo, o qual passa a ser questionado na fase Contemporânea da Arquivologia. Não obstante, é preciso ainda colocar que, quando a Arquivologia se estabelece como campo científico, a concepção sobre o que deve ser seu objeto não “nasceu” ou se configurou apenas porque ela se “tornou” uma ciência. O objeto científico é uma categoria construída a partir de necessidades advindas da realidade e por pessoas, tornando-o, portanto, passível de ser questionado a todo e qualquer momento.

Desta maneira, em nossa concepção, há duas “possibilidades informacionais” no campo dos arquivos. Uma, diz respeito ao que está “dentro” do documento, o seu conteúdo. A outra, é aquela que está “fora” do documento, isto é, quem o produziu, por que, para quê, quando, onde e como, além de seu trâmite e seus vínculos. Ou seja, o “material de arquivo” tal como argumentado por Bellotto (2002a, p. 11). Todas essas informações que estão “fora” do documento são, por nós consideradas, portadoras dos elementos que caracterizam este “material de arquivo” e tributam à Arquivologia a sua especificidade frente a outras áreas do saber. Durante muito tempo, esse “material de arquivo” foi representado pelo documento de arquivo em suporte físico, objeto de trabalho dos arquivistas. E quando esse objeto se “virtualiza”, a nosso ver, a “busca pela mudança de paradigmas” na Arquivologia se estabelece, tanto pela necessidade de membros de sua comunidade científica estarem inseridos na perspectiva informacional, quanto pelas dificuldades demandadas do Fazer frente às mudanças no objeto de trabalho.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BACHELARD, G. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BELLOTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. *ÁGORA*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 5-18, jul. 2012.

BELLOTO, H. L. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002a.

BELLOTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, n. 10, p. 9-20, 1989.

BRENNEKE, A. **Archivkunde**: ein beitrage zur theorie und geschichte des Europäischen archiwesens. Leipzig: Köhler und Amelang, 1953.

BRITO, D. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. **Arquivística. net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 31-50, jan/jun., 2005.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n.2, p. 26-39, 2009.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Lazzeri, 1928.

CASTRO, A.M.; CASTRO, A.M.; GASPARIAN, D.M. *Arquivística: técnica, arquivologia, ciência*. Brasília: ABDF, 1985.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.129-149, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>. Acesso em: 19 set. 2012.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008.

DURANTI, L. More than information, other than knowledge: the nature of archives in the digital era. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 6-16, 2003. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/385/38505002.pdf> >. Acesso em: 04 nov. 2012.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*. 6. ed. Sevilla, 1993.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making.** Londres: Oxford, 1922.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos: teorias e práticas.** Niterói: EDUFF, 1996.

LOPES, L. C. Un regard divers: l'information et les archives au Québec. Ciberlegenda: **Revista eletrônica do Mestrado em comunicação, imagem e informação da Universidade Federal Fluminense/UFF**, v. 2, 1999.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia.** Madrid: Universidad Carlos III y BOE, 1996.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método em archivística: a reflection on archival science methodology. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, n. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciência. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Madrid, n. 2 p. 113-132, 1995. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7479/largo_mendo_SIGNO_1995.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 set. 2011.

RIBEIRO, F.; SILVA, A. M. B. da. Um modelo sintético de licenciatura para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In: ENANCIB- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, V. B. **A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, E. P. **A Noção de informação arquivística**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-ENANCIB, 11, 2010, Rio de Janeiro. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação.

THOMASSEN, T. et. al. ***The development of archival science and its European dimension***. *Archol: Archivistika On Line*, Stockholm, 1999.

DELINEAMENTO DO OBJETO E DA METODOLOGIA DE UMA PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA: ESCOLHAS DE UM PERCURSO ACADÊMICO-CIENTÍFICO

Angelica Alves da Cunha Marques¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desenhar metodologicamente uma pesquisa é tão desafiador quanto delinear o seu objeto científico, pois requer a comprovação de fenômenos por meio de métodos e técnicas sistematizados e verificáveis em torno do que propomos estudar (MARCONI; LAKATOS, 2005).

O objeto de pesquisa escolhido já existia na abordagem empírica e até mesmo na acadêmico-científica, mas não com a acepção histórica e, depois (percebemos), epistemológica, que desejávamos explorar. Foi então que, a partir das dúvidas e inquietações de uma aluna de graduação do Curso de Arquivologia (MARQUES, 2013), alinhadas a um projeto

1 Graduada em Arquivologia (2003), mestre (2007) e doutora (2011) em Ciência da Informação (Universidade de Brasília – UnB). Desenvolveu estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB e à *École Nationale des Chartes – ENCSorbonne* (Paris), entre 2014-2015. É professora do Curso de Arquivologia (2009-) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB (2013-).

de pesquisa de uma professora (RODRIGUES, 2012), que esse objeto começou a ser delineado em torno da institucionalização da Arquivologia no Brasil, da sua identidade epistemológica e das suas relações com outras disciplinas, especialmente com a Ciência da Informação. Assim, de um projeto de iniciação científica (CUNHA, 2003) a um estágio pós-doutoral,² dedicamo-nos a esboçá-lo e a desenvolvê-lo por meio de uma metodologia que contemplasse as particularidades da Arquivologia como uma disciplina científica no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas,³ configurada a partir de práticas antigas que foram se expandindo, aprofundando e aperfeiçoando ao longo de séculos, conforme os conhecimentos, as técnicas e as tecnologias de cada cultura, de cada país e de cada geração.

Propomos, neste capítulo, apresentar uma síntese desse percurso metodológico, perpassada pelo delineamento do objeto de estudo, desde o projeto de iniciação científica (CUNHA, 2003), passando pela dissertação (MARQUES, 2007) e pela tese (MARQUES, 2011), até chegarmos ao projeto de estágio

-
- 2 O estágio pós-doutoral realizado na UnB (2014-2015) e na ENC (2015) decorreu de um prêmio recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de melhor tese no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, em 2012. O projeto de pesquisa intitulado “Configurações e reconfigurações de uma disciplina: estudo sobre a trajetória e consolidação da Arquivologia na França e no Brasil” foi estudado no Brasil e na França e os seus resultados ainda estão em análise para futura divulgação.
 - 3 A classificação das áreas do conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984) nos parece válida para situar a Arquivologia no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. Contudo, pelas razões expostas em alguns estudos, não concordamos com a sua submissão à Ciência da Informação (MARQUES, 2016; 2017), diante das trajetórias histórico-epistemológicas próprias de cada uma dessas disciplinas.

pós-doutoral e ao atual projeto de pesquisa.⁴ Nessa perspectiva, focalizaremos mais o caminho do que os seus frutos, oportunamente divulgados em publicações científicas diversas.

O DESENHO DE UM OBJETO

Ainda que tivéssemos clara a escolha de estudarmos a trajetória da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, não sabíamos como o faríamos e nem onde chegaríamos. Dessa maneira, o objeto foi sendo delineado ao longo do percurso da pesquisa e não sabemos, ao certo, em que medida objeto e metodologia se nutriram. Por uma opção didática, iniciaremos pela apresentação do desenho do objeto e, em seguida, da metodologia.

Sabíamos da existência de cursos de graduação, de profissionais atuantes e de pesquisas arquivísticas, mas precisávamos compreender a arqueologia do saber arquivístico (embora inicialmente não tivéssemos clareza desse objetivo, talvez porque ainda não tivéssemos lido Foucault (2005), como adiante apresentaremos as suas contribuições para os nossos propósitos). E começamos pelo final, isto é, pelas pistas que tínhamos acerca dessa “arqueologia”, com a identificação e a análise da produção científica em Arquivologia nos programas de iniciação científica (dos cursos de Arquivologia) e de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, a fim de mapear, de maneira abrangente, as pesquisas com temas arquivísticos (CUNHA, 2003).

Feito o mapeamento das pesquisas arquivísticas dos cursos de graduação e de pós-graduação, observamos, dentre outros

4 Como não pudemos utilizar todo o tempo da bolsa de pesquisa recebida da CAPES, convertemo-la em um projeto de auxílio à pesquisa, financiado pela mesma instituição, iniciado em 2016, e que deverá ser concluído em 2018, sob o título “Internacionalização da Arquivologia e institucionalização da disciplina no Brasil a partir das suas interlocuções com a França”.

aspectos, certa dispersão do objeto de estudo da Arquivologia em diferentes programas de pós-graduação, conforme as peculiaridades de cada programa e de cada pesquisa (CUNHA, 2003).

Esses resultados nos instigaram a fazer o caminho inverso, ou seja, buscar a gênese da Arquivologia no Brasil, a partir da história dos cursos superiores na área, da formação dos seus quadros docentes e da produção científica arquivística, que deveria ser atualizada. E foi exatamente sobre esses três aspectos que nos debruçamos, ao estudarmos a trajetória da formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, seus espaços e vínculos na Universidade, seus movimentos e diálogos com as outras disciplinas e áreas do conhecimento e o papel das associações de arquivistas nessa trajetória (MARQUES, 2007).

Os principais resultados da dissertação levaram-nos à identidade da Arquivologia como disciplina científica, ainda que a sua trajetória acadêmico-científica no Brasil seja incipiente (a partir dos anos 1960-1970), e à tessitura das suas relações com outras disciplinas e áreas do conhecimento, especialmente com a Ciência da Informação em contextos político-institucionais (MARQUES, 2007).

A partir do panorama nacional, ficamos instigados a avançar para compreender as interlocuções entre as práticas/tendências teóricas arquivísticas internacionais e as nacionais que perpassam a institucionalização acadêmica da Arquivologia e o consequente delineamento da área como disciplina científica no Brasil (MARQUES, 2011).

Essa densa pesquisa propiciou um interessante mapeamento de instituições, princípios, cursos de formação, legislação, obras de padronização da terminologia, eventos, periódicos, associações profissionais, acordos de cooperação, tendências práticas e teóricas da Arquivologia internacional, em suas parcerias, alianças

e conflitos com outras disciplinas que lhe são próximas no campo da informação.⁵ Sobre as contribuições internacionais para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, identificamos visitas de professores e pesquisadores estrangeiros (inclusive com participação nos Congressos Brasileiros de Arquivologia) e, também, o caminho inverso: participação de brasileiros no *Stage Technique Internationale des Archives* (STIA) e em cursos promovidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA), além de suas participações em cargos/comitês no exterior. Complementarmente, mapeamos obras arquivísticas publicadas no exterior e no Brasil, de autores brasileiros e estrangeiros, bem como traduções brasileiras. A atualização do levantamento das dissertações e teses arquivísticas nos permitiu observar a presença de autores estrangeiros nessas pesquisas (em suas referências bibliográficas). A partir da análise dos grupos de pesquisa, verificamos, também, as suas temáticas e a participação de pesquisadores brasileiros em instâncias internacionais, especialmente em periódicos e eventos (MARQUES, 2011).

Desses resultados, refinariamos o nosso objeto de estudo para a próxima fase da pesquisa, o nosso estágio pós-doutoral, no qual nos propusemos a investigar as aproximações e os distanciamentos entre a Arquivologia brasileira e a Arquivologia francesa diante das suas relações interdisciplinares atuais. Mais especificamente, deveríamos investigar as contribuições francesas para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil. Ainda que os resultados dessa fase estejam em análise, já podemos observar

5 “[...] entendido como o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação”. Assim, “defendemos que nesse campo estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da CI [Ciência da Informação], como (sub/inter)campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares” (MARQUES, 2011, p. 76).

várias contribuições francesas nesse sentido, embora as duas disciplinas tenham trajetórias bastante singulares na França e no Brasil, com uma tradição e uma configuração atual histórica, no primeiro país; e com uma tradição histórica e mais próxima da Ciência da Informação hoje, no segundo país.

Como uma pesquisa histórico-epistemológica não tem fim (embora as suas fases devam ser concluídas, mediante o seu planejamento, execução e relato), a conversão da bolsa do estágio pós-doutoral em um projeto de auxílio à pesquisa levou-nos ao estágio atual da investigação (mas não último), que consiste na compreensão dos movimentos da institucionalização da Arquivologia no Brasil a partir das contribuições francesas.

O PERCURSO METODOLÓGICO

A nossa pesquisa configurou-se, ao longo das suas fases, como mista (embora a abordagem qualitativa tenha prevalecido), exploratória, descritiva e explicativa, pautada em pesquisa bibliográfica e documental. Todavia, essa caracterização não era suficiente para sustentá-la e buscamos, em sua segunda fase (dissertação), referenciais teóricos que pudessem robustecê-la.

Inicialmente, realizamos uma revisão de literatura, a qual abrangeu textos relacionados ao tema da pesquisa. Em seguida, mapeamos os cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, levantamos os projetos de iniciação científica da área, por meio de correspondências enviadas aos coordenadores dos cursos. Quanto aos programas de pós-graduação, identificamos suas linhas de pesquisa, bem como as dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivologia neles produzidas, a partir de consultas nos sítios eletrônicos desses cursos (CUNHA, 2003). Como esse mapeamento foi panorâmico, ainda não tínhamos sentido falta de referenciais teóricos para sustentá-lo.

Contudo, o sentimos na fase seguinte (MARQUES, 2007), diante do nosso propósito de compreender a trajetória da formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica no Brasil. Para tanto, conforme recomendado por Marconi e Lakatos (2005, p. 107), utilizamos o método histórico, que “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”.

Dentre os métodos históricos, optamos pelo *Método da História Cruzada*, que, a exemplo da comparação e dos estudos de transferência, perfaz uma abordagem relacional, ao inter-relacionar abordagens diversas sem simplificá-las. Assim, ao questionar os elos entre diferentes formações historicamente constituídas, o método aborda questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e de reflexividade. Mais particularmente, “O estudo das trocas produz, é certo, uma abordagem mais rica da cultura de recepção; ele evidencia os aportes estrangeiros e contribui para historicizar o conceito de cultura nacional” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 95).

Tecido o pano de fundo, passamos ao estudo dos conceitos de *campo científico*⁶ e de *habitus*⁷ (BOURDIEU, 1983a; 1983b),

6 “O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis” (BOURDIEU, 1983a, p. 136).

7 “[...] entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983b, p. 65).

de *disciplina científica*⁸ (JAPIASSU, 1976; MORIN, 2005; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994; HECKHAUSEN, 1972) e de *interdisciplinaridade* (e suas variações) (CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT, 1972; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) para a compreensão do nosso fenômeno. Os referidos método e conceitos ampararam o desenrolar da pesquisa nas seguintes etapas:

- a) levantamento da bibliografia relacionada à Arquivologia e daquela que pudesse subsidiar o nosso estudo dos contornos e das relações da Arquivologia com outras disciplinas – sobretudo obras da Sociologia, da Filosofia, da Educação, da História e da Ciência da Informação.
- b) Pesquisa sobre a história da criação dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil a partir de uma pesquisa documental no Fundo Arquivo Nacional, no acervo do antigo Centro de Documentação (CEDOC) da UnB, hoje Arquivo Central (ACE), e na publicação *Mensário do Arquivo Nacional* (MAN), além da elaboração e do encaminhamento, às coordenações dos dez cursos de graduação em Arquivologia, então existentes, de um questionário, que contemplava questões relacionadas à identificação de cada curso.
- c) Mapeamento dos vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia, ou seja, dos departamentos/faculdades/institutos/centros que abrigam

8 “[...] uma categoria organizadora dentro do conhecimento científico; ela institui a divisão e a especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Embora inserida em um conjunto mais amplo, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação das fronteiras, da linguagem em que ela se constitui, das técnicas que é levada a elaborar e a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias (MORIN, 2005, 105).

esses cursos, também por meio do questionário enviado às coordenações dos cursos e da realização de pesquisas nos seus sítios eletrônicos.

- d) Identificação da formação e titulação dos docentes desses cursos com a utilização do mesmo questionário.
- e) Mapeamento dos eventos de caráter científico, promovidos pelas associações de arquivistas do Brasil, a partir de consultas aos seus sítios eletrônicos e de correspondências eletrônicas a elas enviadas.
- f) Mapeamento da produção científica com temáticas relacionadas à área: das pesquisas no âmbito da graduação (projetos de iniciação científica desenvolvidos nos cursos de Arquivologia e nos cursos de Biblioteconomia) e das pesquisas da pós-graduação (dissertações e teses desenvolvidas em diversos programas de pós-graduação que tivessem temas de interesse para a Arquivologia) (MARQUES, 2007).

Realizadas essas etapas e conscientes das necessidades de ampliação e verticalização do nosso objeto de estudo, buscamos outras lentes teóricas que pudessem fortalecer o nosso percurso metodológico. Além do método histórico e dos referenciais teóricos utilizados na dissertação, recorreremos a: Abbott (1988), para estudarmos o *sistema de profissões*;⁹ a Foucault (2005; 2007; 2008a; 2008b), para o *campo dos acontecimentos discursivos*.

9 O conjunto das profissões que constituem um *sistema*, seu contexto de desenvolvimento (inclusive considerando os conflitos entre os grupos profissionais pela disputa de poder), contempla a história das profissões no âmbito das suas lutas: a interdependência das profissões caracteriza o sistema, no qual cada profissão luta pelo domínio e controle da sua *jurisdição*. Ou seja, cada profissão se dedica a um conjunto de tarefas às quais está ligada pelos “laços de jurisdição” (ABBOTT, 1988, p. 33, tradução nossa). Esses laços são influenciados por forças internas e externas ao *sistema de profissões* (a exemplo do *campo transcienceífico*), criando, extinguindo ou remodelando as tarefas profissionais.

sivos e a *arqueologia dos saberes*;¹⁰ a Kuhn (2005), para *ciência normal, paradigmas, revoluções científicas e comunidade científica*;¹¹ e a Knorr-Cetina (1981), para *campo transcienceífico*.¹² Assim, desenhamos os nossos referenciais teóricos, conforme o nosso objeto (e vice-versa).

A conjugação desses constructos teóricos, conforme os autores selecionados, orientou o desdobramento da pesquisa em:

- a) levantamento da bibliografia nacional e internacional da Arquivologia, a fim de mapear as principais obras que marcaram a sistematização e a comunicação do pensamento arquivístico no mundo e no Brasil.

10 Michel Foucault, que abandona as analogias e, numa abordagem histórico-filosófica, tece suas reflexões acerca da constituição e circulação do *discurso* na correlação entre *saber* e *poder*, ou seja, nos “jogos de verdade”. Sua abordagem comporta duas dimensões, que representam precauções metodológicas complementares: a *arqueologia dos saberes*, a qual delinea a forma das problematizações por meio da investigação do surgimento e transformação dos saberes, explicitando o nível do discurso; e a *genealogia*, que se volta para a prática que contempla as relações de poder, isto é, o caráter estratégico dos discursos.

11 O desenvolvimento científico é identificado por Kuhn em três períodos: 1) *pré-paradigmático*, quando há uma proliferação de interpretações e enfoques, prevalecendo um total desacordo a ponto de impedir que a pesquisa apresente avanços cumulativos; falta unidade de propósitos investigativos por ainda não se terem estabelecido certos problemas e seus respectivos modelos de solução; 2) *revolucionário*: quando o paradigma não atende às demandas científicas e inicia-se a revolução científica; 3) *paradigmático/científico*, com o domínio de um paradigma endossado e compartilhado por toda a comunidade científica no âmbito da *Ciência Normal*. Desse modo, a ciência é por ele apresentada como “uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não-cumulativas” (KUHNN, 2005, p. 258), os *paradigmas*, legitimados e chancelados no âmbito da *comunidade científica*.

12 Com o propósito de “determinar o *locus* da produção científica para além do concreto local de produção”, Knorr-Cetina afirma que o *campo transcienceífico* “remete a redes de relacionamentos simbólicos que em princípio vão além dos limites de uma comunidade científica ou do campo científico” (KNORR-CETINA, 1981, p. 81-82, tradução nossa).

- b) Pesquisa documental: no Fundo Arquivo Nacional e na Revista Arquivo & Administração, a fim de identificar as relações de cooperação arquivística, entre o Brasil e outros países, com a vinda de professores, pesquisadores e profissionais de arquivo ao País e a participação de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais no exterior; nos *Archives Nationales* da França, para identificação dos brasileiros que participaram do *Stage Technique Internationale d'Archives* (STIA); nos documentos do Arquivo Nacional do Brasil e na bibliografia da área, com o objetivo de mapear a participação de brasileiros em cursos promovidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA), na Argentina e Espanha; e nos anais e resumos do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), para identificar a participação de estrangeiros nesse evento.
- c) Mapeamento *on-line* e nas bibliotecas universitárias dos autores e das obras referenciados nas dissertações e teses arquivísticas (ou com temáticas de interesse direto da área), identificadas na dissertação (MARQUES, 2007), produzidas nos programas de pós-graduação do Brasil (1972-2006).
- d) Mapeamento dos grupos de pesquisa brasileiros, com temáticas arquivísticas, no diretório de grupos do CNPq¹³ e dos atores que os constituem, em três situações: d.1) dos currículos *lattes* dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas; d.2) dos currículos *lattes* dos orientadores e co-orientadores dessas dissertações e teses; d.3) e, por fim, dos grupos de pesquisa em torno dos interesses da Arquivologia e dos arquivos. Nos dois

13 Informações disponíveis em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

primeiros casos, identificamos os cursos de graduação e especialização no Brasil e no exterior; os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado realizados em outros países; as publicações em periódicos estrangeiros, a apresentação de trabalhos em eventos realizados fora do país; as publicações de livros e capítulos de livros no exterior e a participação em grupos de pesquisa do CNPq. Os grupos de pesquisa na Plataforma *Lattes* do CNPq foram pesquisados com as palavras *Arquivologia*, *Arquivística* e *arquivo*.

Cumpridas todas essas etapas, percebemos que precisávamos investigar em que medida a Arquivologia brasileira ainda seria herdeira da tradição arquivística francesa. Para tanto, reforçamos nossos referenciais teóricos, buscando compreender a ciência geo-referenciada, conforme as características dos países do norte e dos países do sul (GAILLARD; SCHLEMMER, 1996; RAGOUET; WAAST, 1996; VERLET, 1996; PETITJEAN, 1996), as interferências do prestígio internacional (ROMANI, 1982; ANDRADE, 1998) e dos capitais científico e institucional (BOURDIEU, 2001) na institucionalização dos conselhos de pesquisa e os pressupostos da teoria da classificação para a estruturação das áreas do conhecimento (DAHLBERG, 1979; LIARD, s. d.; PARROCHIA, 1998; POMBO, 1998). Mediante essas lentes, buscamos compreender as contribuições francesas para o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, por meio de:

- a) Pesquisa documental (no CNPq) e pesquisa bibliográfica sobre a estruturação das áreas do conhecimento no Brasil e na França, para identificar as convergências e as divergências dessa estruturação nos dois países.
- b) Pesquisa bibliográfica e documental no Arquivo Nacional do Brasil, nos *Archives Nationales* da França, na *École des*

Hautes Études, nos *Archives Diplomatiques* (La Courneuve e Nantes) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de entrevistas,¹⁴ com o objetivo de identificar a participação e a justificativa do envio de especialistas franceses ao Brasil, considerando as contribuições francesas para o desenvolvimento da Arquivologia no país, bem como a participação de brasileiros em eventos, estágios técnicos, cursos e periódicos arquivísticos na França.

A fase atual da pesquisa consiste na conversão da bolsa de estágio pós-doutoral em um projeto de pesquisa que se propõe a aprofundar os resultados do pós-doutoramento, ao compreender os movimentos da institucionalização da Arquivologia no Brasil a partir das contribuições francesas, mediante:

- a) Pesquisa documental para compreender as contribuições de José Honório Rodrigues para a internacionalização da Arquivologia e institucionalização da disciplina no Brasil. Além dos documentos pesquisados no Fundo Arquivo Nacional, esta etapa deverá abranger a análise daqueles custodiados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).
- b) Pesquisa bibliográfica e documental a fim de mapear a circulação de obras francesas no Brasil (com destaque para as traduções), bem como a ocorrência de autores e obras francesas na produção científica arquivística brasileira (dissertações e teses). Esta fase da pesquisa

14 Entrevistamos Charles Kecskeméti, Michel Duchein, Bruno Delmas, Patrice Marcilloux, Paule René-Bazin e Marie-Anne Chabin. Complementarmente, tivemos contato com outros pesquisadores que colaboraram para a compreensão do objeto da nossa pesquisa: Bertrand Muller, Didier Grange e Jean Pierre Defrance.

deverá atualizar o mapeamento de obras arquivísticas na biblioteca *on-line* do Arquivo Nacional¹⁵ e de referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temas voltados para os arquivos e a Arquivologia, realizado em nossa pesquisa de doutorado (MARQUES, 2011).

- c) Consulta à Plataforma *Lattes*, considerando possíveis traços da “tradição” arquivística francesa na formação da comunidade arquivística brasileira. Semelhantemente à etapa anterior, esta fase da pesquisa será dedicada à atualização de parte da nossa tese, com a identificação da participação dos orientadores e co-orientadores das dissertações e teses arquivísticas em eventos, periódicos e livros franceses.

Além dos referenciais teóricos anteriores, acrescentamos o conceito de “intelectual”, conforme Gramsci (1995) e Pécaut (1990).

Ao final desta pesquisa esperamos sistematizar seus resultados de modo a estabelecer as particularidades da Arquivologia como disciplina, quanto ao seu desenvolvimento, aos seus diálogos e vínculos institucionais, na França e no Brasil; as contribuições da Arquivologia francesa para o desenvolvimento da Arquivologia brasileira, por meio da circulação (sobretudo de tradução) de obras arquivísticas francesas no Brasil e, inclusive, da produção arquivística brasileira (dissertações e teses), bem como das visitas técnicas de profissionais e estudiosos franceses da área ao Brasil; as interlocuções entre esses dois cenários, diante da participação de brasileiros em eventos, cursos e publicações na França.

15 Disponível em: <<http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index>>. Acesso em 19 set. 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o desenho do objeto de estudo, podemos observar que partimos de um mapeamento de dissertações e teses com temas relacionados à Arquivologia, porque era a paisagem que avistávamos e vislumbrávamos conhecer. Conhecida, essa paisagem ofereceu-nos questões que mereciam ser investigadas mediante uma pesquisa mais detalhada, a qual nos remeteu à necessidade de estudarmos a trajetória histórica da Arquivologia no Brasil, ou seja, seus primeiros cursos, atores (professores, pesquisadores, arquivistas e colaboradores), até chegarmos ao panorama atual das pesquisas arquivísticas, inicialmente identificado.

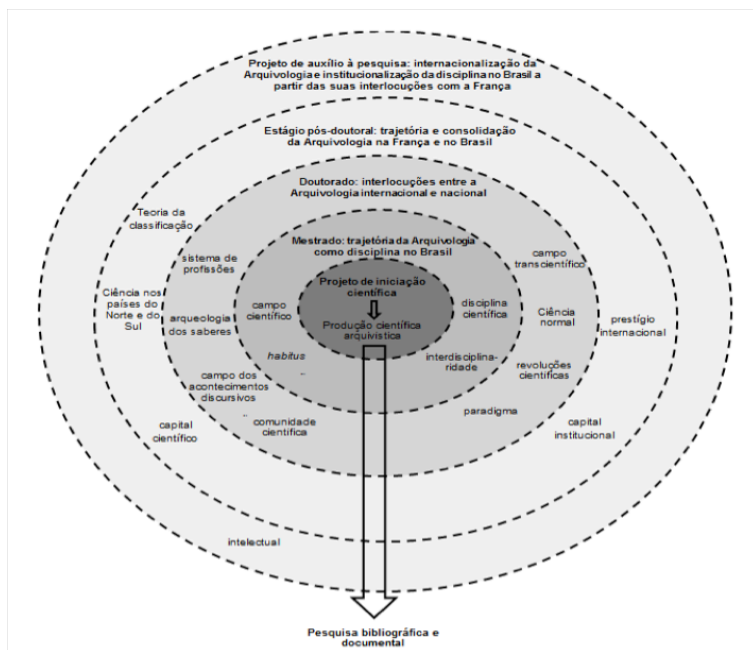
Essa pesquisa histórica trouxe-nos importantes pistas acerca das contribuições de outros países para a concepção e o desenvolvimento acadêmico-científico da Arquivologia brasileira, as quais foram investigadas em uma pesquisa simultaneamente ampla e aprofundada naquilo a que se propôs. Como atores franceses se destacaram nessas contribuições, nos propusemos a identificar as interlocuções arquivísticas francesas e brasileiras, considerando a tradição histórica da França e a aproximação mais recente da Arquivologia à Ciência da Informação no Brasil.

Não foi um caminho linear e a rota foi iluminada, sobretudo, pelos documentos pesquisados, ricas fontes que, em sua variedade, levaram-nos às iniciativas que culminaram na institucionalização da Arquivologia no Brasil. Assim, nas diversas fases da pesquisa, o nosso objeto se expandiu e/ou se aprofundou, afinando-se e refinando-se conforme o conhecíamos e explorávamos.

Para o desenho metodológico da pesquisa, não bastava caracterizá-la em sua abordagem quali-quantitativa; em seus objetivos, como exploratória, descritiva e explicativa; quanto

às técnicas utilizadas, como bibliográfica e documental; e os instrumentos, questionário e entrevistas. Lentes teóricas eram imprescindíveis e, para isso, buscamos robustecê-la com referenciais teóricos, que, inicialmente, serviram de pano de fundo para a nossa análise (Método da História Cruzada) e, paulatinamente, foram orientando o percurso de cada fase, incorporando autores e conceitos no delineamento de constructos teóricos. Desse modo, esses referenciais nutriram o objeto, que passou a ser enxergado, conforme o sintetizamos na figura 1.

Figura 1: desenho do objeto e da metodologia das diversas fases da pesquisa.



Fonte: elaboração própria.

Evidentemente, as escolhas sobre a definição e os recortes do objeto de pesquisa, bem como da sua metodologia, determinaram os seus resultados, decorrentes de um percurso, pessoal e

academicamente árido, mas indubitavelmente prazeroso e pleno de aprendizados. As curvas, os desvios, os atalhos, os retornos e os avanços desse percurso têm sido, dessa maneira, tão profícuos que não poderíamos deixar de registrar o nosso reconhecimento e a nossa gratidão por aqueles que semearam e talvez nem tenham chegado a colher os frutos da Arquivologia como disciplina científica no Brasil. Esperamos que as próximas gerações da comunidade científica arquivística o façam com os devidos créditos.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **The system of professions: an essay on the division of expert labor.** Chicago/Londres: Universidade de Chicago, 1988.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. História e fonte para a história do CNPq. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E ARTES AFINS (MAST/CNPq). **Arquivo CNPq (Acervo MAST): inventário sumário.** Rio de Janeiro: MAST, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983a, p. 122-155.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-81.

_____. **Science de la science et réflexivité: Cours du Collège de France 2000-2001.** Paris: Raisons d'agir, 2001.

CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités.** Paris: OCDE, 1972.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

Áreas do conhecimento: classificação. Brasília: CNPq, 1984.

CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos...** Brasília: UnB, 2003. 1 CD-ROM.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. **Anais.** Rio de Janeiro: IBICT, 1979, p. 352-370.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 18 ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **História da loucura:** na Idade clássica. 8 ed. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008a.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 16 ed. Tradução Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008b.

GAILLARD, Jacques; SCHLEMMER, Bernard. Chercheurs du Nord, chercheurs du Sud: itinéraires, pratiques, modèles: un essai d'analyse comparative. In: WAAST, Roland (ed). **Les Sciences au Sud:** état des lieux. Paris: ORSTOM Éditions, 1996, p. 113-135.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité**: problemes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KNORR-CETINA, Karin D. The scientist as a socially situated reasoned: from scientific communities to transscientific fields. In: _____. **The manufacture of knowledge**: an essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science. Oxford: Pergamon, 1981.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LIARD, Louis. **Logique**. 10. ed. Paris: Masson. (s. d.)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. A identidade arquivística no campo da informação. In: SANTOS, Eliete Correia dos; SOUSA, Franciente Fernandes de. (Org.). **Seminários de Saberes Arquivísticos (SESA):** reflexões e diálogos para formação do arquivista. Curitiba: Appris, 2013, v. 1, p. 47-81.

_____. Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas? **Informação & Sociedade** (UFPB. Online), v. 26, p. 169-184, 2016.

_____. Avaliação & Perspectivas da Ciência da Informação e da Arquivologia no Brasil: reflexões em movimento. **Em Questão**, v. 23, p. 183-201, 2017.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PARROCHIA, Daniel. Classifications, histoire et problèmes formels. **Bulletin de la Société Francophone de Classification.** Paris, n. 10, mar. 1998.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. Tradução Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PETITJEAN, Patrick. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGER, Amélia Império. (et al). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1996, p. 25-39.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, p. 19-33, 1998.

_____ ; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade**: reflexão e experiência. Lisboa: ed. Texto, 1994.

RAGOUET, Paul; WAAST, Roland. Sciences pour le Sud, Sciences pour le Nord. L'Orstom et le CNRS: champs scientifiques et contrastes épistémologiques., in Roland Waast (ed). **Les Sciences au Sud - État des Lieux**, Paris, ORSTOM Éditions, 1996, p. 301-332.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Construindo um objeto de pesquisa em Arquivologia: algumas reflexões. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2012.

ROMANI, Jacqueline Pitangui. O Conselho Nacional de Pesquisas e Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 137-167.

VERLET, Martin. De la Science de l'Empire à l'Empire de la Science. In: WAAST, Roland (ed). **Les Sciences au Sud: état des lieux**. Paris: ORSTOM Éditions, 1996, p. 137-150.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2 2003.

A PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA: MÉTODOS, ESPECIFICIDADES E DIÁLOGOS¹

José Maria Jardim (UNIRIO)

INTRODUÇÃO

Refletir sobre métodos de pesquisa em Arquivologia é um pouco aventurar-se como trapezista sem rede de proteção.

Não pretendo adentrar-me na discussão sobre métodos específicos de pesquisa nas Ciências Sociais e sua aplicação. Buscarei mais o mapeamento de questões gerais na expectativa de que possamos avançar, de maneira um pouco mais sistemática, em reflexões de caráter geral sobre a pesquisa e seus métodos em Arquivologia.

Tal opção deve-se ao reconhecimento inicial de que a Pesquisa na área é historicamente recente. O próprio campo arquivístico não reconhecia essa dimensão – a da pesquisa – até recentemente. Há algum tempo, a ideia de pesquisa em Arquivologia era associada à ideia de investigação em fontes arquivísticas para a produção de conhecimento em outras disciplinas.

1 Comunicação feita originalmente durante a IV REPARQ e publicada no e-book “Cartografia da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil” (Editora da UFPB, 2015), organizado por Dulce Amélia de Brito Neves, Maria Meriane Vieira Rocha e Patrícia Silva.

Pensar a Arquivologia como um território científico, movido fortemente pela pesquisa, é algo relativamente novo. Essa perspectiva cresce de forma mais evidente após os anos de 1990 do século passado. Tal transformação ocorre, nesse período, em função dos novos modos de produção, uso e conservação de documentos em um cenário crescentemente influenciado pelas tecnologias da informação e da comunicação.

Outro aspecto a dificultar a abordagem do tema relaciona-se a pouca frequência sobre os métodos de pesquisa em Arquivologia na literatura da área. A discussão sobre os métodos de pesquisa em Arquivologia parece ainda bastante periférica. Trata-se de um debate ainda incipiente.

Essa constatação sugere que essa discussão está longe de figurar entre os grandes temas que mobilizam a área no momento. Aí reside talvez uma incoerência, já que jamais se pesquisou tanto em Arquivologia. Porém, sabemos que as disciplinas científicas não desenvolvem percursos lineares e são constituídas por dinâmicas históricas e sociais próprias.

Na medida em que avançamos nas nossas práticas de pesquisa (sem excluir o ensino, evidentemente), pensar os métodos de pesquisa em Arquivologia torna-se algo imperativo, junto às escolhas teóricas, empíricas e metodológicas que norteiam nossos projetos de investigação, como, aliás, em qualquer campo científico.

A discussão metodológica na Arquivologia parece estar muito mais centrada nos métodos de processamento arquivístico com finalidades muito precisas de gestão da informação arquivística.

Cabe, portanto, aqui – como ponto de partida – considerarmos a distinção entre métodos de pesquisa em Arquivologia e métodos de processamento técnico da gestão arquivística: a diferença entre “os fenômenos arquivísticos” como objeto de pesquisa e os arquivos como lócus e fonte de investigação por pesquisadores de outras áreas.

Uma questão se coloca de imediato: haveria alguma convergência entre os métodos de processamento arquivístico e os métodos de pesquisa em Arquivologia? Se há, essa convergência seria por si só legitimadora de determinados métodos de pesquisa específicos da Arquivologia? Por outro lado, cabe reconhecer que no trabalho de processamento técnico há uma atitude científica por parte do profissional de Arquivologia. No entanto, não se trata, segundo Couture, de um trabalho de pesquisa: “Nós não fazemos pesquisas em Arquivologia quando criamos instrumentos de pesquisa para investigadores ou quando se efetua pesquisa em arquivos[...]” (BARBARA; BURG, 1988-1989, p. 6, tradução nossa).

É fundamental que esse tema seja aprofundado. Neste sentido, a análise dos métodos de pesquisa acionados na produção científica em Arquivologia, especialmente das dissertações e teses, seria muito oportuna.

A par disso, os métodos de processamento técnicos de gerenciamento arquivístico podem ser objeto de pesquisa. Seus resultados podem favorecer contribuições interessantes para a tecnicidade da área. Um estudo comparativo sobre três situações distintas de avaliação e seleção de documentos, por exemplo, poderia revelar aspectos enriquecedores a respeito. Temos, neste caso, as possibilidades de uso de dois métodos de pesquisa clássicos das ciências sociais: estudo de caso e análise comparada.

Talvez, no caso brasileiro, algumas dessas questões fiquem mais evidentes agora que começamos a dar os primeiros passos na pós-graduação *stricto sensu*. O fato de ainda produzirmos, no Brasil, a maioria das dissertações e a totalidade de teses em programas de outras áreas de conhecimento insere o pesquisador num cenário acadêmico distinto do que seria um mestrado ou doutorado em Arquivologia.

Isso não significa, evidentemente, que uma pesquisa com temática arquivística, desenvolvida no escopo de um Programa

de Pós-Graduação que não contempla a Arquivologia, seja necessariamente um trabalho de menos impacto para a Arquivologia. Ao contrário, contamos felizmente, no Brasil, com uma grande quantidade de teses e dissertações de ótima qualidade com temáticas em Arquivologia desenvolvidas em Programas de História, Administração, Memória Social, Ciência da Informação, etc. No entanto, o leque de opções metodológicas oferecido ao pesquisador em programas de área afins tende a privilegiar a escolhas já consagradas por aquelas áreas de conhecimento e não as que foram ou estão sendo testadas pela Arquivologia.

Esses construtos metodológicos se dão, mesmo que sob um cenário interdisciplinar, em um contexto científico institucionalizado em torno de áreas afins à Arquivologia. Sua produção se plasma sob num projeto cujas linhas de pesquisa e conhecimentos acionados não contemplam diretamente a Arquivologia.

Produzir pesquisa com temática arquivística nesses cenários afins poderá ser sempre uma alternativa rica para diálogos interdisciplinares (embora muitas vezes, na prática, numa via de mão única). No entanto, há muito espaço e demandas para mais mestrados e, espero, doutorados em Arquivologia.

Com frequência lembro aos meus orientandos de Mestrado ou Doutorado que estão a produzir em um Programa de outra área de conhecimento que sua pesquisa pode ter um objeto arquivístico, pode mobilizar a teoria arquivística (entre outros recursos teóricos), mas não é uma dissertação ou tese em Arquivologia. É uma tese em Ciência da Informação, em História ou em Administração, etc.

Essa é uma exigência legítima do Programa no qual se encontram. Trata-se de uma demanda inerente ao recorte de conhecimento de qualquer Programa de Pós-Graduação. Mais de uma vez, em bancas de doutorado ou mestrado, ouvi o colega de outra área perguntar ao doutorando/mestrando cujo tema de tese ou dissertação é arquivístico: “Mas o que faz da sua tese uma

tese em Ciência da Informação? Ou em História?”. Evidente que os Programas de Pós-Graduação são ciosos dessa questão por mais interdisciplinares que sejam suas referências.

Aliás, essa “pertinência epistemológica” é um tópico importante na avaliação de um Programa pela CAPES². Pertinência em sua raiz latina no sentido de “o que diz respeito a”, de “pertinere”, “pertencer a”; “abranger”. Modos de pertinência sem cunho positivista ou que excluam os territórios pluri e transdisciplinares da ciência. Evidentemente, essas distintas “pertinências” repercutem nas teorias, métodos de pesquisa e objetos escolhidos pelo pesquisador.

Lido muito com as questões que derivam dos métodos de pesquisa na área, não apenas nas minhas pesquisas, mas também em especial na pós-graduação. Ministrei a disciplina de Metodologia da Pesquisa em programas de Ciência da Informação e no nosso Programa de Gestão de Documentos e Arquivos³. A escolha não apenas dos aspectos teóricos e empíricos da pesquisa, assim como os métodos, é algo que inquieta frequentemente os jovens pesquisadores, mas também os pesquisadores mais experientes.

Um elemento pode tornar esse processo mais complexo. Não realizei uma pesquisa a respeito, mas constato na minha experiência que o aluno graduado em Arquivologia chega, em geral, na pós-graduação, muito pouco equipado em termos de experiência de iniciação científica.

Exceções à parte, esse aluno tende a apresentar um domínio frágil sobre o que é Ciência, suas grandes questões, o sistema de comunicação científica, o campo científico na contemporaneidade, a função social da ciência, os métodos de pesquisa e

2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação.

3 Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO

também sobre a carpintaria da pesquisa, especialmente a normalização do trabalho acadêmico. Essa discussão transcende o objetivo de minha fala hoje, mas acho importante ressaltar esse aspecto numa reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Essa questão transcende o objetivo dessa comunicação, mas não o da *Reparq*⁴: que reflexões oferecemos aos nossos alunos, na graduação, sobre a ciência e a pesquisa científica?

Parto de alguns pressupostos para sustentar algumas discussões sobre os métodos de pesquisa em Arquivologia. Alguns, expliquei em um capítulo do livro *Estudos Avançados em Arquivologia*, organizado por Valentim⁵. Retomo-os aqui.

UM PRIMEIRO PRESSUPOSTO

Um primeiro pressuposto é que a Arquivologia é uma disciplina científica no campo das Ciências Sociais. Esse pressuposto, porém, não nos convida a uma visão de que essa disciplina científica esteja consolidada. Conforme o arquivista francês Christian Hottin (2007),

Colocar a questão da pesquisa arquivística, da pesquisa em Arquivologia, é colocar ou mais exatamente recolocar a questão do lugar da Arquivologia no mundo científico. [...] Para muitos ela é antes de tudo uma “prática” ou um “conjunto de técnicas”. [...] Com tudo isso, outros dirão que a Arquivologia certamente não é uma ciência, mas sim um belo objeto de estudo para a ciência. (HOTTIN, 2007, p.1, tradução nossa)

4 Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.

5 JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 135-154.

Hottin menciona que se consideramos a ciência um “projeto de explicação do real” relacionado a resultados constantemente em avaliação, produzidos com autonomia pelos cientistas, é possível pensarmos que “as formas de constituição e difusão do pensamento arquivístico se situam, no essencial, largamente fora do campo científico” (2007, p.4, tradução nossa).

Historicamente, essa perspectiva se fez presente sob a ideia de que a Arquivologia é o que se realiza e se difunde a partir das práticas nas instituições arquivísticas. A Universidade como um *locus* de pesquisa em Arquivologia é razoavelmente recente, pós -anos de 1990 do século passado.

Hottin chama a atenção para um discurso arquivístico que frequentemente está vinculado à “apresentação ou explicação das normas administrativa e não a um questionamento sobre um objeto” (2007, p.5, tradução nossa). Nesse sentido, um desafio da pesquisa em Arquivologia, conforme Hottin, seria “tentar pensar os arquivos fora do seu quadro regulamentar” (2007, p.5, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Hottin questiona, por exemplo, a compreensão do conceito de arquivo apenas na sua definição jurídica, considerando a existência de uma defasagem entre a definição legal de arquivos e as práticas arquivísticas, dinâmicas e em constante mutação.

A prática cotidiana dos arquivistas, através de operações de coleta, contatos com o público, relações com pesquisadores e administradores fornece uma infinidade de situações de estudo potenciais, todas portadoras de um fragmento da definição de arquivos e de um enriquecimento do conceito de arquivo. (HOTTIN, 2007. p. 6, tradução nossa)

É nesse sentido que Hottin sugere-nos “um projeto de pesquisa por uma Arquivologia não normativa”. Uma Arquivologia “não normativa” não se trata de um convite a uma Arquivologia anti-normas. Porém, chamamos atenção para o fato de que a área não se reduz à sua normatividade. Aliás, normas eficientes e eficazes requerem pesquisas de qualidade em Arquivologia.

Ao abordar a Arquivologia como uma ciência social em construção, o Serviço de Arquivos da instituição francesa École des Hautes Études en Sciences Sociales, menciona uma “epistemologia arquivística”: “[...] uma disciplina que interroga a realidade das práticas arquivísticas, diversas e modificáveis de acordo com os lugares e tempos[...]” (tradução nossa)⁶. Essa perspectiva, um dos desafios da Arquivologia hoje, vai ao encontro das preocupações de Hottin.

O equívoco frequente ainda é o “dono das práticas” considerar que tem o monopólio da Arquivologia. Ou que a Arquivologia se resume ao mundo das práticas. E mais redutoramente ainda, ao mundo das suas práticas.

Uma vez escutei de um profissional de uma instituição arquivística: “ainda bem que nós produzimos para que vocês tenham o que pesquisar”. Essa afirmação expressa uma visão de Arquivologia autorreferente, limitada e que se pretende legitimada apenas pelas instituições arquivísticas. Além disso, revela um profundo desconhecimento do que é ciência e do que pode ser a Arquivologia como ciência.

Respondi-lhe que nós, pesquisadores da área, pesquisamos também (mas não apenas) o que as instituições arquivísticas fazem, até porque o fenômeno arquivístico não se restringe ao que se passa nas instituições arquivísticas. E, ao fazê-lo, temos a oportunidade de, em muitos casos, qualificar e ressignificar

6 Une science sociale en devenir -(<http://www.ehess.fr/archives/document.php?id=4563>) École de Hautes Etudes e, Sciences Sociales

o trabalho realizado por essas instituições cuja contribuição histórica à Arquivologia é evidente. Porém, ressaltei, se aquele profissional refletisse com uma perspectiva científica menos empiricista e positivista poderia também ser um ator muito mais envolvido na construção de uma Arquivologia contemporânea.

Aqui não cabem generalizações: dentro dos seus limites e considerando a sua vocação institucional, muitas instituições arquivísticas efetivamente contribuem para a produção do conhecimento arquivístico contemporâneo. Os diálogos entre essas instituições e as universidades são reconhecidamente fundamentais, embora, no caso brasileiro, ainda ténues.

Não existe uma Arquivologia que se ensina, uma Arquivologia na qual se pesquisa e uma Arquivologia que é a “realidade prática”. Existe a Arquivologia e seus diversos territórios, interpretações, intérpretes, métodos e práticas. Ou talvez Arquivologias, no plural, dada a enorme influência histórica do Estado na construção do pensamento arquivístico. Por isso que quando lemos ou ouvimos expressões com “Arquivologia francesa” ou “Arquivologia canadense” normalmente identificamos ideias e práticas arquivísticas muito peculiares dessas Arquivologias desses países.

Conforme Jardim (2008, p.33), uma disciplina científica

é uma atividade socialmente organizada, que pressupõe um discurso e uma prática que constitui um corpo de conhecimento envolvendo uma comunidade de especialistas dessa ciência. Supõe organizações científicas que reconhecem quem é ou não membro do corpo de cientistas, definem regras deontológicas e metodológicas. Uma disciplina científica pressupõe a existência de publicações especializadas, regras de qualidades para os trabalhos a serem publicados e apresentados nos congressos.

A Arquivologia atende rigorosamente a todos esses pressupostos? A resposta dependerá, no mínimo, do entendimento que se tem da área pela própria comunidade profissional e também da realidade de cada país.

UM SEGUNDO PRESSUPOSTO

A Arquivologia requer, em diversos momentos e em graus variados, conhecimentos da Administração, da História, do Direito, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Informação, da Ciência da Computação e outros campos de conhecimento. (JARDIM, 2012, p.143). Desde os seus marcos fundadores, é uma disciplina com vocação multi, pluri e interdisciplinar.

Em todas as atividades arquivísticas, o arcabouço teórico e os métodos e técnicas próprios da Arquivologia são acionados, evidentemente. No entanto, arquivos não são gerenciados apenas com os instrumentos teóricos e metodológicos da Arquivologia. Requer outros conhecimentos científicos e técnicos que tornam complexas as tarefas de educarmos arquivistas, de sermos educadores e pesquisadores em Arquivologia e de exercermos o ofício de ser arquivista.

Comenta Couture em entrevista a Barbara Roth e François Burgy:

Estamos convencidos que existem problemáticas transversais que partilhamos com as ciências da informação. A avaliação, a preservação dos suportes, a gestão dos serviços de informação, a utilização das tecnologias são alguns exemplos. Mas não se pode mais limitar esses contatos às ciências da informação. Nós acreditamos que é tão pertinente falar de multidisciplinaridade quanto de interdisciplinaridade. Assim, precisamos explorar as trocas

com domínios como o direito, a administração e a gestão, a museologia, a história, as ciências políticas e outras [...] Temos, nós também, muito a aportar! Essas trocas nos permitem nos posicionar e conferir a nossa disciplina uma credibilidade. (ROTH; BURG, 1998-1999, tradução nossa).

A interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade constituem estratégias de legitimação da Arquivologia como ciência. Do ponto de vista da história das ciências, talvez seja pertinente afirmar, como uma hipótese bastante razoável, que a perspectiva interdisciplinar na área de Arquivologia começa a alcançar graus de consolidação bastante nítidos.

Essa perspectiva interdisciplinar é uma vertente em construção. Acolhe profissionais que dela partilham, tanto quanto é objeto de discordância de outros. Esse, aliás, é um dos embates do campo no Brasil, expresso basicamente em três visões:

A visão da Arquivologia como disciplina autônoma, com bases consolidadas e, de certa forma, ciência auxiliar da História (essa autonomia não significaria, porém, insulamento porque os diálogos com outras disciplinas são um imperativo do quadro científico atual);

A visão da Arquivologia, bastante redutora, como uma disciplina que constitui uma subárea da Ciência da Informação (uma visão que ganha espaço especialmente no Brasil, como resultado de circunstâncias históricas e, mais recentemente, políticos-institucionais);

A visão de Arquivologia, assumida nestas reflexões, como uma disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares com

a História, a Administração, a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Museologia, a Sociologia, etc. Essa é hoje a minha perspectiva. (JARDIM, 2012, p. 143)

No momento, a primeira visão é a que me parece mais compatível com as exigências impostas pela Arquivologia contemporânea.

O QUE É PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA?

Indagado sobre o que entende por pesquisa em Arquivologia, Couture responde:

Fazer pesquisa em Arquivologia é essencialmente colocar problemas próprios à disciplina e tentar encontrar respostas satisfatórias. [...] Quando nos interrogamos sobre nossos princípios, nossos métodos de trabalho, nossas intervenções, nossas atividades, nossos modos de funcionamento; quando nos colocamos em questão e tentamos ver se existem outras maneiras de fazer, nós inserimos nossas ações num processo de pesquisa [...] A ligação entre o estado de desenvolvimento de uma disciplina e a pesquisa é muito estreito. Pode-se mesmo afirmar que, sem a pesquisa, uma disciplina, qualquer que seja, não evoluiria e o ensino dessa disciplina se tornaria rapidamente repetitivo [...] Na Arquivologia, questionamentos ainda estão por ser inventados, métodos de pesquisa específicos ainda por serem descobertos. A vivacidade de uma disciplina se mede pela riqueza de interrogações que ela gera (ROTH; BURG, 1998-1999, p.6, tradução nossa).

Ao comentar a respeito numa jornada de estudos organizada pela École des Chartes e a Associação dos Arquivistas Franceses, em janeiro de 2003, Hottin(2003) destaca:

Erik Ketelaar [...] observou em sua discussão introdutória da tarde que o saber arquivístico é construído basicamente em torno de perguntas como “o quê?” e “como?”, mas raramente em torno da pergunta “por quê?”. Pode-se acrescentar que, para qualquer projeto científico, mas particularmente para uma ciência relacionada ao humano, a ausência desta terceira pergunta coloca problemas singulares... Entre os grandes temas de pesquisa na Arquivologia contemporânea não apareceu o “por quê?” dos arquivos. O arquivo parece ser algo óbvio e essa evidência nunca é questionada, nem são questionados a natureza e o contexto de elaboração das práticas normativas e seletivas realizadas em instituições arquivísticas. Predomina a pergunta “O que?” (na seleção e eliminações). Quanto ao “como?” é, sobretudo, um “como fazer?” (nas normas ou na relação com os documentos eletrônicos), como se a observação dos fenômenos arquivísticos não pudesse ser conduzida sem uma intenção puramente especulativa, sem fins práticos ou didáticos (tabelas de temporalidade, planos de classificação). (HOTTIN, 2003, p.18, tradução nossa).

Que não se interprete esse comentário como um convite a uma Arquivologia dissociada da sua condição de “ciência aplicada”. Trata-se, no caso, de ampliar o leque de indagações da Arquivologia e reduzir a naturalização do que é imanentemente uma construção social.

MÉTODOS DE PESQUISA

As alternativas metodológicas não podem ser isoladas da construção do objeto da pesquisa, das suas escolhas teóricas e dos recursos de infraestrutura da pesquisa. Ao fim e ao cabo, o que determina a escolha de um ou mais métodos é a questão ou os pressupostos da pesquisa.

Se pensamos a Arquivologia com uma disciplina das Ciências Sociais, a oferta de metodologias que podemos mobilizar deriva, num primeiro patamar, desse universo da ciência. Como tal, parece oportuno reconhecermos previa e brevemente algumas peculiaridades das ciências sociais, conforme nos recomenda Minayio (2008):

- O objeto das ciências sociais é histórico, ou seja, as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas.
- os pesquisadores são, dialeticamente, autores e fruto de seu tempo histórico.
- a “visão de mundo” do investigador e do sujeito investigado “está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho”
- por fim, o objeto das Ciências Sociais é eminentemente qualitativo. (MINAYO, 2008, p. 39).

Claro que perspectiva qualitativa não é incompatível com o uso de técnicas quantitativas. As duas abordagens não são excludentes: “uma investigação de cunho quantitativo pode ensejar questões passíveis de serem respondidas só por meio de

estudos qualitativos, trazendo-lhe um acréscimo compreensivo e vice-versa” (MINAYO, 2008, p.76). Nesse sentido, essas configurações são características de áreas afins como a Administração, a História, a Ciência da Informação, entre outras.

Em 2007, a professora Suzana Muller organizou uma coletânea intitulada “Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação”. A autora reconhece dois aspectos que também fazem sentido no caso da Arquivologia:

[...] não há, na Ciência da Informação, métodos preferenciais ou abordagens teóricas exclusivas, possibilitando ao pesquisador ampla escolha e métodos e estratégias; parece estar havendo uma expansão nos métodos e estratégias que vêm sendo adotados ou propostos para as áreas sociais (MULLER, 2007, p. 9).

Como pesquisadores, sabemos que há diversas classificações sobre os diferentes tipos de pesquisa: exploratória (talvez a mais frequente em nosso Programa), descritiva e analítica. Não é o caso de adentrar, nesta oportunidade, nessas classificações. Comentarei apenas duas alternativas de metodologias da pesquisa.

O estudo de caso, uma metodologia essencialmente qualitativa que se coaduna com diversas estratégias de pesquisa e tende a ser buscada como opção metodológica na pesquisa em Arquivologia com razoável frequência. O problema com certa frequência é a quantidade de trabalhos que pretendem ser um estudo de caso, porém não seguem os protocolos e procedimentos básicos dessa metodologia. Analisar, por exemplo, os usos e usuários de um arquivo público a partir de um ou mais pressupostos, não torna esse estudo, necessariamente, um estudo de caso. Isso acontece com razoável frequência em dissertações de Ciência da Informação. E, pelo que sugere a literatura, na Administração, Educação, etc.

Outra perspectiva metodológica que pode oferecer ricas possibilidades na pesquisa em Arquivologia é a Análise Comparada.

Em vários campos das Ciências Sociais é frequente o recurso ao método comparativo: Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Direito, História, Linguística, Psicologia Social, etc. A ideia de comparar relações, semelhanças e diferenças de distintos fenômenos sociais estaria no cerne da Sociologia. [...] Tende-se a não distinguir claramente, em determinadas circunstâncias, o exercício de tecer comparações com o método comparativo. Lembra-nos Woortman (2008, p. 9) que a diferença consiste no fato de que “o método comparativo supõe a comparação, porém essa é uma comparação construída, consciente, parte integrante de um procedimento controlado[...]” (JARDIM, 2011, p. 201).

A perspectiva oferecida por uma “Arquivologia Comparada” merece ser objeto de práticas de pesquisa, favorecendo assim sua escolha como mais um recurso metodológico para a pesquisa na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios alcançados pela Arquivologia nos últimos anos estão associados a fatores que vão desde o uso crescente das tecnologias da informação, à emergência de novos fluxos informacionais, passando pela produção e conservação de documentos arquivísticos digitais. Há transformações em curso na gestão de serviços e instituições arquivísticos, na formação do arquivista e nas demandas sociais sobre os arquivos. Tais alterações ocorrem com maior ou menor intensidade em diferentes

países. Em graus variados, esse cenário de mudanças provoca questões cujas respostas são buscadas especialmente na pesquisa em Arquivologia.

A reflexão sobre a pesquisa se dá na razão direta das questões colocadas pela ampliação das suas práticas, sobretudo no universo acadêmico. Não por acaso encontra-se em Programas de Pós-Graduação, no caso brasileiro, a maior concentração de produção de conhecimento arquivístico.

Dado que o país conta, no momento, com apenas um Programa de Pós-Graduação em Arquivologia, a quase totalidade da produção de dissertações e teses derivam de Programas de Pós-Graduação de áreas afins. Ainda que seja evidente a vocação interdisciplinar da Arquivologia, esses cenários não são, de imediato, o território por excelência para as reflexões em torno de uma epistemologia arquivística, bem como a experimentação de metodologias mais condizentes com a área. No caso brasileiro, não há indicações que esse cenário seja alterado no médio prazo.

É fundamental que um Fórum como a REPARQ mobilize ao máximo os pesquisadores em Arquivologia, como vem fazendo desde 2010, para a construção de agendas de debates e pesquisas.

Essas reflexões podem encontrar espaço a partir da iniciação científica na graduação em Arquivologia. E, na medida do possível, pela ação de docentes de Arquivologia que atuam em programas de pós-graduação de áreas afins.

A institucionalização científica da área no Brasil depende de várias iniciativas que incluem a ampliação dos periódicos da área e a criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Trata-se de um processo lento e complexo que exige o comprometimento da comunidade de pesquisadores em Arquivologia.

Enfim, espero não ter caído demasiadamente do trapézio, mesmo sem rede de proteção. Obrigado a todos pela atenção.

REFERÊNCIAS

HOTTIN, Christian. Plaidoyer pour la recherche archivistique. **Histoire et Sociétés**, alternatives économiques, 2007. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-shs-00078121/document>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. L'archivistique est-elle une science? **Labyrinthe**, 2003. Disponível em: <<http://labyrinthe.revues.org/323#text>>. Acesso em: 15 jun.2015.

JARDIM, José Maria. As relações interdisciplinares da Arquivologia. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3, 2008. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENARA, AAERJ, 2008. p.30-42

_____. . Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, v. 7, p. 197213, 2011.

_____. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.135-154.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MULLER, Suzana P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

ROTH, Barbara; BURGY, François. La recherche en archivistique. Entretien avec le professeur Carol Couture. **Archives**, quebec, v. 30, n 3-4, 1998-1999.

APONTAMENTOS ACERCA DO ESTATUTO CIENTÍFICO DA ARQUIVOLOGIA¹

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt²

INTRODUÇÃO

Um conjunto de regras que define o estado, isto é, a condição ou modo de ser de um grupo social, é o que consideramos como Estatuto (ABBAGNANO, 2004). Nesse sentido, objetiva-se, neste trabalho, refletir acerca do significado e os conceitos de ciência, disciplina e técnica em relação à Arquivologia e como estão imbricados com questões concernentes à teoria e à prática, o que articulamos entre *Saber* e *Fazer*. Também buscamos, inseridos nesta perspectiva, e a partir de um campo de conceitos e definições previamente delimitados e contextualizados, apresentar e discutir como alguns pensadores da Arquivologia a configuram neste espectro de relações e significados, além de embasarmos nossa compreensão desta enquanto ciência.

-
- 1 Publicado originalmente em SCHMIDT, Clarissa M. S. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. 1. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, com modificações e acréscimos.
 - 2 Professora do curso de graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO.

ARQUIVOLOGIA: ENTRE SABERES E FAZERES

Antes de iniciarmos nossas análises, é importante explicarmos, de modo a não causar interpretações indevidas, o que pretendemos como significativo ao utilizarmos as palavras *Fazer* e *Saber* e o quanto seus significados fizeram (e ainda fazem) parte do desenvolvimento científico e da construção de novas áreas do conhecimento.

O que estamos considerando como *Saber* são significados derivados da ciência e da disciplina em seus processos de construção de conhecimento que resultam na formação de teorias científicas. Este tipo de teoria legitima-se como instrumento da ciência e da disciplina para definir fatos, organizar e classificar conhecimentos, sendo suas formulações transformadas e transmitidas menos como um conjunto de “boas regras científicas” e mais como juízos científicos. Lacey (2008, p. 83) considera que essa abordagem

analisa a racionalidade em termos de conjuntos de valores (valores cognitivos), e não em termos de um conjunto de regras, e propõe que os juízos corretos são feitos por meio do diálogo entre os membros da comunidade científica acerca do nível de manifestação de tais valores por uma teoria, ou por teoria rivais.

Na esteira da discussão sobre a característica científica da teoria, em relação ao *Saber* que propomos enquanto significativo, devemos compreendê-lo no mesmo aspecto, isto é, como *Saber* científico.

Ao *Fazer* atribuímos o exercício prático de uma atividade que quando pensada e organizada pode desenvolver instrumentos técnicos de maneira a facilitar, melhorar e aperfeiçoar sua realização. E esses instrumentos técnicos, que podem ser desde

uma enxada até a organização de documentos em ordem alfabética, por exemplo, representam aquilo que estamos considerando como técnica. É fato que não podemos deixar de ponderar o quanto uma técnica é resultado de processos cognitivos elaborados frente a conhecimentos produzidos e acumulados por pessoas durante suas trajetórias de vida ou durante o exercício de tarefas ou funções, mas não entendemos esse conhecimento como científico por não estar inserido num conjunto de ações desenvolvidas dentro de prerrogativas socialmente construídas capazes de lhe atribuir um caráter desta natureza.

Ainda em uma abordagem significativa do *Fazer* - que consideramos possuir em seu significado tanto a prática como a técnica, quando transposta ao trabalho junto aos arquivos e seus documentos, nos permite demonstrar a existência de um caráter instrumental nesta atividade, o que também atribuímos como significado deste nosso significante.

Podemos inferir assim que a Arquivologia surge da observação e reflexão de uma experiência prática, também relacionada enquanto resultado de experimentos e conhecimentos reunidos pela observação consciente. Se a experiência permite observar os resultados e seus efeitos, e de certa forma estes resultados são conhecimentos (teoria) aplicados com certo objetivo e que geram a reflexão, concordamos com Williams ao afirmar que a teoria “está sempre em ativa com a prática: uma interação entre as coisas feitas, as coisas observadas e a explicação (sistemática) delas. Isso permite uma distinção necessária entre teoria e prática, mas não requer sua oposição” (WILLIAMS, 2007, p. 394). Mesmo assim, as relações da Arquivologia com a técnica (prática) e a ciência/disciplina (teoria), bem como seu caráter classificatório nesta relação, não devem ser justificados somente por estas razões.

Deste modo, entendemos que o Manual dos Holandeses inaugura um *Fazer* regulado por normas, onde termos começam

a ser delineados a partir de noções práticas, divulgando uma série de conhecimentos acerca da prática arquivística, resultantes de experiências e reflexões sobre o *Fazer*. E se esse *Fazer* está sendo levado ao campo da reflexão com vistas a desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo, é certo que teorias sobre ele começam a surgir. Teorias que orientam a prática e que ao mesmo tempo foram e são resultados desta prática.

Ainda em relação ao campo do *Fazer*, as técnicas materiais resultantes de maneiras em abordar e solucionar problemas práticos como o acúmulo de documentos, a dificuldade em organizá-los e recuperá-los, por exemplo, enquanto consideradas satisfatórias continuarão a ser usadas sem perspectiva de mudança ou evolução. Contudo, a partir do momento em que estas técnicas até então apreendidas e desenvolvidas não mais satisfizerem as necessidades práticas, será preciso repensá-las em abordagens e âmbitos mais amplos, envolvendo outras análises críticas como também mais exemplos para alargar a dinâmica de seu desenvolvimento. Devemos igualmente pontuar que uma técnica não deixa de ser satisfatória por si só, ou seja, apenas porque não atende mais a resolução de determinado problema. Fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e muitos outros, também interferem nessa questão. Assim, a partir dos trabalhos no campo dos arquivos fortalecidos em torno da técnica, do *Fazer*, é que foi construída, utilizando a concepção de Fourez, a “tecnologia intelectual”, um *Saber* para a Arquivologia com vistas a pensar os problemas de organização, preservação, guarda e acesso aos documentos de arquivo.

Como consequência, a Arquivologia, no sentido aqui aludido como ciência, pode ser compreendida como resultado de uma *práxis* que considera, de maneira consciente, formas adequadas para testar, validar, (re) elaborar ou solidificar, ainda que em tempos e contextos específicos, as interações entre o *Fazer* e o *Saber*. E se esse *Saber* é significante de processos inerentes à

ciência e à disciplina, torna-se fundamental compreendermos os significados destas.

De acordo com Pombo, a palavra disciplina pode suportar três significados distintos; “um relacionado à Disciplina como ramo do saber, Disciplina como componente curricular e disciplina como um conjunto de normas e leis que regulam uma atividade ou um comportamento, por exemplo.” (POMBO, 2004, p. 4). Compreendendo que muitas das Disciplinas curriculares são recortes das consideradas como ramos do saber, entendemos a Arquivologia como Disciplina científica em cujo interior há diferentes disciplinas curriculares.

Para Fourez (1995, p. 103), uma disciplina científica é determinada por uma organização mental e deve possuir uma matriz disciplinar ou um paradigma, ou seja, “uma estrutura mental, consciente ou não, que serve para classificar o mundo e poder abordá-lo”. Podemos transpor essa questão à Arquivologia. Ao largo de ideias prévias sobre o arquivo, tais como sua organização, gestão e acesso, as quais resultaram de pesquisas, conceitos sobre o *Fazer* arquivístico foram sendo cultural e socialmente construídos a ponto de servirem como base à disciplina Arquivologia. É fato ainda inferir que estes conceitos foram, são e serão constantemente construídos e reconstruídos, afinal, ao que Pombo (2004) atribui como “ramo do saber” e Fourez (1995) como “disciplina científica”, convergem para o que aqui estamos definindo como ciência e disciplina. E se em volta de toda disciplina científica deve haver “certo número de regras, princípios, estruturas mentais, instrumentos, normas culturais e/ou práticas, que organizam o mundo antes de seu estudo mais aprofundado” (FOUREZ, 1995, p. 105), o *Fazer* nos arquivos, antes de se “tornar” Arquivologia, já tinha muitos destes elementos operados, o que serviu de base para sua “entrada” no campo científico.

Voltando à necessidade de refletir sobre a ideia de ciência, reforçamos nossa compreensão desta como uma forma de saber que possui instituições e linguagens próprias, uma construção derivada da necessidade do homem em ter domínio sobre as coisas, os fatos e os fenômenos. Sua existência “se define como um progresso do saber [...] em suma, a ciência é uma das testemunhas mais irrefutáveis da existência essencialmente progressiva do ser pensante” (BACHELARD, 1971, p. 22). De acordo com Goode (1979, p. 11), “a ciência é um método de abordagem do mundo empírico todo, isto é, do mundo que é suscetível de ser experimentado pelo homem. É, ainda mais, um ponto de vista que não visa à persuasão, de alcançar a “verdade última”, ou a convencer. É somente um modo de analisar que permite ao cientista apresentar proposições sob a forma de “se-, então-.”. Para Fourez (1995, p. 81), “pode-se considerar a ciência como uma tecnologia intelectual destinada a fornecer interpretações do mundo que correspondam a nossos projetos”, e segundo Rendón Rojas (2011, p. 4) um programa de investigação científica deve possuir um núcleo central formado por conceitos, categorias e teorias que dão identidade à pesquisa e que possibilitam a permanência de uma tradição científica e a manutenção ou mudança de teorias que surgem ao redor do seu cinturão protetor, permitindo, além da inovação científica, a compreensão da existência de diversas escolas e correntes, concluindo que as ciências possuem três componentes que devem ser observados; o seu objeto de estudo, sua metodologia e seu aparato teórico.

Observadas as questões que utilizamos para pensar a Arquivologia como disciplina científica e necessariamente como área científica, novamente nos apoiamos em Fourez (1995) que, ao discursar sobre o surgimento da biologia, afirma: “uma disciplina científica nasce como uma nova maneira de considerar o mundo e essa nova maneira se estrutura em ressonância com as condições culturais, econômicas e sociais de uma época” (1995,

p. 105). Isto é, havia um momento histórico e científico propício, além de pessoas com suficiente domínio de técnicas que estavam empenhadas em transformar a prática, o *Fazer* dos/nos arquivos em campo de investigação. Se houve momento e fatores propícios à constituição de uma nova área de *Saber*, a construção e o estabelecimento de regras para esta disciplina também eram fundamentais.

Nessa linha de pensamento, uma das categorias principais a um campo de investigação de uma área de *Saber* abarca a definição de objeto científico, ou seja, “uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas representadas e corresponde à própria realidade, porque é racional e inteligível em si mesma” (CHAUL, 1995, p. 252). Bachelard (1971), ao explicar o seu “racionalismo aplicado”, afirma que não há ciência independente já que a realidade social é uma só e seus mais diferentes aspectos são estudados por ciências “particulares” e “autônomas”, fundamentadas nas suas próprias práticas e em seu próprio objeto. Faz-se importante reforçar que nossa atribuição de particular e autônoma à ciência não lhe garante o status de independente, e além da ciência particular não ser arbitrária, o objeto científico que ela se atribui é igualmente arbitrário, pois, em suma, é resultado de construções.

Fourez (1995, p. 52) afirma que há um sujeito científico particular para cada disciplina, ligado ao paradigma (ou matriz disciplinar). Esses sujeitos são os conjuntos de regras estruturantes que dão à disciplina seu objeto, não se tratando de um ou mais indivíduos e sim de uma maneira socialmente estabelecida de estruturar o mundo. O objeto científico é aquele que produz a observação e estimula a problemática, ou ainda segundo o autor, “o objeto de uma disciplina não existe, portanto, antes da existência dessa própria disciplina, ele é construído por ela” (FOUREZ, 1995, p. 106).

Essas reflexões quanto ao caráter científico, suas atribuições epistemológicas e sobre a identidade de uma disciplina foram, são e serão objetos de discussão e análise permanente na trajetória e no desenvolvimento da produção do conhecimento. Muitas outras disciplinas passaram ou passam por questões semelhantes às que a Arquivologia vem vivenciando. Tomemos como exemplo a História no final do século XIX, período de importantes redefinições científicas, quando os documentos escritos passam a ser o pilar metodológico para seu reconhecimento enquanto ciência, o que consequentemente nos permitirá compreender porque, em alguns momentos, temos a Arquivologia estigmatizada como ciência auxiliar da História.

Já no caso da Geografia, Milton Santos (1980) dedica, no início dos anos 1980, todo o seu livro “Por uma Geografia Nova” a uma reflexão desta natureza. A partir de sua percepção disciplinar da Geografia, como também a atribuição de autonomia e particularidade às diferentes ciências frente a uma ciência total, nos valem da concepção deste autor quanto a essa conjectura para finalmente justificarmos as “ciências particulares autônomas, cujo objeto é uma parte da realidade total e para cujo estudo se estabelecem, em um movimento contínuo, princípios gerais e se criam normas de proceder em diferentes níveis, desde a epistemologia às técnicas” (SANTOS, M. 1980, p. 3). Vale ressaltar que, assim como na Geografia, os anos 1980 também são significativos na trajetória epistemológica da Arquivologia, já que para uma parte de sua comunidade científica trata-se do período de “rupturas” e direcionamento à “mudança de paradigmas” (do Custodial para o Pós- custodial ou Pós-moderno, por exemplo).

Ainda nesta perspectiva, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 13), para entender qualquer parte de uma ciência precisamos compreender o seu todo. Porém, antes desse entendimento “total” é preciso compreendermos a própria ciência “como prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai

cumprindo em diálogo com o mundo”. E no lastro desta questão relacionada à prática social, pode-se localizar a Arquivologia como uma Ciência Social Aplicada, que se constrói a partir de uma realidade social.

Assim, podemos entender a Arquivologia como uma construção disciplinar que se desenvolveu a partir do *Fazer* e, ao passo em que desenvolve sua autonomia enquanto *Saber*, pouco a pouco vai elaborando e aprofundando seus conceitos, teorias, princípios e métodos específicos.

ARQUIVOLOGIA: CIÊNCIA, TÉCNICA OU DISCIPLINA?

Considera-se pertinente evidenciar algumas diferenças e relações que se estabelecem entre ciência, disciplina e técnica, como também entre teoria e prática. Esse delineamento das diferenças, que não consideramos excludentes e sim complementares, é fundamental para um esclarecimento inicial e nosso posicionamento frente às questões desta natureza, que envolvem a Arquivologia e como ela se configura nas abordagens que a consideram como ciência, disciplina ou área técnica. Inclusive porque todo processo histórico e de desenvolvimento da Arquivologia está inserido e é resultado da constante interação entre o *Saber* e o *Fazer*.

Como vimos, para Rendón Rojas (2011), a ciência é como um sistema de conhecimentos justificado pelo uso de metodologias, que tem um objeto de estudo, é composto de corpo teórico que inclui conceitos, enunciados gerais e teorias e possui a função epistemológica de explicar e compreender a realidade. Cabe à ciência produzir um *Saber*, um conhecimento que deve ser organizado por um método, apoiado em teorias e amarrado por linguagem comum dentro de uma comunidade que se quer científica.

Enquanto campos do *Saber*, inicialmente as ciências e disciplinas se desenvolvem com base na observação e experiência

empírica de pessoas que, em determinados momentos históricos, sentem necessidade em pensá-las de maneira organizada e sistemática, o que no caso da Arquivologia decorreu de um imperativo prático, do *Fazer*. Já no campo da técnica, não podemos considerá-la como a produção de conhecimento científico sobre um objeto, e sim formas de melhorar a produção do *Fazer* deste objeto. Essa interação da técnica com o *Fazer* é resultado de necessidades e práticas sociais que muitas vezes propiciam o aparecimento de novas áreas de conhecimento, visto que a técnica só existe como consequência de um conhecimento adquirido a partir desta interação. Os avanços tecnológicos e científicos também são partícipes na contribuição destas novas áreas, que consequentemente resultam no desenvolvimento de novos *Saberes*. Porém, por mais que esse intercâmbio entre o *Saber* e o *Fazer* propicie e seja consequência de transformações sociais e científicas, é fato também que dele surgem novos problemas e desafios a serem superados.

Ainda no âmbito desta discussão entre *Saber* e *Fazer*, para alguns pensadores do campo dos arquivos há os que encaram a área como **técnica** – por exemplo, Manuel Romero Tallafigo; como **disciplina técnica** – Giulio Battelli e Aurelio Tanodi; como **disciplina em desenvolvimento** – Silvana Elisa Cruz Domínguez e Theo Thomassen; **como disciplina científica** – Natália Tognoli, Angélica Marques, Heloísa Liberalli Bellotto, Carol Couture, Jean-Yves Rousseau, Jacques Ducharme, Louise Gagnon-Arguin, Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, David Bearman, Barbara Craig, Richard Brown, Brien Brown, Hugh Taylor e David B. Gracy; e aqueles que a encaram como **ciência**, ainda que sob diferentes perspectivas, como Jose Ramon Cruz Mundet, María Del Carmen Rodríguez López, Antonio Ángel Ruiz Rodríguez, Ramon Alberch Fugueras, Astréa de Moraes e Castro, Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Theodore Roosevelt Schellenberg, Concepción Mendo Carmona, Bruno

Delmas, Antonia Heredia Herrera, Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos, Merizanda Ramírez Aceves, Eugenio Casanova, Michel Duchein, Luciana Duranti, Heather Macneil, Paola Carucci, Terry Eastwood, Robert-Henri Bautier, Eric Ketelaar, Adolf Brenneke e Elio Lodolini.

Dentre estes autores, os que consideram a área como essencialmente técnica justifica-se por se tratar de um trabalho prático e empírico que deve resolver problemas de organização documental através de soluções técnicas, diferente de aqueles que trabalham com a ideia de *Saber*, que pode se desenvolver de maneira científica ou disciplinar, estudando a natureza dos arquivos, os princípios de organização, os meios para sua utilização e suas premissas racionais, indo além da proposta de técnicas de organização de documentos e tendo como finalidade avançar na solução de problemáticas concernentes ao campo dos arquivos.

Dito isto, faz-se necessário aprofundar a discussão de como a Arquivologia, em relação à natureza de seu conhecimento, está sendo concebida por alguns pensadores da área.

Nesta perspectiva, pela **literatura brasileira**³, um dos exemplos que utilizaremos será a obra “**Arquivística – técnica, Arquivologia – ciência**” organizada por Astréa de Moraes Castro em colaboração com Andresa de Moraes Castro e Danusa de Moraes Gasparian (1985), cujo título nos despertou bastante interesse quando confrontado à problemática deste trabalho. Contudo, fora uma breve citação sobre a definição da Arquivologia como ciência ou técnica, não encontramos discussões mais aprofundadas sobre a temática proposta no título da obra e que tanto instigou nosso interesse. Assim, para as autoras,

3 A escolha em analisar os autores a partir de uma estrutura de elaboração de texto que os “separou” por países foi puramente instrumental e que teve por objetivo facilitar a leitura, pois entendemos que o fato dos autores serem de um mesmo país não significa, tampouco condiciona, que suas interpretações sejam consideradas idênticas.

“Arquivologia é a ciência dos arquivos. É o complexo de conhecimentos teóricos e práticos relativos à organização de Arquivos e às tarefas do Arquivista” (CASTRO; CASTRO e GASPARIAN, 1985, p. 25). E a definição de arquivística posta foi a de “técnica dos Arquivos. O vocábulo, às vezes, é usado como sinônimo de Arquivologia. Arquivística, também é usada para designar os conhecimentos sobre Arquivos Corrente; Grande Arquivística, para os Arquivos Permanentes.” (CASTRO; CASTRO e GASPARIAN, 1985, p. 26).

Já para Tognoli (2010), a natureza da Arquivologia é muito mais direcionada a ser uma disciplina científica do que propriamente uma ciência, pois considera que a constituição de uma disciplina se dá pela enunciação de princípios, elaboração e constituição de manuais e o ensino em escolas especializadas.

Bellotto (2002, p. 5) analisa de maneira exemplar que a Arquivologia apresenta características próprias de ciência, disciplina e técnica sem enquadrar-se “exatamente nas premissas necessárias a cada uma”. Afirma que mesmo sendo possível aceitá-la como ciência ou técnica, pois há elementos para tal, conceitua como “disciplina que se ocupa da teoria, da metodologia e da prática relativa aos arquivos, assim como se ocupa da sua natureza, suas funções e da especificidade de seus documentos/informações”.

Buscamos também basear nossas análises a partir dos dicionários de especialidade brasileiros da área. No “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 31.) está significado como “disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos e dos princípios e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização”. Já no “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional” (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p. 29), encontramos a definição como “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização,

guarda, preservação e utilização dos arquivos”. E finalmente no “Dicionário de Terminologia Arquivística” organizado por Bellotto e Camargo (1996) os termos estão definidos e relacionados da seguinte maneira;

Arquivologia - O mesmo que arquivística (p. 9).

Arquivística - Disciplina, também conhecida como arquivologia, que tem por objetivo o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização (p. 5).

Dentre as definições até então citadas, a única que utiliza a palavra “ciência” para significar o termo é a indicada por Castro, Castro e Gasparian (1985), sendo que as demais utilizam a palavra “disciplina”. De qualquer maneira, todas estas definições, às suas maneiras, incluem a Arquivologia como conhecimento relacionado aos arquivos, que também deve se preocupar com teorias e métodos, além de questões de ordem prática. Ou seja, as palavras “ciência” e “disciplina” como até então empregadas não devem ser consideradas como antagônicas, pois em suas aplicações práticas verificamos similaridades de significados.

Na **literatura italiana**, para Lodolini (1993) o objetivo da Arquivologia não é o de fazer o usuário encontrar um documento e sim que isso deva ser uma consequência natural da correta aplicação prática de princípios teóricos que regem esta ciência. O autor entende que este pode até ter sido o objetivo no início da disciplina, mas que hoje isso não é mais verossímil, uma vez que é uma “ciência, completa em si mesma, que realiza integralmente en la enunciación teórica y en la aplicación práctica de principios universalmente válidos; principios propios de la archivística y no de otras disciplinas o por ellas prestados.” (LODOLINI, 1993, p. 199).

Casanova (1928) se refere à “ciência dos arquivos” e para Giulio Batelli (apud CRUZ MUNDET, 2001, p. 57) a arquivística é uma disciplina de caráter eminentemente prático, que trata de resolver os problemas com soluções deste mesmo tipo, com base na experiência dos arquivistas, não se tratando de problemas científicos. Já a Arquivologia estuda os arquivos com o fim de precisar sua essência e sua história, sendo a sistematização dos arquivos a sua principal preocupação, junto aos seus problemas elementares como ordenar, conservar e administrar. Este conceito corresponde a uma disciplina, não a uma ciência.

Da parte do **holandês** Eric Ketelaar (2007, p. 169), a ciência arquivística é como qualquer outra ciência, investiga questões de sua pertinência e relevância, é continuamente especulativa, experimenta, inventa, muda e melhora. Já referente à **literatura Argentina**, utilizaremos para nossas análises as ideias de Aurelio Tanodi (2009), defensor de uma Arquivologia enquanto disciplina relativamente jovem e moderna, que passa por um processo de afirmação dos seus conceitos, seus fins, funções e metodologia, no qual seus fundamentos teóricos e metodológicos ainda têm pouca vida (2009, p. 9). Mesmo que o autor não seja nascido neste país – Croata de nascimento, imigrou para Argentina no final da Segunda Guerra Mundial, tendo cidadania local reconhecida no ano de 1952 -, o desenvolvimento da Arquivologia argentina não pode ser pensado sem estar relacionada a trajetória de Tanodi e com o fato dele ser o fundador da *Escuela de Archiveros*, na cidade de Córdoba, no ano de 1959.

Considerando a Arquivologia como disciplina jovem e moderna, Tanodi vai mais além ao definir que

se trata de una disciplina auxiliar o funcional de la administración y de la historia, que se refiere a la creación, historia, organización y funciones de los archivos, y sus fundamentos legales o jurídicos. Creemos, que la

archivología es más una disciplina técnica que una ciencia, porque le faltan algunos elementos propios de toda ciencia (2009, p. 40).

Ainda na perspectiva de considerá-la como disciplina por não atender requisitos que lhe atribuam caráter científico, de acordo com esse autor uma área para ser considerada científica deve cumprir algumas exigências, tais como ter um campo de investigação específico, isto é, um objeto de estudo, objetivo (fins), e ainda métodos próprios. Para Tanodi (2009, p. 41) a Arquivologia reúne dois destes requisitos essenciais, já que possui objetivo e métodos. Mas, por não possuir “a parte científica”, um campo de investigação próprio, deve ser considerada como disciplina.

Observemos que estas afirmações de Tanodi constam do início dos anos 1960, quando da publicação de seu “Manual de Archivología Hispanoamericana – teorías y principios”⁴, e mesmo que mais de cinquenta anos tenham se passado e muitos cursos de Arquivologia tenham sido criados, assim como livros e artigos publicados, bem como muita reflexão produzida, nosso campo científico continua com indagações e afirmações desta natureza.

A **literatura espanhola** nos apresenta uma série de definições diferentes. Para Alberch Fugueras (2003, p. 13-20) a Arquivologia é fundamentalmente uma ciência que possui

conjunto de principios teóricos e um método específico que possibilitam resolver de maneira eficiente os problemas levantados pela necessidade em organizar documentos

4 TANODI, Aurelio. **Manual de Archivología Hispanoamericana** – teorías y principios. A versão utilizada nesta pesquisa foi revisada por sua filha Branka Tanodi e publicado pela editora Brujas, Córdoba, em 2009.

e informações [...] o nível teórico, que compreende a história, o objeto, o âmbito de atuação (arquivos e documentos) e o método refletido na obtenção de um conjunto estável de princípios, normas e terminologia.

Já Mendo Carmona (2004) se baseia no francês Bruno Delmas⁵ para justificar que considera a Arquivologia como

ciencia que estudia la génesis y formación de los conjuntos orgánicos de documentos, situándolos en el contexto de su creación; así como los principios y procedimientos metodológicos empleados en su organización y conservación para que se garantizase tanto el ejercicio de derechos e intereses como la memoria de las personas físicas o jurídicas (DELMAS, 1988 *apud* MENDO CARMONA, 2004, p. 36).

Em relação ao que apresenta como procedimentos metodológicos da Arquivologia, uma das prerrogativas para uma área que se quer científica, a autora afirma que essa ciência se baseia em dois princípios, os quais define como “básicos”; o Princípio da Proveniência e o Ciclo Vital dos Documentos, o que no Brasil convençamos utilizar como sinônimo de teoria das Três Idades. Para ela, o Princípio da Proveniência é utilizado como fator diferenciador da Arquivologia em relação às outras ciências, ou seja, é isso que lhe confere identidade e a diferencia das demais áreas do *Saber*.

5 DELMAS, Bruno. L'enseignement de l'archivistique fondamentale: une approche actuelle de l'archivistique théorique. In *Théorie et pratique dans l'enseignement des sciences de l'information*. Montreal, 1988, p 33-38.

De acordo com Rodríguez López (2000, p. 379), a Arquivologia é uma ciência empírica voltada à organização de arquivos e já passou por três fases distintas:

1. Consideración de la Archivística como una ciencia auxiliar de la Historia, planteamiento propio del siglo XIX, etapa paralela al desarrollo de las ciencias históricas y la creación de las primeras escuelas de archiveros;
2. Ciencia auxiliar de la administración, al tiempo que se inician los grandes cambios socioeconómicos de principios de siglo, y la aparición del records management;
3. Finalmente la consideración de que es una parte integrante de las Ciencias de la Información (...) Pero no está totalmente desarrollada esta última etapa.

Ainda numa abordagem da **literatura espanhola**, Cruz Mundet (2001) revisita a literatura de autores considerados clássicos na área para então apresentar e justificar sua definição da Arquivologia como uma ciência emergente. Já para Heredia Herrera (2011, p. 44), trata-se da

ciencia de los documentos de archivo y de los Archivos como custodios de aquéllos y como sistemas responsables de su gestión, así como la metodología aplicada a unos y a otros y cuyo objetivo es potenciar el uso y servicio de los documentos y de los Archivos.

E de acordo com Ruiz Rodríguez (1996, p. 140), Arquivologia é a disciplina que trata dos arquivos e dos documentos em seus processos teóricos e práticos necessários para cumprir suas funções. Em sua concepção, a Arquivologia precisa de tempo para estabelecer uma metodologia adequada de

maneira a ser inserida num conceito real de ciência, e portanto a qualifica como “ciência em formação”.

Da parte da **literatura canadense**, na introdução da obra “Os fundamentos da disciplina Arquivística”, ao contextualizar o leitor sobre alguns termos que são utilizados no texto, Rousseau e Couture definem Arquivologia como “disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 24).

Da **literatura mexicana**, a abordagem de Ramírez Aceves (2011) encara a Arquivologia como a ciência encarregada de administrar os documentos de arquivo através de aplicação prática de processos que permitem identificar, classificar, ordenar, avaliar, selecionar e descrever a informação; além da consolidação de princípios e métodos teóricos que a permitam se elevar a um nível científico. Já Cruz Domínguez (2011, p. 59), antes de concluir que entende a área não como uma ciência e sim uma disciplina científica que se encontra em um período de consolidação de seus princípios e métodos, justifica sua conclusão a partir de reflexão junto aos trabalhos de autores da área, dividindo-os em dois conjuntos de interpretações distintas quanto à temática:

- opinam que é uma ciência por ter os arquivos como objeto de estudo; em geral os pesquisadores europeus, tais como Eugenio Casanova, Michel Duchein, Luciana Duranti, Elio Lodolini, Antonia Heredia.

- consideram uma disciplina em desenvolvimento; Theo Thomassen, para quem, baseado em Kuhn, o paradigma da Arquivologia não é eterno e o que o estabeleceu foi a publicação do Manual dos Holandeses que marcou o fim de uma revolução científica que tomou conceitos e técnicas da diplomática.

Para os **alemães**, Leesch⁶ (apud CRUZ MUNDET, 2001, p. 57) afirma que a Arquivologia é uma ciência, posição também compartilhada por Adolf Brenneke. De língua inglesa, o **americano** Schellenberg (2002) e o **inglês** Jenkinson (1922) também analisam a área sob a perspectiva de ciência.

Já na **literatura portuguesa**, Fernanda Ribeiro (1999), ao descrever o percurso percorrido durante a elaboração da sua Tese de Doutorado, que tem a Arquivologia como temática, pontua alguns percalços vivenciados justificando-os a partir de uma recente perspectiva científica da disciplina dada a vertente técnica que tem dominado a área, tornando-a assim e em âmbito teórico, frágil e em contínuo processo de construção. Para a autora, a busca pelo fortalecimento de uma teoria científica para a ciência dos arquivos torna-se efetiva a partir dos anos 1980 principalmente no Canadá e nos Estados Unidos, ainda que na Itália as discussões em torno de questões com essa abordagem apareçam desde o século XIX, através da Escola de Florença, se evidenciando pela procura de fundamentos teóricos que se afirmam no adentrar do século XX por nomes como Eugenio Casanova, Giorgio Cencetti e Antonio Panella. Contemporaniza a escola italiana pelos trabalhos de Elio Lodolini e aponta a escola alemã, mais especificamente a Escola de *Marburg*, como referência importante para a discussão da teoria arquivística. Percebemos, assim, que ainda que reflita sobre a incipiência científica da Arquivologia e justifique tais implicações no elaborar de sua Tese, a autora acredita que atualmente há um movimento de “virada” da Arquivologia em nível mundial, que busca seus fundamentos teóricos na perspectiva de incluir-se, em termos científicos, no campo da Ciência da Informação (RIBEIRO, 1999, p. 23). As questões apresentadas

6 LEESCH, W. *Methodik gliederung und bedeutung der Archivwissenschaft*: em Archiver und historiken. Berlin: Staatliche Archivverwaltung, 1956, p. 13.

por Ribeiro nos permitem considerar que para ela sempre foram insuficientes as “tentativas” da Arquivologia em estabelecer um estatuto científico, mas que atualmente isso caminha para uma resolução dada a sua relação epistemológica com a Ciência da Informação.

Já da **literatura francesa**, buscamos em Le Coadic (1994) um olhar vindo da Ciência da Informação para definir a Arquivologia em termos de natureza do conhecimento. Para o autor, o que caracterizou as “disciplinas” – Biblioteconomia e Arquivologia - durante muito tempo foi a preocupação atribuída ao suporte da informação e não à informação propriamente;

a arquivística, disciplina auxiliar da história, preocupa-se com a conservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. Os arquivos não passam de documentos conservados, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos. (LE COADIC, 1994, p. 14).

Afirma ainda que tanto a Biblioteconomia como a Museologia são práticas de organização e não ciências, e caracteriza quatro disciplinas que considera como atuantes no campo da Ciência da Informação: a Biblioteconomia, a Museologia, a Documentação e o Jornalismo. Observemos que a Arquivologia não entra neste rol, uma vez que Le Coadic a classifica como disciplina auxiliar da História.

Mesmo que para a grande maioria destes autores a Arquivologia seja definida e investigada como disciplina ou ciência, não pretendemos atribuir juízo de valor sobre as concepções destes pensadores, até porque, considerando as diferenças, não há dúvidas que a maioria deles pressupõe a área como produtora de conhecimento, como área que produz teoria, de *Saber*.

Quadro 1- Síntese das definições no que se refere à natureza do conhecimento da Arquivologia por autor e país de origem

País	Autor	Definição
Alemanha	Adolf Brenneke	Ciência
Argentina	Aurelio Tanodi	disciplina técnica, jovem e moderna
Brasil	Astréa de Moraes Castro	ciência dos arquivos
Brasil	Natália Tognoli	disciplina científica inserida na Ciência da Informação
Brasil	Heloisa Bellotto, Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, Dicionário de Terminologia Arquivística.	Disciplina
Brasil	Esposel	ciência auxiliar da História/ disciplina
Canadá	Carol Couture, Jean Yves Rousseau, Jacques Ducharme, Louise Gagnon-Arguin.	disciplina científica da Ciência da Informação
Canadá	Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, David Bearman, Barbara Craig, Richard Brown, Brien Brown.	disciplina científica
Canadá	Heather MacNeil, Terry Eastwood	Ciência
Canadá/EUA	Hugh Taylor	disciplina científica
Canadá/Itália	Luciana Duranti, Paola Carucci	Ciência
Espanha	Ramon Alberch Fugueras, Concepción Mendo Carmona, Antonia Heredia, Maria Paz Martín- Pozuelo Campillos	Ciência
Espanha	Maria Del Carmen Rodríguez López	Ciências da Informação
Espanha	Jose Ramon Cruz Mundet	ciência emergente
Espanha	Antonio Ángel Ruiz Rodríguez	ciência em formação
Estados Unidos	David B. Gracy	disciplina científica da Ciência da Informação

País	Autor	Definição
Estados Unidos	Schellenberg	Ciência
França	Michel Duchein, Robert Henri-Bautier, Bruno Delmas	Ciência
França	Le Coadic	disciplina auxiliar da História
Holanda	Theo Thomassen	disciplina em desenvolvimento
Holanda	Eric Ketelaar	Ciência
Inglaterra	Hilary Jenkinson	Ciência
Itália	Giulio Battelli	disciplina de caráter eminentemente prático
Itália	Elio Lodolini, Eugenio Casanova	Ciência
México	Merizanda Ramírez Aceves	Ciência
México	Silvana Elisa Cruz Domínguez	disciplina científica em desenvolvimento
Portugal	Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro	disciplina da Ciência da Informação

Fonte: autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões até aqui apresentadas, torna-se importante apontarmos que, em relação a um dos elementos que compõem o estatuto científico da Arquivologia, isto é, à natureza do conhecimento, podemos considerá-la uma ciência em construção, o que estamos tomando, também, como sinônimo de disciplina científica. É ainda relevante destacar que esse “estado de construção” não lhe é peculiar e nem justificado por ser uma ciência “nova” ou “jovem”, e sim porque entendemos a produção de conhecimento como algo dinâmico, em constante evolução e passível de rupturas. Porém, como vimos, em seu campo científico há divergências neste sentido, o que resulta em diferentes

abordagens sobre sua natureza, que a assumem como uma área técnica, uma disciplina ou enquanto ciência.

Nesta perspectiva, e voltando a nossa definição sobre sua natureza, ao passo que atribuímos à Arquivologia o caráter de ciência e a este o sinônimo de disciplina, não deixamos de considerar seus elementos de técnica, fundamentais para sua permanência e desenvolvimento. E se estamos partindo do pressuposto que a Arquivologia é uma ciência, entendemos que deva cumprir alguns requisitos que a legitimem enquanto tal, como ter um campo específico de investigação, com problemática, método e argumentação teórica próprios, o que pode ser representado por seus Princípios e Funções, além de fundamentalmente um objeto de estudo.

REFERENCIAS

ABBAGNANO, N. **Diccionario de filosofia**. México: FCE, 2004.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1971.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. de A. **Dicionário de terminologia arquivística**. 1a. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, 1996. 142 p.

CASTRO, A.M.; CASTRO, A.M.; GASPARIAN, D.M. **Arquivística**: técnica, arquivologia, ciência. Brasília: ABDE, 1985.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

CRUZ DOMÍNGUEZ, S. **Archivística**: objeto de estudio y sustento teórico. In: RENDON ROJAS, M. A. (Coord.); **Bibliotecología, archivística, documentación**: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

CRUZ MUNDET, J.R. **Manual de archivística**. 2 ed. Madrid: Fund. German Sanchez Ruiperez, 2001.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008.

ESPOSEL, J. P. **Arquivos**: uma questão de ordem. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1994.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

FUGUERAS, R.A. **Los Archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial U, 2003.

GOODE, W. J. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

HEREDIA HERRERA, A. **Lenguaje y vocabulário archivísticos**: algo más que un diccionario. Andalucía: Consejería de Cultura, 2011, 221 p.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making.** Londres: Oxford, 1922.

KETELAAR, E. Archives in the digital age: new uses for an old science. **Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research**, v. 1, p. 161-167, 2007.

LACEY, H. **Valores e atividade científica 1.** São Paulo: Editora 34, 2008.

LE COADIC, Y. *A Ciência da Informação.* Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

LODOLINI, E. **Archivística: principios y problemas.** Madrid: Editorial La Muralla, 1993.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método em archivística: a reflection on archival science methodology. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, n. 1, p. 35-46, 2004.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: Pimenta, C. (Coord.). **Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade.** Porto: Campo das Letras, 2004.

RAMÍREZ ACEVES, M. La Archivística: ciência o técnica? In: RENDÓN ROJAS_M. A. (Coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad.** México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

RENDÓN ROJAS, M. A. (Coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad.** México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação nos arquivos**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1999. 2 v.

RODRÍGUEZLÓPEZ, M.D.C. La delimitación de la archivística como ciencia. In: PRIMER CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1, 2000, Madrid. **Anais Eletrônicos...** Madrid: UCM, 2000. 379-388.. Ruiz Rodríguez (1996,

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, B. de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SANTOS, M. **Por uma nova geografia**. Editora: Hucitec, 1980.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 388 p.

TANODI, A. **Manual de archivologia Hispanoamericana: teorías y principios**. Córdoba: Editora Brujas, 2009.

TOGNOLI, N. B. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007. t

SOBRE OS AUTORES

ADAIL SOBRAL

Professor Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística Aplicada, da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - RS. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística Aplicada da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - RS. Editor da Revista Linguagem & Ensino. Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), Mestre em Letras pela Universidade de São Paulo (1999), Especializado em Linguística pela UNICAMP (1983), Licenciado em Letras (Inglês) pela Universidade Federal da Bahia (1977). Tem experiência na área de Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Gênero, Discurso, Dialogismo, Círculo de Bakhtin, Semiótica Geral e Greimasiana, Tradução e Interpretação. É tradutor profissional de e para português, francês, inglês e espanhol em várias áreas das ciências humanas e da saúde.

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES

Possui graduação em Arquivologia (2003), mestrado (2007) e doutorado (2011) em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB). Desde 2009, é professora do Curso de Arquivologia da UnB e, a partir de 2013, está credenciada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

É vice-líder do grupo de pesquisa Fundamentos históricos, epistemológicos e teóricos da Arquivologia. Em 2012, tem a tese premiada pela AAB (Prêmio Maria Odila Fonseca), pela ANCIB (melhor tese) e pela CAPES (melhor tese da área de Ciências Sociais Aplicadas I). Entre 2014 e 2015, desenvolve pesquisa de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB e da École Nationale des Chartes/Sorbonne (Paris).

ANTÔNIO FLÁVIO FERREIRA DE OLIVEIRA

Graduado em Letras (Inglês/Português) pela Universidade Estadual da Paraíba (2007). Bacharelado em Direito (2012-2017) pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Língua e Literatura Espanhola pela Universidade Estadual da Paraíba (2008). Mestre em Linguística (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) UFPB. Doutorando em Linguística (2015-2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) UFPB.

CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT

Professora Adjunta II no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutora em Ciência da Informação (2012) pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Sua Tese intitulada Arquivologia e a construção de seu objeto científico: trajetórias, concepções, contextualizações foi a vencedora do ?II Prêmio Maria Odila Fonseca?, oferecido pela AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros. Mestre em História Social (2005) sendo bolsista CAPES, e bacharel em Ciências Sociais (2001), ambos pela Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP), sua experiência profissional é voltada à Gestão da Informação e de Documentos, Arquivos Permanentes e Memória Empresarial. É professora no Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da UNIRIO, além de pertencer ao quadro diretivo da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) a partir de 2008, ocupando atualmente o cargo de Vice-presidente. Tem experiência na área de Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: fundamentos da arquivologia, gestão da informação e gestão de documentos.

ELIETE CORREIA DOS SANTOS

Doutora em Linguística pelo PROLING/UFPB. Mestre em Linguagem e Ensino pela UFCG. Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru. Atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba - do Curso de Arquivologia. Tem experiência na área de Linguística, Tecnologias Educacionais e Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguagem e Arquivologia, tecnologias educacionais, gêneros acadêmicos, transposição didática, letramento. No momento, seu objeto de dedicação e estudo é a produção escrita dos gêneros acadêmicos com ênfase nos estudos bakhtinianos. O realce de pesquisa e extensão está no campo da Arquivologia e Linguística, no desenvolvimento do Projeto SESA (Seminários de Saberes Arquivísticos), cujo trabalho é realizado em cooperação acadêmica internacional com a Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e o Instituto Politécnico do Porto. Líder do grupo de pesquisa Arquivologia e Sociedade - GPAS cuja linha de pesquisa é Arquivo, Linguagem e Memória. Também é membro do Grupo de Pesquisas em Linguagem, Enunciação e Interação - GPLEI, atuando na linha Linguagem, ensino e tecnologia. Concluiu o

doutorado sanduíche (Estágio Avançado de Doutorado), na Universidade do Porto - PT, na interface com o Curso de Ciência da Informação e Linguística.

HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), possui especialização em Criação Publicitária pelo IESP (2005) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo - pela UFPB (1999). É professor efetivo do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde coordena projetos de extensão ligados à memória e cidadania e à análise e produção de audiovisual. Foi professor auxiliar do Curso de Comunicação Social da UFPB de 2005 a 2007, ministrando disciplinas nas habilitações de Jornalismo, Radialismo e Relações Públicas. Possui experiência em criação, roteirização e produção de vídeo documentário, produção em TV e redação publicitária, além de reportagens e artigos/resenhas. Jornalista profissional, conquistou por cinco vezes consecutivas o Prêmio BNB de Reportagem.

KARINA GIACOMELLI

Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas, onde atua nos cursos de licenciatura e bacharelado em Letras e no Programa de Pós-graduação em Letras. Licenciada em Letras-Português pela Universidade Estadual de Maringá (1990), tem mestrado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2002) e doutorado também em Letras pela mesma universidade (2007). Realizou estudos pós-doutorais na Universidade Católica de Pelotas (2017). Tem interesse nas áreas de Linguística teórica e aplicada, com foco em enunciação

(Benveniste), dialogismo (Análise Dialógica do Discurso e Circulo de Bakhtin), ensino, livro didático e PIBID.

JACQUELINE ECHEVERRIA BARRANCOS

Doutora em Administração, na Linha de Pesquisa “Estratégias Empresariais”, (2003). Mestre em Administração (1990) e Bacharel em Administração (1985), obtidos os três graus na UFPB. Atualmente é Professora Associada “Nível A” da Universidade Estadual ? Campus V.Tem experiência de 20 anos em atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Consultoria na área de Administração pública e privada, atuando principalmente nos seguintes temas: (i) Empreendedorismo (com ênfase em atividades de educação empreendedora, marketing, estratégias, comércio exterior e recursos humanos) (ii) Gestão Pública (com ênfase em Logística) Ciência da Informação (com ênfase em Inteligência Organizacional e Gestão do Conhecimento). Atualmente é Diretora do Campus V da UEPB e coordena o Curso de Bacharelado em Administração Pública a Distância (EAD).

JOSÉ MARIA JARDIM

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), Mestrado (1994) e Doutorado (1998) em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é Professor Titular do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Coordenou o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO) de 2011 a 2015, no qual é Professor. Atua como Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Bahia. Desenvolve pesquisa intitulada

“Governança Arquivística Contemporânea: trajetos e (re)configurações das políticas e sistemas públicos de Arquivos no Brasil sob novos cenários sociais e informacionais (1978-2018)”, com bolsa de produtividade 1D do CNPq. Lidera o Observatório de Políticas Arquivísticas da UNIRIO e o Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas Arquivísticas”. De 1992 a 2010 foi professor do Departamento de Ciência da Informação da UFF, tendo ministrado disciplinas na graduação em Arquivologia e Biblioteconomia e no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFF. Tem experiências profissionais nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação, abordando principalmente os seguintes temas: gestão de arquivos, políticas públicas de informação, políticas de arquivos, governo eletrônico, ensino e pesquisa em Arquivologia, direito à informação e gestão da informação governamental.

JOSELITO SANTOS

Possui graduação em Comunicação Social (1998), especialização em Marketing (2000) e mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual da Paraíba. (2002). Possui mestrado (2007) e doutorado em Ciências Sociais (2012) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência em Coordenação de Comitê de Ética em Pesquisa, e em Pesquisa e Extensão. É Consultor Educacional e Organizacional.

PEDRO FARIAS FRANCELINO

Pós-doutorado em Linguística pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Associado I do Departamento de Letras

Clássicas e Vernáculas da UFPB. Atua nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística, desenvolvendo pesquisas em teorias do discurso, especificamente a perspectiva dialógica dos estudos da linguagem.

TATIANA CRISTINA VASCONCELOS

Possui Licenciatura em Psicologia (2001) e Mestrado em Psicologia Social (2004) pela UFPB, Especialização em Psicopedagogia (2015) pela Universidade Candido Mendes e Doutorado em Educação pela UERJ. Atua como docente da Universidade Estadual da Paraíba (Campus I) e das Faculdades Integradas de Patos, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando a interface Psicologia, Educação e Saúde, com ênfase nos temas relacionados à juventude. Publicou artigos, capítulos de livros e trabalhos em Eventos Regionais, Nacionais e Internacionais. Possui ainda experiência de gestão, tendo atuado como coordenadora de curso de graduação e de pós-graduação em instituições públicas e privadas.

VANCARDER BRITO SOUSA

É professor do departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, CCBSA, Campus V em João Pessoa. Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (1997), Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação Em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGS-UFPB (2000) e Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGS-UFPB (2006). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana, tendo atuado principalmente nos seguintes temas: modernidade e pós-modernidade, requalificação/

revitalização urbana e moradia irregular. Atualmente realiza estudos nas áreas Ecologia Humana, Antropologia e Meio Ambiente e Vulnerabilidade Socioambiental. É membro pesquisador no Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Deslocados Ambientais - NEPDA/UEPB.

Sobre o livro

Projeto Gráfico e editoração Leonardo Araujo

Capa Ralf Nóbrega

Impressão Gráfica Universitária da UEPB

Formato 15 x 21 cm

Mancha Gráfica 10 x 16,5 cm

Tipologias utilizadas Arno Pro 12 pt

No campo das ciências humanas e sociais (e sociais aplicadas), por exemplo, tem-se assistido com certa regularidade à ruptura das fronteiras e à expansão dos diálogos entre as disciplinas científicas desses campos, respeitando-se as especificidades de cada uma das áreas, mas também se promovendo um aprofundamento das reflexões teórico-metodológicas acerca dos multifacetados objetos de estudo postos em interação.

As discussões tecidas, nos capítulos que compõem este livro, são exemplos de como áreas do saber aparentemente estranhas entre si podem estreitar o diálogo com vistas a uma verticalização da investigação de seus objetos. Muito mais que divergências, os textos evidenciam os pontos de contato entre teorias da linguagem, como a Teoria Dialógica do Discurso proveniente do pensamento de Bakhtin e Volochinov, e a Arquivologia.

Os textos que compõem esta coletânea constituem uma fonte consistente, legítima e confiável de conhecimentos para qualquer pesquisador da área de Arquivologia e afins que se interesse pelas reflexões acerca da implementação, constituição e consolidação de um campo científico do saber. A partir do diálogo com a Teoria Dialógica da Linguagem, que tem em Bakhtin, Volochinov e outros a expressão de uma das mais inovadoras reflexões acerca da pesquisa em ciências humanas – considerando a noção de linguagem como instância dialógica de interlocução e a alteridade como dimensão constitutiva do sujeito (e do sujeito pesquisador, evidentemente) – os autores vão formando uma corrente (para usar uma metáfora bakhtiniana) cujos elos vão apresentando os percursos e percalços da instituição da Arquivologia como disciplina científica ou ciência em solo brasileiro.

